

REVISTA AVALIAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Mval

ANO 4 – VOL. 2 – Nº 8 – JUL-DEZ – 2011



AVAL

REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ano 4 – vol. 2 – nº 8 – JUL-DEZ – 2011

Publicação com o apoio do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas – MAPP/UFC, do Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas – Numapp/UFC e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

Editores (permanentes):

Lea Carvalho Rodrigues
Luiz Antônio Maciel de Paula
Maria de Nazaré de Oliveira Fraga

Assessores científicos

Alcides Fernando Gussi
Catia Regina Muniz

Conselho Editorial:

Alberto Oliveira-UFRJ
Alcides Fernando Gussi-UFC
Alicia Ferreira Gonçalves-UFPA/UFSC
Ana Cláudia Farranha-OIT
Ana Maria Ferreria Menezes-UNEB
Antonio Jeovah Meireles-UFC
Ary Minella-UFSC
Arthur Silvers-Universidade do Arizona
Catia Muniz-UFC
Christian Dennys Monteiro de Oliveira-UFC
Elza Maria Franco Braga-UFC
Francisca Silvânia Souza Monte-UFC
Horacio Frota-UECE

Inácia Satiro Xavier de França-UEPB
Joana Domingues Vargas-UFMG
Jose Borzacchiello Silva-UFC
Jose Jackson Coelho Sampaio-UECE
Jose Sydrião de Alencar-ETENE/BNB
Juan Carlos Radovich-Universidade de Buenos Aires-UBA
Lea Carvalho Rodrigues-UFC
Lia Carneiro Silveira-UECE
Lucia Maria Alves Müller-PUC-RS
Liliana Raggio Universidade de Buenos Aires - UBA
Maria de Nazaré de Oliveira Fraga-UFC
Maria do Livramento Clementino-UFRN
Maria Josefina da Silva-UFC
Maria Ozanira da S. e Silva-UFMA
Marta Arretche-USP
Michel Misse-UFRJ
Neusa Gusmão-UNICAMP
Nilson Holanda-UnB
Paulo Marques-ENAP
Raquel Maria Rigotto-UFC
Sonia Maria Missaglia Matos-UFES
Susana Soares-UFRGS
Violante Augusta Batista Braga-UFC
Vitória de Cássia Felix de Almeida-URCA

AVAL – Revista Avaliação de Políticas Públicas. – v. 2 n. 8 jul./dez. (2011). – MAPP/UFC.
Fortaleza, CE.

Semestral

ISSN 1984-3100

1. Políticas públicas – Periódicos. I. MAPP/UFC.

CDD 361.43

Catálogo na publicação: Sonia Gomes Pereira – CRB8 7025

Produção editorial e gráfica
Setor de Publicações Mapp/UFC

Projeto Gráfico/Diagramação
Carlos Roberto Lamari

Preparação/Revisão
Lea Carvalho Rodrigues/Jaqueline Gomes Nogueira

Capa
Antonio Carlos Rodrigues

Periodicidade
Semestral

Tiragem
300 exemplares

Endereço
Universidade Federal do Ceará
Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas
Rua Marechal Deodoro, s/n, Bloco II Q Faced Prédio Nuper
CEP — Fortaleza-CE — Brasil
Fone: (85) 3366-7435
e-mail: public.mapp@ufc.br

SUMÁRIO

CONTENTS

5 EDITORIAL

EDITORIAL

APRESENTAÇÃO

INTRODUCTION

- 7** Dossiê políticas públicas, projetos de desenvolvimento e populações locais: apresentação e introdução ao tema
Lea Carvalho Rodrigues

- Public policies dossier, development projects and local populations: presentation and introduction to the subject
Lea Carvalho Rodrigues

ARTIGOS INÉDITOS

ARTICLES

- 13** A ecologia política e a avaliação de políticas públicas: reexplorando o caso de Tatajuba, Ceará
Potyguara Alencar dos Santos

- The political ecology and the evaluation of public policies: exploring once again the case of Tatajuba, Ceará
Potyguara Alencar dos Santos

- 27** O quilombo que remanesce: impactos da política pública de certificação e de titulação do território em Rio de Contas, BA
Ubiraneila Capinan e Lídia Cardel

- The quilombo that remains: impacts of public policy on certification and titling of the territory in Rio de Contas, BA
Ubiraneila Capinan e Lídia Cardel

- 41** Projetos de desenvolvimento, mudanças socioambientais e povos indígenas no centro-sul do Maranhão
Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira

- Development projects, social and environmental changes and Indigenous peoples in south central Maranhão
Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira

- 55** O Desenvolvimento como discurso repete tragédias
Sônia Missagia Mattos

- Development as speech repeats tragedies
Sônia Missagia Mattos

- 75** Participação e Observação no Plano Diretor da Região Metropolitana de Belo Horizonte
Beatriz Judice Magalhães

- Participation and observation in Integrated Development Plan of the Belo Horizonte Metropolitan Region
Beatriz Judice Magalhães

- 89** Mobilização e conflito socio-ambiental no Rio Madeira
Glaucia Maria Quintino Baraúna

- Mobilization and socio-environmental conflict in Madeira River
Glaucia Maria Quintino Baraúna

INDICE

TABLE

5	EDITORIAL	ÉDITORIAL
	PRESENTACIÓN	PRESENTATION
7	Políticas públicas, proyectos de desarrollo y poblaciones locales: presentación e introducción al tema. <i>Lea Carvalho Rodrigues</i>	Dossier Publiques Politiques, projets de développement et les populations locales: présentation et introduction au thème <i>Lea Carvalho Rodrigues</i>
	ARTÍCULOS	ARTICLES INÉDITS
13	La ecología política y la evaluación de las políticas públicas: reexplorando el caso Tatajuba, Ceará <i>Potyguara Alencar dos Santos</i>	L'écologie politique et l'évaluation des politiques publiques: le cas de Tatajuba, Ceará, reexploré <i>Potyguara Alencar dos Santos</i>
27	El quilombo que queda: impactos de las políticas públicas en materia de certificación y titulación del territorio en Rio de Contas, BA <i>Ubiraneila Capinan e Lídia Cardel</i>	Les quilombo qui reste: les impacts des politiques publiques sur la certification et le titrage du territoire à Rio de Contas, BA <i>Ubiraneila Capinan e Lídia Cardel</i>
41	Proyectos de desarrollo, cambios socio-ambientales y pueblos indígenas en el centro-sur Maranhão <i>Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira</i>	Projet de developpement, changement social et environnemental et peuples autochtones en centre-sud Maranhão <i>Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira</i>
55	EEl discurso del desarrollo repite tragedias <i>Sônia Missagia Mattos</i>	Développement comme discours répète des tragédies <i>Sônia Missagia Mattos</i>
75	Participación y Observación en el Plan Director de Desarrollo Integrado de la Región Metropolitana de Belo Horizonte <i>Beatriz Judice Magalhães</i>	Participation et observation dans le Plan Directeur de Développement Intégré de la Région Métropolitaine de Belo Horizonte <i>Beatriz Judice Magalhães</i>
89	Mobilización y conflicto socio-ambiental en Río Madera <i>Glauca Maria Quintino Baraúna</i>	Mobilisation et conflit socio-environnemental au Rio Madeira <i>Glauca Maria Quintino Baraúna</i>

Editorial O presente número da revista AVAL, já no seu quinto ano de existência, inova em relação aos números anteriores ao apresentar uma coletânea de artigos produzidos por antropólogos brasileiros, em forma de dossiê. Tal dossiê, produto das discussões realizadas no âmbito da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Belém, no ano de 2010, apresenta dados etnográficos instigantes e que contribuem para que os interessados na área da avaliação de políticas públicas possam vislumbrar o potencial da antropologia no processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Ademais, vertentes contemporâneas, nos países onde a avaliação de políticas públicas já está consolidada, há anos dialogam com a antropologia, formulando propostas que buscam articular diferentes metodologias e perspectivas analíticas. Este é o caso da proposta metodológica e

analítica dos elaboradores dos mixed methods, que no Brasil ganharam a denominação de triangulação de métodos; também dos chamados modelos de avaliação de quarta geração, que conformam paradigmas construtivistas, com metodologia hermenêutica e epistemologia subjetivista; ou, ainda, a proposta de modelos experienciais baseados na fenomenologia e na hermenêutica, mas que se colocam como modelos pós-construtivistas.

Enfim, os recentes desenvolvimentos teórico-metodológicos na área de avaliação de políticas públicas, ao conferir importância ao diálogo interdisciplinar, nos levaram a produzir este dossiê com o intuito de trazer estas discussões para o campo brasileiro da avaliação de políticas públicas, ainda em formação.

*Lea Carvalho Rodrigues
pelos editores*

Dossiê políticas públicas, projetos de desenvolvimento e populações locais: apresentação e introdução ao tema

Public policies dossier, development projects and local populations: presentation and introduction to the subject

Políticas públicas, proyectos de desarrollo y poblaciones locales: presentación e introducción al tema

Dossier Publiques Politiques, projets de développement et les populations locales: présentation et introduction au thème

*Lea Carvalho Rodrigues**

O presente número da revista AVAL é composto por artigos que foram apresentados no ano de 2010, na 27ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia ocorrida na cidade de Belém. Trata-se, assim, de artigos elaborados por antropólogos e que foram expostos no grupo de trabalho por mim coordenado, que levou o mesmo título dado a este dossiê.

Ao trazer dados empíricos e reflexões teórico-metodológicas de teor antropológico para uma revista voltada à discussão sobre avaliação de políticas públicas, parto de algumas premissas sobre a articulação entre políticas públicas e antropologia, assim como sobre a própria concepção de avaliação. Sobre o primeiro ponto, a relação entre antropologia e políticas públicas, será profícuo levar em conta as seguintes dimensões: a) o vasto campo de atuação dos antropólogos na contemporaneidade e a especificidade das questões contempladas pela disciplina; b) o fato de que as populações tradicionalmente estudadas pelos antropólogos situam-se em áreas geográficas de grande interesse do Estado e do capital, sobretudo quando se trata da implementação de políticas em países pobres ou em desenvolvimento; c) a posição frágil dessas populações frente à variada gama de interesses; d) o lugar especial ocupa-

do pelo antropólogo em razão das próprias premissas metodológicas da disciplina: o caráter qualitativo da pesquisa e a tradição do trabalho de campo intenso e próximo às populações e aos fenômenos estudados; e) a especificidade da antropologia feita nos países pobres ou em desenvolvimento, ou seja, nos países tradicionalmente estudados por antropólogos situados nos centros hegemônicos da produção antropológica mundial, expressando o contraste que Oliveira (1988) estabeleceu entre antropologias centrais e periféricas.

Sobre as especificidades da antropologia quanto aos seus princípios metodológicos, este aspecto pode ser bastante relevante na articulação entre antropologia e políticas públicas, quando a reflexão se volta para o campo de estudos sobre a avaliação. Isto, evidentemente, se privilegiarmos uma concepção compreensiva de avaliação, ao invés dos clássicos modelos que Lejano (2012) classifica como mecanicistas e reducionistas da realidade. Foi a partir deste referencial teórico e da experiência etnográfica acumulada que, no Brasil, estamos elaborando propostas metodológicas para a avaliação de políticas públicas centradas na articulação entre o campo disciplinar da antropologia e o campo social e político da elaboração e implementação das políticas

* Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, atualmente é professora associada II do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: leaufc@gmail.com

públicas (Rodrigues, 2008, 2010a, 2010b, 2011, 2012; Gussi, 2008; Gonçalves, 2008; Gonçalves, Santos, 2010; Gonçalves, Gussi, 2012).

Sobre a especificidade da antropologia que se produz nos países pobres ou em desenvolvimento, vale destacar as questões que se impõem aos antropólogos desses países – dadas nos planos empírico, teórico, metodológico, ideológico e ético – em razão da presença das sociedades indígenas e outras populações tradicionais em seu território e dos embates dessas populações com o Estado, empresas, grandes corporações internacionais e demais grupos interessados na apropriação de seus territórios, saberes e/ou recursos naturais¹.

Sobre a antropologia brasileira, em particular, sabemos que se desenvolveu dividida em dois campos que dialogam entre si: o estudo das sociedades indígenas e o estudo de outras populações tradicionais – negros, camponeses, caboclos – em torno dos quais as temáticas da cultura popular, religião, raça e gênero tiveram sempre um lugar privilegiado ancorando-se, em última instância, em questões voltadas à compreensão e à construção da sociedade nacional². Ao longo das últimas décadas do século XX, no entanto, como analisa Velho (2008, p. 327), a antropologia brasileira, para ele ainda pouco expressiva internacionalmente, ganhou notoriedade no país, tendo influência na mídia, no sistema educativo e na política estatal, ampliando-se, inclusive, a ocupação de cargos em instituições públicas, o que ele situa como parte de um novo projeto de construção da nação.

Já os artigos que compõem a coletânea *Antropologías del Mundo* (2008), organizada por Gustavo Lins Ribeiro e Arturo Escobar, fornece elementos para que possamos nos inteirar da diversidade de processos que conformaram a antropologia produzida em outros países periféricos às antropologias hegemônicas³.

A relação entre antropologia e Es-

tado se mostra mais forte no continente africano, mas, como analisa Nkwi (2008), ganhou um contorno diferente em relação à América Latina, pois se trata de países e continentes que viveram processos de colonização e independência diversos. Mostra o autor como a antropologia naquele continente foi, no período pós-colonial, negada em um primeiro momento em razão da anterior colaboração dos antropólogos com os governos coloniais, para, em um segundo momento, variando de acordo com as particularidades do processo em cada país, serem por fim os antropólogos nativos chamados a atuar no processo de construção dos novos países, dentro do aparelho do Estado e com forte participação na elaboração de políticas.

Já na América Latina, Marisol de la Cadena (2008), ao abordar as particularidades da antropologia peruana, expõe o processo de mudanças nas relações entre Estado e populações indígenas naquele país: do projeto de construção nacional de inclusão pela mestiçagem, de inícios do século XX, à emergência dos movimentos contestatórios, nas últimas décadas do mesmo século. Esses movimentos, diz a autora, foram vistos como parte de um processo denominado de “regresso del índio”, que, segundo a mesma, ocorreu de forma similar em países como Colômbia e Bolívia. Processo que, ainda que guarde semelhanças com o caso mexicano e brasileiro, revela sutis diferenças quanto à participação dos antropólogos desses países na política indigenista proposta pelo Estado durante o século passado⁴. E se, no caso brasileiro, de acordo com Velho (2008), houve um deslocamento de interesses e atuação dos antropólogos em relação à antropologia que se praticava nas primeiras décadas do século XX, já que antes esta estava limitada pelos vínculos com o projeto de construção da nação, aqui também o “ressurgimento” dos grupos indígenas em todo o país e a luta pela terra faz com que estes se imponham à

antropologia brasileira, por mais extenso que hoje seja seu campo de atuação.

Os artigos apresentados no presente número da revista *AVAL*, ao se referirem a pesquisas construídas nas interfaces entre antropologia, Estado, políticas públicas, populações e meio-ambiente, expressam muitos dos pontos e questões acima enfocados. A questão da terra e do reconhecimento de terras indígenas, quilombolas, bem como as habitadas por populações de agricultores e pescadores, é central em quatro dos artigos; outro artigo privilegia a perspectiva histórica para discutir políticas de desenvolvimento e outro revela os interesses e disputas na implementação do plano diretor em uma importante capital do país, como detalho a seguir.

O artigo de autoria de Potyguara Alencar dos Santos traz como caso empírico as disputas sobre a propriedade da terra em uma localidade da costa cearense, objeto de interesse do capital turístico internacional, e propõe novos aportes metodológicos ao estudo das políticas públicas, a partir de uma perspectiva antropológica.

Ubiraneila Capinan e Lídia Cardel trazem como tema as políticas de certificação do autorreconhecimento de remanescentes de quilombos, bem como titulação do território, na localidade de Barra do Bananal, em Rio de Contas, BA. O objetivo de sua pesquisa foi verificar se a política, ao dar visibilidade às comunidades negras rurais, produziu efeitos sobre a identidade étnica dessas comunidades, questão que ganha centralidade no texto.

Adalberto Rizzo de Oliveira focaliza as mudanças sociais, econômicas e ambientais geradas pela instalação de empreendimentos de agronegócio na região indígena dos Apaniekrá e dos Ramkokamekra-Canela, na região do centro sul do Maranhão. As impactantes mudanças decorrem da implantação do projeto Ferro-Carajás durante as décadas de 1970-1980 e do Programa Grande Carajás. O autor expõe os conflitos agrários que envolvem

grupos indígenas, grupos empresariais e grileiros, sobretudo após a assunção do projeto pela antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Companhia Vale, o convênio CVRD/FUNAI e a construção da Estrada de Ferro Carajás.

O artigo de autoria de Sônia Missagia Mattos traz uma discussão sobre desenvolvimento e participação em processos decisórios no estado do Espírito Santo, em especial no município de Anchieta. Do ponto de vista metodológico a autora privilegia a reconstrução histórica do processo e a análise se fixa nas diferentes concepções dos atores sobre participação, desenvolvimento, cidadania e identidade. Desta forma, a autora contrapõe discursos e práticas de grandes empresas e do Estado, em diferentes contextos históricos.

O artigo de Gláucia Baraúna revela como a região do Rio Madeira se tornou um palco de disputas de vários interesses que envolvem políticos, empresários e movimentos sociais, no processo de implementação do projeto "Complexo Madeira". Dentre as consequências previstas, a autora aponta o deslocamento de populações e os danos ao meio-ambiente.

Um artigo que coloca à reflexão questões metodológicas importantes é o de autoria de Beatriz Judice Magalhães, já que trata do estudo de uma política realizado por uma antropóloga que participou da discussão dessa mesma política. A autora integrou a equipe técnica da elaboração do Plano Diretor da Região Metropolitana de Belo Horizonte, MG, sendo a relatora de grupos de discussão formados por representantes do poder público e sociedade civil. Esta dupla atuação é um ponto que vem se mostrando importante nos debates antropológicos, principalmente nas duas últimas décadas, quando cada vez mais estes passaram a atuar em instituições públicas, privadas e organizações não governamentais. As dificuldades para o distanciamento analítico, por um lado, e os constrangimentos

profissionais, por outro, são dois aspectos bastante relevantes.

Por fim, espero que a leitura dos referidos artigos contribua para o reconhecimento da importância do conhecimento antropológico no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, como abordado anteriormente em Rodrigues (2010c). Em minha avaliação, esta postura é reafirmada pela antropóloga Bela Feldman-Bianco (2011 p.01) quando esta, referindo-se aos limites e desafios enfrentados pela antropologia brasileira contemporânea, afirma que os mesmos “abrangem a ampliação do mercado de trabalho e as mudanças do nosso campo de atuação frente às políticas educacionais e políticas públicas de

modo geral, inclusive no que concerne às relações da Antropologia com o Estado e a sociedade (Ongs, movimentos sociais e outros canais institucionais, públicos e privados)”.

Esta é uma constatação a mais para embasar meu argumento de que o conhecimento sobre as populações alvo das políticas públicas, ou por elas afetadas, geradas e implementadas em todas as esferas de governo, quando produzido a partir de uma abordagem antropológica, pode levar ao planejamento mais responsável e comprometido com os direitos dos envolvidos nesses processos, bem como fornecer subsídios para a proteção desses direitos e para o redirecionamento de ações constantes em políticas, projetos e programas.

Referências bibliográficas

- CUNHA, M.C. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: _____ . Cultura com aspas. São Paulo: Cosac & Naif, 2009, p.311-373.
- CADENA, Marisol de la. La producción de otros conocimientos y sus tensiones: ¿de una antropología andinista a la interculturalidad? In: RIBEIRO, Gustavo Lins.; ESCOBAR, Arturo. Antropologías del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder. México: The Wenner-Gren Internacional / Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social / Envió, p.249-278.
- FELDMAN-BIANCO, B. Entre a Ciência e a Política: Desafios Atuais da Antropologia Publicado online. Disponível em: <http://www.abant.org.br/news/show/id/125> Acesso em 30 ago. 2011.
- GONÇALVES, A.; RODRIGUES, L.C. Ethnographie, anthropologie & contemporanéité: quelques questions sur le cas brésilien. Journal des Anthropologues, nº 110-111, 2007, p. 99-130. Disponível em: <http://jda.revues.org/930>.
- GONÇALVES, A.F. Políticas públicas, etnografia e a construção dos Indicadores socioculturais. AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas, ano I, vol.1, n.1, jan-jun, 2008, p 17-27.
- GONÇALVES, A.; SANTOS, C. S. Indicadores locais de sustentabilidade e a avaliação de políticas sociais: contribuições para a gestão pública. Gestão pública: práticas e desafios. Vol. IV. Recife: Editora da UFPE, 2010.
- GONÇALVES, A.F; GUSSI, A.F. Visões sobre o desenvolvimento e as políticas públicas na Paraíba. In: ANDRADE, Maristela Oliveira.; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa (Orgs). Gestão e desenvolvimento socioambiental na Paraíba: concepções e práticas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012, p.47-69.
- GUSSI, Alcides Fernando. Apontamentos teóricos e metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas, ano I, vol.1, n.1, jan-jun, 2008. p 29-39.
- KROTZ, E. La antropología mexicana y su búsqueda permanente de identidad. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo. Antropologías del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder. México: The Wenner-Gren Internacional / Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social / Envió, p.119-143.

- LEJANO, R.P. Parâmetros para análise de políticas: a fusão de texto e contexto. Campinas: Editora Arte Escrita, 2012.
- NKWI, P.N. La antropología en una Áfricaposcolonial: el debate de supervivencia. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo. Antropologías del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder. México: The Wenner-Gren Internacional / Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social / Enviñón, p. 199-223.
- OLIVEIRA, R.C. Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/MCT/Cnpq, 1988, p. 143-159.
- RIBEIRO, G.L.; ESCOBAR, A. Antropologias del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder. In: _____.(eds.). Antropologias del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder. México: The Wenner-Gren Internacional / Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social / Enviñón, p. 19-48.
- RODRIGUES, L.C. Populações tradicionais, turismo e conflitos territoriais: estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, vol. 4, nº 1, p. 67 – 93. Jan./Jun. 2012.
- _____. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. *CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, nº 16, mar. 2011, p. 55-73.
- _____. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. *AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas*, ano I, vol.1, n.1, jan-jun, 2008, p 07-15.
- _____. Diretrizes da Política Nacional de Turismo e subsídios para sua avaliação. *Revista Gestão Pública: práticas e desafios*; n.3, vol.1, 2010a, p. 62-78.
- _____. Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais. Conflitos e interesses em relação à propriedade da terra. *Revista Civitas*, vol.10, n.3, 2010b.
- _____. Antropologia e políticas públicas de incentivo ao turismo: paradigmas e proposições teórico-metodológicas para esse diálogo. In: _____. RODRIGUES, Lea; MORENO, Isidoro; RUBENS, Guilherme; PALENZUELA, Pablo (Orgs.). *Trabalho, políticas públicas e estratégias empresariais*. Fortaleza: MAPP/Expressão Gráfica e Editora, 2010, p. 109-144.
- SILVA, C.T.; LIMA, A.C.S.; BAINES, S.G. *Problemáticas sociais para sociedades plurais: políticas indigenistas, sociais e de desenvolvimento em perspectiva comparada*. Brasília: FAP-DF; São Paulo: Annablume, 2008.
- VELHO, O. *Las pictografías de la tristeza: una antropología sobre la construcción de la nación en el trópico y sus repercusiones*. In: RIBEIRO, Gustavo Lins.; ESCOBAR, Arturo (Ed.). *Antropologías del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder*. México: The Wenner-Gren Internacional / Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social / Enviñón, p. 321-341.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Etnologia brasileira. In: MICELI, Sérgio (Org.), *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Antropologia (Volume I). São Paulo: Editora Sumaré / ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999, p. 109-222.

Notas

- 1 Da perspectiva das relações entre essas populações eo Estado, a coletânea organizada por Cristhian Teófilo da Silva, Antonio Carlos de Souza Lima e Stephen Grant Baines (2008) trás uma série de artigos que abordam políticas indigenistas, sociais e de desenvolvimento, no Brasil e no México e o enfrentamento da questão fundiária. Sobre a luta em torno à propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais e apropriação de material biogenético vide Cunha (2009).
- 2 Para uma leitura mais detalhada veja Gonçalves e Rodrigues (2007).
- 3 Ribeiro e Escobar (2008, p.27) entendem antropologias hegemônicas como “o conjunto de formações discursivas e práticas institucionais associadas com a normalização da antropologia acadêmica que se faz principalmente nos Estados Unidos, Reino Unido e França”.
- 4 Sobre as cisões na antropologia mexicana devido à adesão ou não dos antropólogos a essas políticas vide Krotz (2008). Sobre o caso brasileiro vide Viveiros de Castro (1999).

A ecologia política e a avaliação de políticas públicas: reexplorando o caso de Tatajuba, Ceará

The political ecology and the evaluation of public policies:
exploring once again the case of Tatajuba, Ceará

L'écologie politique et l'évaluation des politiques publiques:
le cas de Tatajuba, Ceará, reexploré

La ecología política y la evaluación de las políticas públicas:
reexplorando el caso Tatajuba, Ceará

*Potyguara Alencar dos Santos**

Resumo: Ao artigo interessa propor uma interface metodológica entre a ecologia política, o método etnográfico e a avaliação de políticas públicas. Como articular uma conversação metodológica interdisciplinar entre os estudos sobre problemáticas socioambientais costeiras, a pesquisa de campo intensiva e a análise de agendas desenvolvimentistas nacionais/regionais? Aduz-se a hipótese de que os estudos em ecologia política, que tentam acompanhar as interações entre populações humanas e ambientes biofísicos específicos, poderiam ser uma terceira proposta de conhecimento a entrar em diálogo com as pesquisas que articulam a análise etnográfica e a avaliação de políticas públicas. Em vista de pensar essa interface, propõe-se a análise situacional dos relatos etnográficos de uma assembleia promovida pela Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), evento político propício à reflexão sobre as ações político-ecológicas do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRO-DETUR/NE) na macrorregião onde se localiza aquela comunidade marítima.

Palavras-Chave: ecologia política; método etnográfico; políticas públicas; programas de desenvolvimento; comunidades marítimas.

Abstract: The article interests to propose a methodological interface between political ecology, the ethnographic method and evaluation of public policies. How to articulate a methodological interdisciplinary conversation between the social and environmental studies on coastal issues, intensive field research and analysis of national/regional agendas of development? The article shows the hypothesis that the studies in political ecology, which keep track of the interactions between human populations and specific biophysical environments, could be a third proposal of knowledge to enter into dialogue with studies that articulate the ethnographic analysis and evaluation of public policies. In order to think this interface, we propose a situational analysis of ethnographic accounts of a meeting sponsored by Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), political event conducive to reflection on the political ecological actions of the Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PODETUR/NE) in macro-region where that is located the maritime community.

Keywords: political ecology; ethnographic method; public policies and development programs; maritime communities

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Pesquisador do Laboratório de Estudos da Globalização e do Desenvolvimento (LEG). E-mail: potyguara.alencar@gmail.com

Introdução Qual a relevância de uma disciplina como a ecologia política, e o seu apelo à pesquisa etnográfica, tal como abordada por Little (2006), na participação de uma interface com a avaliação de políticas públicas? E como o recurso metodológico da etnografia, este pensado como uma etapa sequencial à “análise de conteúdo e trajetórias institucionais de políticas e/ou programas” (Rodrigues, 2011, p.1), pode produzir essa mediação entre métodos?

Dando uso à proposta de Rodrigues (2011) de aproximar o método etnográfico da avaliação de políticas e programas de governo, o artigo procura desenvolver dois objetivos: [i.] propor uma conversaçãõ entre a etnografia – à maneira como é trabalhada pelos ecologistas políticos – e o processo de avaliação de políticas públicas; e [ii.] pensar, se servindo dessa aproximação metodológica interdisciplinar, a atuação de determinadas agendas desenvolvimentistas em ambientes biofísicos costeiros através dos projetos de infraestrutura de grande escala (PGE) do setor de turismo. Como conteúdo analisado, reexplora-se o caso do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste II (PRODETUR/NE), pensando a sua atuação na macrorregião costeira onde se localiza a comunidade marítima de Tatajuba, que está situada a 365 km de Fortaleza, Ceará¹.

Como aborda Little (2006), a ecologia política, esse campo disciplinar herdeiro de divisões e imbricações de tradições das ciências biológicas e sociais – como a ecologia cultural e os estudos de sistemas socioadaptativos abordados por Steward (1955) e Moran (1990) –, se propõe a produzir um mapeamento político-discursivo dos usos de ambientes biofísicos específicos, pensando as interações entre sociedades humanas, recursos naturais bióticos e abióticos disponíveis e iniciativas político-empresariais de gerenciamento de territorialidades.

O emprego da ecologia política por pesquisadores brasileiros de diversas áre-

as tem sido notável, por exemplo, na avaliação dos impactos de políticas públicas nas relações de trabalho da pesca tradicional marítima, algo abordado na tese de Lobão (2006), na discussão das políticas de administração de reservas extrativistas onde vivem populações humanas (grupos étnicos e populações tradicionais), a exemplo da tese de Simões (2010), e nas práticas de etnomapeamento e produção de diagnósticos ambientais produzidos pelo pacto que visa integrar iniciativas de Estado e populações ameríndias amazônicas; tema trabalhado por Correia (2007), entre outros.

Em todos os usos da ecologia política, como faz observar Little (2006), a prática etnográfica sobressai na condição de um campo metodológico capaz de explorar as respostas socioadaptativas de determinadas populações humanas a mudanças ambientais, pensando, através dessas respostas, as relações locais de poder implicadas na implantação de políticas e programas de gerenciamento de recursos naturais.

Na intenção de fazer uso dos recursos analíticos da ecologia política, relacionando os seus conteúdos com o método etnográfico – mais especificamente, com o método situacional trabalhado por Gluckman (2009) –, explora-se o relato etnográfico produzido em uma reunião promovida pela Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), administrada pelos moradores da comunidade marítima de Tatajuba, Ceará²; evento do qual o autor presenciou e participou na tarde do dia 23 de dezembro de 2010³.

Os conteúdos do relato acercam temas como a participação política dos atores locais no processo de gerenciamento de patrimônios fundiários, suas opiniões acerca dos usos do socioterritório onde se assenta a vila de Tatajuba e as representações e vocativos êmicos aplicados às formações geomorfológicas e paisagísticas da região: campos de dunas, mangues, matas de transição etc. Sobre a ocasião da reunião, destaca-se o

fato de que alguns membros da Associação Comunitária dos Moradores de Tatabuba (ACOMOTA) construíram um modelo de etnomapa (Sztutman, 2006)⁴ sobre um traçado cartográfico oficial produzido pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) e a empresa Brazil Hospitality Group (BHG)⁵, que se afirma proprietária dos 5.275 hectares onde se assenta a comunidade marítima de Tatabuba. O caso da construção do etnomapa será particularmente importante à discussão de como os recursos socioambientais são representados e mobilizados de forma conflitiva entre populações locais e iniciativas público-privadas na expansão dos projetos de desenvolvimento do turismo, e como esses recursos são relidos no ato de construção dessa cartografia socioambiental.

Programáticas desenvolvimentistas, ambientes biofísicos e atores políticos: temas metodológicos em conversação

A proposta ressaltada pelo artigo procura envolver conversações entre as metodologias de avaliação de políticas públicas, à maneira como são lidas pelas abordagens atuais de Rodrigues (2008, 2011), e a ecologia política discutida por Little (2006), que teoriza sobre o potencial etnográfico desse campo disciplinar.

Dentro dessa proposta, o desenvolvimento das ideias de Rodrigues (2012) vem sendo particularmente importantes na iniciativa de aproximar conhecimento antropológico, através do método etnográfico, das análises das produções textuais e de resultados sociais de políticas e programas governamentais. Assim, o emprego de uma visão analítica própria da antropologia vem sendo trabalhada a partir da proposta que vem sendo tratada em termos de uma avaliação em profundidade, que no processo da aprecia-

ção de programáticas políticas partiria de quatro eixos de análise:

conteúdo da política e/ou do programa, contemplando sua formulação, bases conceituais e coerência interna; trajetória institucional; espectro temporal e territorial abarcado pela política ou programa e análise de contexto de formulação dos mesmos. (grifo meu) (Rodrigues, 2008, p.1)

Uma proposta avaliativa profunda de determinadas programáticas políticas se ancoraria, portanto, numa orientação de base antropológico-interpretativa, quando propõe sejam explorados "os significados da política para os que as formulam, executam ou vivenciam" (grifo meu) (Rodrigues, 2011, p.3). Logo, uma avaliação profunda seria aquela que desafia a capacidade de "ser ao mesmo tempo extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que exigiria uma abordagem multi e interdisciplinar" (2011, p.2). Nada mais conveniente ao propósito do artigo do que a veiculação de uma conversação interdisciplinar, dado que a proposta aqui definida é a de expandir a ecologia política em direção à metodologia de avaliação em profundidade proposta por Rodrigues (2008).

Na tradição da ecologia política dos estudos de interface entre sociedades humanas e ambientes biofísicos, a principal característica empregada na disciplina por seus pesquisadores vem sendo construído como um

campo de pesquisa que combina o foco da ecologia humana nas inter-relações que sociedades humanas mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos com conceitos da economia política, que analisa as relações estruturais de poder entre essas sociedades. (Little, 2006, p.2)

E em especial, a ecologia política empregada no exercício da pesquisa etnográfica a partir de contextos socioambientais vem sendo notável pela sua capacidade de ajudar

na análise dos modos culturalmente específicos de adaptação ecológica de distintos grupos sociais – os sistemas produtivos e tecnologias que empregam, os recursos naturais que exploram e as ideologias que utilizam para justificar seu modo de adaptação e as reivindicações territoriais que defendem – e da interação dinâmica e conflituosa provocada pelo choque entre esses modos de adaptação. (Little, 2006, p.3)

Outras subáreas poderiam ser discutidas aqui, como a proposta de uma *post-structuralist political ecology* pensada por Escobar (1993), ou o método da *historial ecology* trazida por Ballé e Erickson (2006). De todo modo, é a ideia de uma “ecologia política como método etnográfico” (Little, 2006, p.1) que melhor responde ao propósito de analisar o relato de um ambiente político da vila de Tatajuba, no Ceará, e dessa forma pensar os recortes discursivos e práticos que constroem noções socioambientais que dão forma ao campo relacional produzido dentro dessas “complexas redes de interesses que existem dentro e ao redor dos projetos” (Ribeiro, 2008, p.111).

Em caso particular, o método empregado na lida com os dados etnográficos trazidos pelo artigo foi o método situacional produzido por Gluckman (2009). O método situacional se orienta a produzir, a partir de eventos sociais localizados (como um cerimonial cívico, uma reunião de interesse político ou uma celebração festiva, por exemplo), uma leitura etnográfica de contextos sociais de forma mais extensiva, sempre pensando que a partir do relato de um caso específico podemos fazer asserções interpretativas sobre um “contexto estrutural mais amplo” (Gluckman, 2009, p.324).

No caso da análise dos dados trazidos neste artigo, acredita-se que o relato etnográfico de uma reunião promovida pela Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA) pode nos situar numa perspectiva que vai dos acontecimentos mais localizados às re-

percussões mais globais, reconstruindo determinadas relações conflitivas entre os grupos e as suas visões administrativas sobre os ambientes biofísicos costeiros.

As trajetórias do PRODETUR na costa extremo-oeste do Ceará

O Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE) surgiu em 1994, após uma avaliação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que apontou o turismo como uma atividade competitiva do Nordeste. Segundo a agência financiadora, o Nordeste apresenta “recursos cênicos e culturais significativos, além de mão de obra em abundância e com custos relativamente baixos”⁶. Para iniciar ações afirmativas na região, o BNDES criou, em 1994, o Programa Nordeste Competitivo (PNC), que logo em seguida recebeu apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O conjunto das parcerias incentivadas pelo BNDES contou, ao final, com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco do Nordeste (BNB), os estados da região Nordeste e o então Ministério dos Esportes e Turismo.

Em caso particular, o PRODETUR/NE II é uma política de concessão de recursos para investimentos em turismo, formada por um conglomerado de agências financiadoras, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Cooperação Andina de Fomento (CAF) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Em termos aproximados, calcula-se que, desde o ano de criação do PRODETUR Nacional, já foram investidos, só no litoral cearense, quase R\$ 580 milhões em infraestrutura básica para o turismo: construção de rodovias estaduais e aeroportos, requalificação de regiões costeiras localizadas em grandes centros urbanos, implantação de planos diretores municipais, manutenção de acervo patrimonial e histórico, regula-

rização de Áreas de Proteção Permanente (APP's) e Áreas de Proteção Ambiental (APA's), mapeamento por ortofotocartas de regiões costeiras, entre outros investimentos. Apenas no litoral onde se localiza o município de Camocim, do qual faz parte a vila de Tatajuba, os investimentos já somam mais de R\$ 200 milhões; estando previstos mais R\$ 270 milhões para o ano de 2011⁷.

Como concluído num dos seus artigos, Rodrigues (2009) faz observar pontos contraditórios entre alguns usos terminológicos do Plano Nacional de Turismo (PNT-2007/2010)⁸, documento que embasa as ações regionais do PRODETUR/NE⁹, quando ora traz as noções de "preservação cultural" e "desenvolvimento sustentável" e ora emprega termos como "desenvolvimento turístico", "populações afetadas pelo turismo" etc. Outros pesquisadores do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (MAPP/UFC) procuraram avaliar o programa a partir dos seus paradoxos discursivos, a exemplo das pesquisas de Porto (2008).

No contexto da vila de Tatajuba, o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste II (PRODETUR/NE) vem concentrando suas ações basicamente na construção de rodovias que facilitam o acesso à vila – a exemplo da rodovia estadual que liga Granja ao distrito de Parazinho, uma das regiões distritais mais próximas de Tatajuba –, na promoção de cursos de formação de pequenos empresários do setor de turismo promovidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e Pequeno Empresário (SEBRAE), em 2009, no mapeamento por ortofotocartas da região e na facilitação fiscal para o licenciamento de territórios de dunas para a instalação de aerogeradores de energia eólica. Todas essas ações correspondem ao montante de investimentos previstos pelo PRODETUR/NE na infraestrutura local.

Etnografando ambientes políticos via análise situacional

O relato etnográfico aqui apresenta-

do aborda uma reunião ocorrida no dia 23 de dezembro de 2010, às 15h30, na sede da Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), localizada na vila de Tatajuba, Ceará. Na ocasião, estavam presentes cerca de 20 associados, dentre eles o presidente e o tesoureiro da Associação, além do próprio pesquisador que produziu o relato do evento.

O presidente da ACOMOTA, João Batista, conhecido na vila pelo apelido de Tita, começa expondo alguns pontos de pauta que seriam abordados naquele dia. Dentre eles constavam a reforma da sede da associação, esta prevista para o começo do ano de 2011¹⁰, e a consulta aos associados sobre a proporção territorial que se iria reivindicar judicialmente das posses da empresa Brazil Hospitality Group (BHG); isto é, os associados teriam que indicar naquela ocasião qual seria a dimensão territorial dos 5.375 hectares registrados pela empresa BHG que deveriam ser apontadas como territórios pertencentes aos moradores da vila.

Algumas horas antes da reunião, o presidente, o tesoureiro e dois outros associados da ACOMOTA haviam se utilizado de uma pequena carta geográfica produzida pelo Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) para produzir, a partir desse mapa oficial, outra carta, essa a ser desenhada em três folhas de cartolinas brancas pintadas a lápis de cera. A carta do IDACE foi expedida em 2006, após um processo de cadastramento dos patrimônios fundiários das famílias residentes na vila, que localizou e cadastrou 123 lotes de terras. Na época, o processo de cadastramento dos patrimônios foi interpretado pelos moradores como uma ação incentivada pela empresa Brazil Hospitality Group (BHG) junto ao órgão do governo estadual; já que a empresa era a principal interessada em certificar a sua situação de titulação legal frente às demais propriedades dos habitantes da vila, que não eram (e ainda não são) titulares cartoriais dos lotes de terras onde as suas residências estão assentadas.

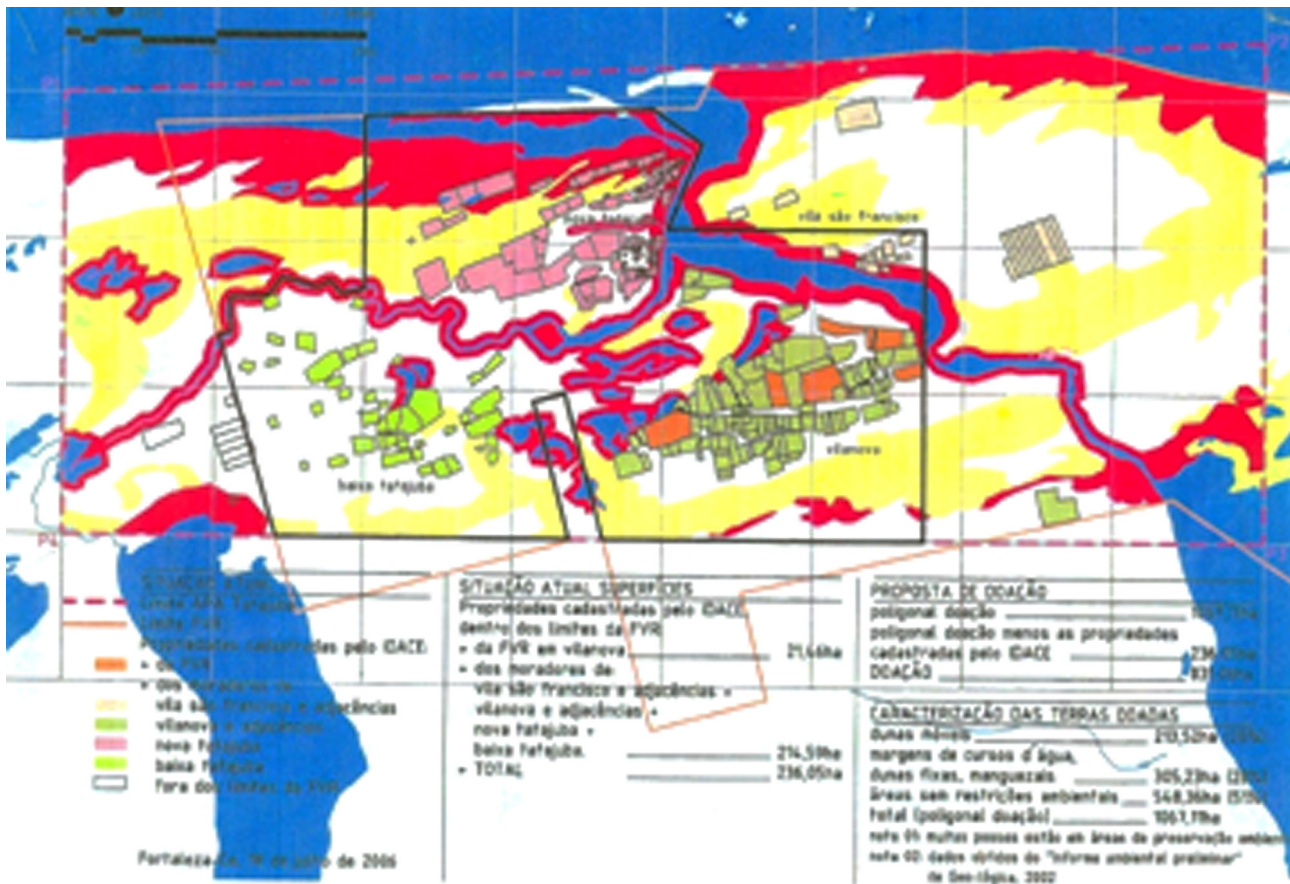


FIGURA 1

Detalhe da carta oficial atribuída ao Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), na qual os associados da ACOMOTA se basearam para produzir o etnomapa. Os loteamentos cadastrados pelo IDACE estão marcados de verde, rosa e laranja. A cópia da carta foi cedida ao pesquisador pela própria ACOMOTA.

O mapa oficial, com todas as suas convenções cartográficas técnicas – tamanho e formato dos terrenos, altitude dos relevos e indicações físicas da existência de construções civis (pontes, caixa-d'água, igreja, grupo escolar etc.) –, foi redesenhada pelos associados, tomando a forma de um *etnomapa*; que longe de ter as indicações de agrimensuração técnica, convenções escalares trazia, por outro lado, os nomes dos acidentes geográficos da região, das pequenas localidades vizinhas e das matas, dos braços de mar e suas reentrâncias na terra, entre outros.

O que se percebe dessas duas formas de configurações cartográficas – a oficial e a “nativa” –, com as suas indicações de *móveis* e *fluxos* geográficos, para relacionar os conceitos de Santos (2006), foram dois modos de representação da espacialidade do ambiente biofísico cos-

teiro e da sua ocupação humana: o traçado oficial privilegia simplesmente a demarcação e delimitação física de terrenos e suas localizações dentro de um espaço geográfico que é recortado em escalas, já o traçado produzido pelos associados privilegia os nomes das paisagens, os desenhos biofísicos das interações entre sistemas ecológicos da terra e do mar, as localizações das matas, entre outros. Essa oposição entre sistemas de representação geográfica também expressa uma diferença entre o sistema classificatório oficial e as *toponímias*, que, como esclarece Sousa (2007, p.90), são “os processos de nomeação dos acidentes físicos e humanos” empregados por populações locais.

O mapa produzido pelos associados foi apresentado no começo da reunião. Tita, o presidente da ACOMOTA, aponta no etnomapa todos os pontos que tan-

genciam os limites da propriedade da empresa, tratando com muita precisão quais são as localidades e recursos ambientais que eles abrangem. Os hectares reivindicados pelo grupo BHG, segundo a sua descrição, vão da praia da vila de *Guriú*, descendo ao sul rumo às matas do *Córrego* – que são duas comunidades vizinhas a *Tatajuba* –, contornando o chamado *Lago Grande*, chegando à vila de *Tatajuba* e voltando ao litoral no limite do coqueiro do *Abêncio*; planta localizada à beira-mar, que, segundo os moradores foi cultivada por um dos primeiros habitantes da localidade.

Os participantes da reunião começaram a discutir sobre a importância de garantir parcial ou plenamente as terras hoje registradas no nome da empresa. Alguns associados falam de uma necessidade de garantir a totalidade das terras aos moradores da vila – ou seja, nenhum hectare deveria pertencer ao grupo empresarial –, já outro número de pessoas, em menor quantidade, falava da possibilidade de divisão do território, concebendo a ideia que metade dos hectares pertenceria aos “nativos” e metade ficaria com a empresa; argumentando-se que a localidade não iria crescer tanto, por isso não se precisaria de tantos hectares. Os que defendiam as terras na sua totalidade “para os nativos” (*sic*), explicavam da importância das “matas do sertão” – ou seja, das matas de transição que contornam a zona litorânea de *Tatajuba*. Essas matas, segundo eles, seriam de extrema importância para os moradores que plantam roças (cultivo de leguminosas e tubérculos que são aproveitados na refeição familiar e na alimentação dos animais). Outros que partem dessa mesma defesa apontam os riscos que existiram em “entregar as terras para a empresa”, dado que ela poderia fechar, pelo litoral, os acessos que os turistas vindos de *Jijoca de Jericoacoara* têm a *Lagoa da Torta*, ponto comercial turístico gerenciado pelos moradores da vila.

Durante as discussões, vários dos

associados levantaram-se das suas cadeiras e foram até o mapa da Associação que estava afixado na parede. Muitos tentaram explicar o porquê de preservar determinado trecho de praia, assim como da necessidade de avisar aos moradores das vilas próximas da importância de se aliarem na defesa da terra. Outros apontam lugares onde a empresa estaria levantando cercas, ação que, segundo o informante, não era conhecida pelos moradores da comunidade de *Córrego*, por exemplo, que ficava às margens desse processo de avançamento ilegal da propriedade do grupo para o “sertão”; ou seja, do litoral em direção ao interior da região.

Do conjunto daquelas falas, em que as *toponímias* locais (Souza, 2007) eram trazidas, o pesquisador começa a conhecer com mais clareza tanto a geografia local, nos termos êmicos como é tratada pelos seus próprios habitantes desde a instauração da conflitiva fundiária, assim também como das posições individuais que se afiguram por trás daquelas falas que, de opiniões divididas, estão em defender parcial ou plenamente o território da vila frente ao grupo empresarial.

Assentada no centro de um campo de dunas fixas, a vila, na sua configuração espacial atual, tem seus habitantes distribuídos entre três pequenos núcleos populacionais: as populações que vivem à margem esquerda da *camboa* – categoria local que designa o fluxo de marés que adentra o continente circulando o território da vila –, as populações “das matas”, como são chamados os habitantes que moram afastados da zona de preamar, e plantam roçados de leguminosas e tubérculos em regiões de um mata de transição entre o planalto sedimentar das serras úmidas cearenses e a caatinga, e por fim, as populações “das baixas”, que vivem numa região de relevo pouco acidentado e propício ao pastoreio junto da faixa litorânea. Na ocasião, a defesa do território observou a localização de cada um dos indivíduos a partir das suas inserções nesse ou naquele ambiente bio-

físico, assim como foi avaliado o significado socioeconômico que eles apresentam para cada um dos moradores presentes no instante daquela reunião.

Embora se pense que 5.275 hectares é uma extensão territorial superior ao que seria suficiente para prover as necessidades de usos pelos 1200 habitantes da vila¹¹, a conclusão que se chega, após a definição feita pelos seus habitantes dos modos particulares de apropriação econômica do território, é que mesmo dentro dessa grande área, as atividades desenvolvidas são diversas e complementares.

Para exemplificar a diversidade desses sistemas ecológicos e os seus usos, e como as relações de trabalho se articulam dentro deles, poderia se mencionar, por exemplo, a relação entre *donos de cabeças de gados* e *vaqueiros campeadores* da vila.

Entre os poucos donos de cabeças de gado da vila – que não trabalham na lida com o animal em campo aberto – e os vaqueiros-campeadores há uma relação de prestação de honras de benefícios que poderia ser analisada a partir de uma sociologia das trocas. Quando algum proprietário tem apenas uma cabeça de gado e precisa dos serviços do vaqueiro-campeador para cuidar do animal (procurando o melhor pasto, cuidando da sua saúde, ordenhando etc.), ele oferece 1/4 da carne do gado ao vaqueiro; caso o animal venha a gerar crias, 2/4 da carne são lhe reservados, e ainda se o animal gera mais uma novilha, 3/4 do animal passam a lhe pertencer. A proporção de serviços e “pagamentos” chega ao seguinte resultado: a cada quatro cabeças de gado que o vaqueiro-campeador cuida de qualquer proprietário natural da vila, uma cabeça de gado lhe pertence em recompensa dos seus serviços. Desse modo, o assalariamento do vaqueiro-campeador é substituído por uma moeda comum, as cabeças de gado, o que faz do vaqueiro também um proprietário, e não só um mero servidor. Um fato que pode ser destacado desse esquema distributivo de serviços e produtos é que o dono das cabeças de

gado e o vaqueiro geralmente não trabalham nas mesmas atividades: o primeiro pode ser afeito à lida com a pesca marítima, por exemplo, tendo a criação de gado como uma renda que exceda aos lucros advindos da pesca, na mesma proporção que o segundo pode ter seu nexo monetário apenas ligado ao pastoreio. O primeiro deles precisa do território marítimo – do mar alto e da *camboa* –, o segundo precisa das “baixas”, terreno mais ou menos plano propício à criação dos animais, mas ambos complementam e relacionam suas atividades quando essas trocas se operam.

Continuando a reunião, e após um tempo de diálogo entre os associados, um voto por maioria simples, algo proposto pelo presidente da associação, decidiu que as marcações territoriais que definiriam o perímetro defendido pela Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA) iriam, pela costa, da fronteira com o distrito de *Guriú*, a leste, descendo para o *Lago Grande*, entrando pelo continente 6 km e voltando à costa na altura do *Coqueiro do Abêncio*. Segundo Tita, essa demarcação contemplaria as observações de todos os associados presentes. O próximo encaminhamento seria levar essa decisão para o advogado representante da ACOMOTA¹², profissional cedido pelo Instituto Terramar, que presta assessoria jurídica à instituição desde 2001, quando do início do conflito.

Da ecologia política à avaliação de políticas públicas

Voltar-se à ecologia política buscando aproximá-la da avaliação de políticas públicas responde à necessidade de apresentarmos metodologias que fortaleçam a capacidade de abordagem dos efeitos das interações entre as populações locais e a própria *governança pública* de uma maneira geral, essa rede que Heidrmann (2010) define como sendo formada pelo Estado, a iniciativa privada e o terceiro setor.

Um campo interdisciplinar metodológico como esse procuraria dar respostas ao fenômeno que alguns pesquisadores vêm tratando em termos de uma “ambientalização” dos conflitos sociais” (Lopes, 2004, p.11). Algo que é refletido com a emergência, cada vez mais explícita, da reivindicação de direitos fundiários em zonas de APA’s (Áreas de Proteção Ambiental) e APP’s (Áreas de Proteção Permanente) por populações tradicionais e grupos étnicos, a referência de uma marca de sustentabilidade às identidades laborais de determinados grupos tradicionais, como as quebradeiras de coco, os seringueiros, as marisqueiras, os faxinalenses e os pomeranos, por exemplo, e também a reivindicação de políticas voltadas ao benefício dos seus representantes.

Se é da ordem da ecologia política pensar as relações entre as sociedades humanas e os ambientes biofísicos onde habitam, analisando, também, os usos dos recursos aí gerenciados por parte das iniciativas de mercado, então as políticas públicas poderiam ser avaliadas por esse método a partir dos problemas de implementação das suas ações. A tomar a ideia de Heidermann (2010), a implementação pode ser concebida como

um esforço para se obter cooperação entre as pessoas incumbidas de promovê-la, e não meramente como um desafio gerencial para proporcionar as melhores condições de comunicação entre estas pessoas; a cooperação pressupõe uma abordagem decisória da natureza participativa e dialógica, e não apenas uma abordagem gerencial da eficácia comunicativa. (2010, p.37)

No caso do relato etnográfico aqui detalhado, que aborda uma situação de decision making (Tavares, 1975; Nicholson, 1994) de uma associação comunitária de moradores que discute o gerenciamento territorial da sua vila, o que se procurou privilegiar foi a participação dessas populações num processo decisório que,

por acontecer em contextos multiesca- lares de governança, costuma relevar as demandas locais.

A partir da sua pesquisa na então vila Icapuí, no Ceará, e de leituras e revisões de alguns autores que debatem o tema, Tavares (1975) trata da decision making como sendo uma situação em que

estão envolvidos problemas de alocação de recursos (não necessariamente econômicos) e da responsabilidade e representatividade, ou seja, problemas relativos à escolha de indivíduos que representem o grupo e que no processamento das situações levem em conta os interesses de todos os elementos que o compõem. (Tavares, 1975, p.70)

Já outros autores, como Nicholson (1994), preferem pensar a instituição da *decision making* a partir da sua relevância ritual, encontrando nela um campo agonístico em que posições políticas podem ser verificadas a partir das expressividades corporais e orais dos indivíduos que participam desses eventos públicos.

A possibilidade de conhecer, através da pesquisa de campo intensiva, os modos de representação dos recursos naturais, as maneiras como são classificados e a importância que desempenham na vida dessas comunidades, conclui um projeto de Rodrigues (2008, p.3) de chegar a “uma compreensão aprofundada da dinâmica sociocultural das populações ora residentes nessas localidades de forma que se possa acompanhar as mudanças ocasionadas com a implementação de tais políticas”. Passe-se, portanto, de uma “avaliação de trajetória de uma política” (Rodrigues, 2011, p.55), em que se privilegia o campo discursivo dos programas, para uma análise dos resultados factuais que expressam a recepção dessas populações às iniciativas político-empresariais sobre os seus territórios.

Um processo de decision making por parte dos moradores da vila, quando partem para decidir qual a proporção

de terras a serem judicialmente reivindicadas ao direito dos habitantes da vila, demonstra uma necessidade de dar privilégios aos pequenos campos decisórios onde são refletidas as iniciativas do grande setor de governança e de mercado.

Apreende-se da análise do etnomapa, por exemplo, que o grande campo de uma conflitiva pode também sair do palco das interações face a face entre grupos ligados ao consórcio Estado-empresas e os representantes locais, para uma conflitiva terminológica, em que as simbologias textuais são repensadas para logo mais serem substituídas: do mapa oficial expedido pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (IPECE), os moradores destacaram as convenções cartográficas que não os identificavam na condição de "residentes" na região, e substituíram essas convenções pelas toponímias adotadas pelos próprios moradores. Vazios de territórios que não ganhavam nenhuma denominação na carta oficial foram preenchidos na carta "oficiosa" por terminologias como: Cai-Cai, Morro Tremembé, Coqueiro do Abêncio, Lago da Torta, Camboa etc.

Todas as toponímias, quando assinaladas no mapa desenhado por alguns associados da ACOMOTA, refletem, por parte da atitude do grupo, uma necessidade de marcar alguns domínios simbólicos dentro daquele sistema de representação, além de demonstrar o nível de engajamento com que eles se inserem dentro da conflitiva política e territorial discutida na ocasião da formação daquele ambiente político de decisão.

A sobrecodificação da toponímia oficial – dos códigos da carta expedida pelo Estado para o etnomapa – leva-nos ao entendimento de que os atores, ao proporem a mudança das convenções oficiais para os vocativos nativos – estão trazendo, para o plano da atuação política decisória, determinados campos de simbolização que

em verdade, trata-se de um *significado de "natureza"*, enquanto uma represen-

tação disposta num campo de disputas que (...) chama a atenção para uma construção social e um ato deliberado dos que se empenharam de maneira direta em extrativismos e cultivos agrícolas com unidades familiares, afirmando uma identidade coletiva. (grifo meu) (Almeida, 2008, p.20)

Com o novo mapa, onde todas as categorias êmicas encontram os seus correspondentes visuais cartográficos, os associados articulam um comunicação uns com os outros através dos desenhos em que as paisagens representadas não apenas são referentes imagéticos, mas, na verdade, expressão de um *território vital*, no dizer de Little (2002), que concebe um conceito de territorialidade

como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu "território" ou *homeland* (...) sentido de pertencimento a um lugar específico e profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva. (grifo do autor) (2002, p.3)

Chamar atenção para os códigos públicos (Geertz, 1989) de representação dos recursos naturais das populações costeiras, e vinculá-los aos seus usos nos ambientes políticos onde são negociadas decisões sobre o patrimônio fundiário, responde ao interesse de marcar a importância de encaixar a agência desses atores – no sentido político-participativo e simbólico – nos processos de desenvolvimento de programas políticos e ações do setor privado sobre os seus socioterritórios.

Uma avaliação de impacto, independentemente do sequenciamento das suas etapas, deveria levar em consideração a posição desses grupos no interior das problemáticas levantadas por essas políticas, assim também como as inserções e manejos simbólicos produzidos por eles

no enfrentamento e na ressignificação dos acontecimentos políticos cotidianos.

Considerações finais

É notável que pesquisadores do campo da avaliação de políticas públicas procuram empreender, com cada vez mais apelo, uma conversação atenta com o campo de recursos disponíveis pelo acesso de conhecimento antropológico; assim como é esperado que o desenvolvimento do caminho contrário também seja executado.

Em especial, a proposta aqui apresentada – qual seja a de aproximar os aportes da ecologia política ao processo avaliativo de políticas e programas de desenvolvimento – é concebida como um esforço que visa chamar atenção para pelo menos duas entradas analíticas: [i.] para

a importância do conhecimento desses significados da natureza (Almeida, 2008) despertados pelas populações de cujos ambientes biofísicos são atingidos pelos grandes projetos de desenvolvimento; [ii.] para a necessidade de avaliar essas programáticas políticas a partir de quem faz – observando, como avalia Gustavo (2008), as redes de desenvolvimento que se geram nos seu interior e nos entornos dos projetos – e onde é feito – produzindo uma leitura das transformações socioespaciais operadas em certos contextos, sempre a sublinhar as categorias locais que traduzem esses movimentos políticos sobre os mapas sociais. Embora com uma proposta incipiente, foi por essa orientação que o artigo procurou seguir.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos 'archivos' da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- BALÉE, William; ERICKSON, Clark. *Time and complexity in historical ecology: studies in neotropical low lands*. New York: Columbia University Press, 2006.
- CORREA, Cloude de Souza. *Etnomapeamento, etnozoneamento e diagnóstico etnoambiental: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas do estado do Acre*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, UnB, Brasília – DF.
- EESCOBAR, Arturo. Construction of nature: elements for a post-structuralist political Ecology. *Futures*, Illinois, Vol. 28, nº. 4, pp. 325-343, 1996.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
- GLUCKMANN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p.237-364.
- HEIDERMAN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In. SALM, José Francisco; HEIDERMAN, F. G. (org.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análises*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.
- LITTLE, Paul E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, vol.12, nº25, pp. 85-103, 2006.
- _____. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropológica*, Brasília, nº 322, pp 1-23, 2002.
- LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silva. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento*. 2006. Tese (Doutorado em

Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, UnB, Brasília – DF.

LOPES, José Sérgio Leite. A 'ambientalização' dos conflitos sociais. (2004), in LOPES, José Sérgio Leite et al (org.), A ambientalização dos conflitos sociais, Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

MORAN, Emilio F. The ecosystem approach in anthropology: from concept to practice. 1 ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1990.

NICHOLSON, Trish. Institution building: examining the fit between bureaucracies and indigenous systems. (1994), In. WRIGHT, Susan (org.), Anthropology of organizations, London/UK, Routledge.

PORTO, Luana Cavalcanti. "Políticas de turismo e território: paradoxos entre o Prodetur/Ne e o programa de regionalização do turismo". In: 1º Encontro Internacional sobre Gestão em Turismo (EIGTUR), Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - 25 a 29 de março de 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro. São Paulo: Editora Marco Zero e ANPOCS, 1991.

_____. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. Novos Estudos, São Paulo, nº 80, março, p.109-125, 2008.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Antropologia e Políticas Públicas: incentivo ao turismo na costa extremo-oeste cearense e impactos sobre populações locais. Projeto de pesquisa. (Inédito), 2008a.

_____. "Diretrizes da Política Nacional de Turismo e impactos econômico-culturais sobre populações locais: Nas trilhas do Roteiro das Emoções (Jijoca de Jericoacoara, CE a Barreirinhas, MA)". In. Anais da XXXIII Reunião da ANPOCS, GT: Cultura, Economia e Política. Caxambu, 26 a 29 de outubro de 2009.

_____. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, João Pessoa, Nº 16, mar., pp.55-73, 2011.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SIMÕES, Eliane. O dilema das decisões populações humanas em parques: jogo compartilhado entre técnicos e residentes no núcleo Picinguagaba. 2010. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, Universidade de Campinas, UNICAMP, Campinas - SP.

STEWART, Julian H. Theory of culture change. 1 ed. Urbana: University of Illinois Press, 1955.

SOUSA, Alexandre Melo de. Pelos verdes mares bravios: a toponímia das praias do Ceará. Revista Philologus, Rio de Janeiro, v. 38, mar., p. 90-108, 2007.

SZTUTMAN, Marcio. Etnomapeamento: uma técnica robusta, barata e de fácil implementação para a gestão etnoambiental em terras indígenas. Acessado em: 15/11/2011. Disponível em: <http://www.ibcperu.org/doc/isis/6409.pdf>[Link].

TAVARES, Maria das G. de Pinho. Um estudo de tomada de decisão (decision making) na pesca artesanal. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UnB, Brasília – DF.

Resumem: El artículo propone una interfaz metodológica entre la ecología política, el método etnográfico y la evaluación de las políticas públicas. ¿Cómo articular una conversación metodológica interdisciplinaria entre las ciencias sociales y ambientales en los problemas costeros, la investigación de campo intensivo y análisis de las agendas de desarrollo nacional y/o regional? La hipótesis es que los estudios de la ecología política, el seguimiento de las interacciones entre las poblaciones humanas específicas y entornos biofísicos, podría ser una tercera propuesta de conocimiento para dialogar con los estudios que articulan el análisis etnográfico y la evaluación de políticas públicas. Buscando esta interfaz se propone un análisis de la situación de los relatos etnográficos de una reunión de la Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), evento político propicio a la reflexión sobre las acciones político-ecológicas del Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PODETUR/NE) en la macro-región donde se encuentra la comunidad marítima.

Palabras clave: la ecología política, el método etnográfico, las políticas públicas y programas de desarrollo; las comunidades marítimas;

Résumé: L'article propose une interface de méthodologie entre l'écologie politique, la méthode ethnographique et l'évaluation des politiques publiques. Comment on peut articuler une conversation méthodologique interdisciplinaire entre les études sociales et environnementales sur les questions côtières, la recherche intensive sur le terrain et l'analyse des programmes de développement nationaux / régionaux? Nous présentons l'hypothèse que les études en écologie politique, qui essaye d'accompagner l'interaction entre les populations humaines et l'environnements biophysiques spécifiques, pourraient être un troisième élément de la connaissance à faire partie du dialogue avec les études qui articulent l'analyse ethnographique et l'évaluation des politiques publiques. Pour penser cette interface, nous proposons une analyse de la situation des comptes rendus ethnographiques d'une réunion réalisé par l'Associação dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), un événement politique propice à la réflexion sur les actions politico-écologiques du Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PODETUR/NE) dans la macro-région où se trouve laquelle communauté maritime.

Mots-clés: l'écologie politique; la méthode ethnographique; politiques et programmes publics de développement; les communautés maritimes;

Notas

- 1 A comunidade marítima de Tatajuba pertence à comarca distrital do município de Camocim, localizado na costa extremo-oeste do estado do Ceará, a 365 km de Fortaleza. O território onde a vila está assentada fica no litoral leste do município-sede ao qual pertence, distando cerca de 25 km.
- 2 O evento da reunião na Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA) ocorreu na tarde do dia 23 de dezembro de 2010, ocasião em que os associados discutiram algumas iniciativas viáveis à defesa do território frente aos interesses da empresa Brazil Hospitality Group (BHG) de explorar as potencialidades turísticas da localidade por meio de equipamentos do turismo de grande escala.
- 3 O relato consta registrado no diário de campo do pesquisador. As pesquisas foram realizadas sob a supervisão acadêmica da professora Dr.^a Lea Carvalho Rodrigues, àquela época orientadora do autor em bolsa PIBIC/CNPq.
- 4 Como abordado Sztutman (2006), a proposta do etnomapeamento vem sendo trabalhada em maior ou menor grau por populações tradicionais e grupos étnicos brasileiros. Em caso específico, o mapeamento participativo por imagem surge como "uma ferramenta que permite o planejamento e integração de diferentes iniciativas aparentemente desconexas (...) através desta técnica é possível, por exemplo, combinar ações de fiscalização, manejo de recursos florestais, zoneamento de áreas de uso e revigoramento cultural" (Sztutman, 2006, p.4).
- 5 Site do grupo BHG: <http://www.bhg.net/>.
- 6 Para mais informações, consultar <http://www.bnb.gov.br/PRODETUR>.
- 7 CEARÁ assina contrato de financiamento do PRODETUR Nacional. Site Oficial do Ministério do Turismo (Mtur), Brasília, fev. 2011. Disponível em: <http://www.mtur.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2011.
- 8 O Plano Nacional de Turismo (2007-2010) foi criado durante a gestão de Marta Suplicy no Ministério do Turismo (MIT). O plano deu conta do planejamento do turismo nacional nos últimos quatro anos. Vide: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/.

- 9 O Plano Nacional de Turismo (2007-2010) foi criado durante a gestão de Marta Suplicy no Ministério do Turismo (MIT). Atualmente o PNT está na sua segunda fase Para mais informações, vide http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/.
- 10 A ACOMOTA contava, na ocasião, com um recurso de R\$ 40.000,00 referentes a um projeto aprovado junto ao Instituto Terramar (<http://www.terramar.org.br/>), organização que acompanha a associação de moradores desde 2001.
- 11 Dados especulados pelo agente do Programa Saúde da Família (PSF), no ano de 2009, que também é residente de Tatajuba.
- 12 Atualmente, seguem à frente da representação jurídica da ACOMOTA a senhora Marília Passos, do Escritório de Direitos Humanos Frei Tito da Assembleia Legislativa (EFTA), e o senhor Cláudio Silva, Advogado da Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba.

O quilombo que remanesce: impactos da política pública de certificação e de titulação do território em Rio de Contas, BA¹

The quilombo that remains: impacts of public policy on certification and titling of the territory in Rio de Contas, BA

El quilombo que queda: impactos de las políticas públicas en materia de certificación y titulación del territorio en Rio de Contas, BA

Les quilombo qui reste: les impacts des politiques publiques sur la certification et le titrage du territoire à Rio de Contas, BA

*Ubiraneila Capinan**
*Lídia Cardel***

Resumo: O presente artigo analisa o impacto das políticas públicas de certificação do autorreconhecimento como remanescente de quilombo e da titulação do território sobre a identidade étnica dos quilombos remanescentes Barra e Bananal – Rio de Contas – BA. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de um estudo de caso, em que foram utilizadas variadas estratégias e técnicas de coleta de dados. O marco teórico ateu-se a identidade social em sua variante étnica, bem como a sua contrastividade, situacionalidade e caráter político. Conclui-se que as referidas comunidades buscam redefinir a identidade étnica outrora negativa e renunciada, numa identidade positiva, via o rótulo jurídico de quilombo remanescente (identidade quilombola). Destarte, a identidade étnica tornou-se uma identidade racial e, sobretudo, política, que permitiu ao grupo conquistar direitos identitários e territoriais.

Palavras-chave: Identidade étnica; política pública; quilombo; campesinato.

Abstract: This article analyzes the impact of public policies for certification as autorecognized quilombo and titling of the territory on ethnic identity of the remaining quilombo Barra and Bananal – Rio de Contas – BA. This is a qualitative study conducted through a case study. We used various strategies and techniques of data collection. The theoretical stuck to their social identity in ethnic variation, and its contrasted, situatedness and political character. It follows, then, that these communities seek to redefine their ethnic identity, once negative and resigned, a positive identity, the labelvia remaining legal quilombo (quilombola identity). Thus, ethnic identity has become a racial identity and, above all, a policy that allowed the group to gain rights and territorial identity.

Keywords: Ethnic Identity; public policy; quilombo; peasantry.

* Mestre em Ciências Sociais. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. E-mail: ubiraneila.capinan@gmail.com

** Doutora em Antropologia Social, Coordenadora do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR/CNPq) da UFBA, Professora Adjunto IV do Departamento de Sociologia e da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. E-mail: lcardel@uol.com.br

Introdução Os antropólogos brasileiros sempre se posicionaram como pesquisadores e interlocutores entre os distintos grupos culturais. A prática antropológica, centrada na mediação cultural, passou a ser incorporada ao serviço público recentemente, por meio do status do servidor e do consultor, em outros órgãos do Estado, que não as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), campo de trabalho por excelência das Ciências Sociais. Esta demanda estatal ocorreu pelo reconhecimento da especialidade do saber antropológico, voltado essencialmente para o estudo das singularidades dos grupos sociais, visando um maior nível de entendimento e de eficácia das políticas públicas voltadas, inicialmente, para os grupos indígenas.²

A partir de 1988, a Constituição Federal reconhece a diversidade cultural e étnica da população brasileira. Além disso, pressionado pelos movimentos sociais e convenções internacionais, o Estado passou a planejar políticas públicas direcionadas a garantir a sobrevivência sociocultural de grupos minoritários destituídos de cidadania plena. Assim sendo, cresceu a demanda pelo conhecimento científico da antropologia, bem como a preocupação com a excelência e a responsabilidade dos trabalhos, expressa, por exemplo, na criação do código de ética elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

O papel técnico-científico do antropólogo como mediador cultural vem se constituindo como importante auxiliar no cumprimento da missão de órgãos destinados à defesa da sociedade civil, como o Ministério Público, Federal e Estadual. Recentemente, a antropologia conquistou o reconhecimento do seu fazer científico junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a realização de relatórios antropológicos como peças técnicas fundamentais no processo de regularização fundiária das comunidades remanescentes de quilombo.

Tendo como referência nossa experiência com relação aos processos de reconhecimento territorial no Estado da Bahia, até o ano corrente, apenas as comunidades negras rurais de Barra e Bananal, do município de Rio de Contas, conquistaram tanto o reconhecimento quanto o título das terras de todo seu território³. Portanto, as mesmas se constituíram em um locus primoroso para este estudo de caso, uma vez que, mesmo nacionalmente, são poucas as comunidades que reúnem tais características. Além do que, há mais de dez anos os quilombos remanescentes de Barra e Bananal gozam de tais direitos; tempo razoável para a realização de uma pesquisa que vise auferir os impactos de tais políticas públicas.

Planejamos e conduzimos a investigação baseada numa abordagem de pesquisa qualitativa de estudo de caso nas duas comunidades supramencionadas. Empregamos estratégias metodológicas variadas, mas utilizamos como principal a observação participante e concomitante registro dos dados etnográficos no diário de campo. Embora valendo-nos desta estratégia metodológica, a presente pesquisa não é uma etnografia em sentido clássico.

No que se refere aos instrumentos, nos valem de entrevistas semi-estruturadas com a maioria dos informantes (com 24 do total de 31), que resultaram em quarenta e duas horas e trinta minutos de gravação. Com os jovens conduzimos um grupo focal sem gravação de áudio, uma vez que os mesmos não permitiram. Realizamos quatro viagens de campo, entre agosto de 2007 e novembro de 2008, variando o tempo de estadia entre uma e duas semanas.

O quilombo remanescente: uma discussão teórico-metodológica

Os sujeitos sociais dos quilombos remanescentes de Rio de Contas estão inseridos no tempo e no espaço próprios às suas comunidades. Eles têm uma me-

mória social engendrada na história dos seus grupos, mas não estão isolados, uma vez que as redes de relações sociais intergrupais e os desdobramentos das políticas sociais brasileiras vêm se acentuando na história desses grupos por meio dos processos migratórios campo-cidade e pelas intervenções relativamente recentes de mediadores sociais.

Assim, o pesquisador objetivando entender o outro o mais próximo de sua inteireza, precisa exercitar a desnaturalização dos seus referenciais sociocêntricos acerca do tempo e do espaço. Logo, mais do que um referencial teórico-metodológico do trabalho de campo, esse processo de objetivação torna-se um pressuposto epistemológico em pesquisas acerca da identidade social e das relações intercambiáveis entre o local e o global referentes aos estudos dos processos identitários.

Neste sentido, visando compreender, numa perspectiva macroanalítica, as demandas dos quilombos remanescentes e as suas interfaces com a conjuntura global de reivindicações identitárias, buscamos fundamentação teórica na sociologia do reconhecimento e na antropologia política.

Este campo de análise nos indica que as solicitações pelo reconhecimento e redistribuição de grupos, que as fazem acionando suas identidades étnicas, sexuais, religiosas e de gêneros, estão ligadas à globalização e aos seus desdobramentos, à cultura de massa, à falência do socialismo, ao liberalismo e notadamente à crescente perda da capacidade do Estado-nação de retroalimentar um sentido de unidade nacional.

Nancy Frazer (2001) avalia que a luta pelo reconhecimento tornou-se o paradigma do conflito político no cenário pós-socialista, uma vez que os interesses de classe foram substituídos pelas reivindicações das identidades grupais, apesar da crescente desigualdade material que caracteriza o mundo contemporâneo.

A autora utiliza o método heurístico de tipos ideais de injustiças e de re-

médios para explicar a conjuntura global. Num polo estariam situações de injustiças econômicas, solucionáveis com remédios redistributivos, isto é, por uma reestruturação político-econômica de algum tipo. No outro, estariam injustiças culturais, passíveis de solução com remédios de reconhecimento, ou seja, ressignificações culturais e simbólicas de grupos estigmatizados. Frazer salienta que algumas demandas são ambivalentes, como as das coletividades de gênero e raça, pois estas buscam reconhecimento e redistribuição. Todavia, nem sempre tais reivindicações são passíveis de solução conjunta.

Por sua vez, Roberto Cardoso de Oliveira (1996), analisando os impactos da relação da etnicidade e da globalização sobre os grupos étnicos brasileiros, assevera que a fricção entre o local e o global municia esses segmentos sociais na luta pelo reconhecimento das suas particularidades e na conquista da cidadania plena.

Para tanto, o autor utiliza como figuras de linguagens a microsfera, a mesoesfera e a macrosfera. Na primeira esfera se situam as normas morais particulares ao grupo. A última é constituída pela atuação dos órgãos internacionais que defendem direitos humanos universais, e a mesoesfera é ocupada pelos Estados-nação que devem atuar de forma a garantir os direitos de todo o seu povo.

De acordo com Oliveira, os Estados nacionais latino-americanos, de modo geral, não se mostram muito sensíveis ao multiculturalismo como política de governo, uma vez que a concepção nacionalista e integradora do Estado busca dissolver a diversidade étnica no espaço social e político da sociedade envolvente. Ou seja, o Estado mostra-se cioso em defender os interesses dos grupos hegemônicos.

As minorias sociais em processo de luta por seus direitos, ao contarem com o apoio dos órgãos internacionais e de suas convenções, assumem o desafio de conciliar a idiosincrasia que existe no que lhes é particular e as exigências dos di-

reitos humanos universais (que às vezes vão contra seu *modus vivendi*). Porém, é na macroesfera das instituições internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que as minorias encontram mediadores com poder suficiente para pressionar o Estado-nação a lhes garantir acesso à plena cidadania.

Pelo exposto, tanto com base em Frazer quanto em Oliveira, a questão quilombola está situada nas consequências da globalização e das distintividades grupais, sobretudo, pelo tipo de mobilização identitária das comunidades remanescentes de quilombo.

De acordo com a autora supracitada, a demanda desse grupo social é ambivalente. Por um lado, os quilombos remanescentes solicitam o reconhecimento da sociedade brasileira em relação a sua autodefinição como quilombola, e, por outro, reivindicam também uma redistribuição exclusivista, com base na sua distintividade identitária, do reconhecimento do direito consuetudinário ao território do grupo.

Da mesma forma, segundo Oliveira, as minorias sociais passaram a dispor, na esteira da globalização, não apenas do suporte local dos movimentos sociais e da mediação de atores políticos não governamentais, mas do apoio de órgãos internacionais, das convenções e da vigilância destas instâncias de poder, o que lhes proporcionou potencializar o caráter político de suas identidades.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal Brasileira, o Estado passou a reconhecer, ao menos formalmente, a diversidade étnica e cultural do país. No que se refere aos quilombos remanescentes, a referida Constituição, no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), afiança a esses o direito à propriedade territorial, e nos Artigos 215 e 216 lhes são garantidos os direitos culturais. Além destes artigos da CF/88, a Convenção 169 da OIT tem sido acionada pelos quilombos remanes-

centes, sobretudo, no que se refere à luta por garantia legal dos seus territórios.

Nesta luta pela aplicação dos referidos direitos constitucionais, as comunidades negras remanescentes de quilombos passaram por uma maior complexificação das relações identitárias e políticas. Tal conjuntura torna o desafio de pesquisá-las mais árduo. Nesse sentido, na presente investigação algumas perguntas de caráter teórico-metodológico vieram à tona de forma imperativa: Como era a identidade étnica das comunidades rurais negras de Rio de Contas antes da aplicação do Art. 68 da CF/88? Como os antropólogos a interpretavam e a descreviam? Qual tipo de relação existe entre a identidade social e a étnica? O que esta possui de específica em relação à primeira? E, sobretudo, que perspectiva teórica sobre este conceito deve ser assumida para entender o campo e elucidar a questão de investigação?

As comunidades aqui analisadas vêm sendo objeto de estudos antropológicos desde a década de 1950, principalmente após terem sido alvo de pesquisa de um convênio institucional entre a Universidade de Columbia e o Governo do Estado da Bahia, articulado pelo educador Anísio Teixeira. No bojo destas pesquisas, realizadas sob a influência do Projeto das Nações Unidas para a Educação as Ciências e a Cultura (UNESCO), o antropólogo Marvin Harris realizou uma investigação em Rio de Contas, influenciado pela perspectiva teórica da Ecologia Humana. Harris (1956) observou que este município encravado na região da Chapada Diamantina tinha uma estrutura social pautada na clivagem racial, onde os brancos e os negros estavam situados em polos opostos. Os primeiros ocupavam posições de status elevado, enquanto que os últimos se estruturavam nas camadas mais inferiores e apresentavam precárias condições de vida.

Como demonstrou Harris, a identidade do negro nesta localidade era construída pela desqualificação, pelos in-

terditos a determinados locais e pela endogamia por parte dos brancos e dos negros. Este pesquisador constatou que a própria população negra do município empregava eufemismos para falar dos seus sinais diacríticos e da sua etnia, adotava primordialmente a religião católica e se autovalidava pelo trabalho braçal, aspecto também validado pelos brancos e mestiços. Ou seja, a identidade étnica era negativa e renunciada nas relações sociais do "nós com o outro".

No final da década de 1980, foram realizadas novas pesquisas antropológicas em Rio de Contas. As mesmas tinham como núcleo de estudo os arraiais negros (categoria usada pelos autores) de Barra e Bananal. Tanto Carvalho e Miranda (1988), quanto Messeder e Martins (1991) encontraram a mesma clivagem racial descrita por Harris como fator determinante da composição dos grupos sociais.

A identidade étnica das comunidades negras rurais de Rio de Contas em muito se assemelhava ao status dos campesinatos negros de Castainho (Monteiro, 1985), Cedro (Baiocchi, 1983) e Ivaporunduva (Queiroz, 2006). Em tais comunidades, a identidade étnica era preterida como definidora e sequer era acionada como constituidora da identidade social. Nesta situação de fricção interétnica, a identidade negativa era renunciada e redefinida dentro do horizonte de possibilidades de manipulá-la segundo critérios ideologicamente menos depreciativos perante o outro.

Todavia, nem sempre a investigação antropológica sobre grupos étnicos teve como pressuposto analítico a relação entre o "nós e o outro". Tal foco analítico foi cunhado no final dos anos 60 do século XX, com a publicação, por Fredrik Barth (2000) do livro *Grupos étnicos e suas fronteiras*. Trata-se de uma coletânea de ensaios resultantes de pesquisas de campo realizadas com diferentes grupos étnicos. Dessa obra, o capítulo mais conhecido é a introdução escrita por Barth, que, com base nas etnografias, suas e dos demais autores, tornou pública uma abordagem crítica

à postura primordialista e essencialista que até então imperava na antropologia social.

O autor critica a pesquisa pautada no que é regular entre os grupos e, sobretudo, os pressupostos de que os grupos étnicos não experienciam mobilidade fora do território, não mantêm contato com outros grupos e nem têm informações externas. Ou seja, rejeita a noção preconcebida de que grupos étnicos são isolados e homogêneos. Ao contrário disto, o autor defende que as relações sociais são estáveis, permanentes e mantidas através da fronteira étnica, e que são baseadas, justamente, nos status étnicos dicotomizados do "nós com o outro". Ademais, tais relações não implicam, necessariamente, no desaparecimento dos grupos étnicos por mudança ou sequer por assimilação cultural⁴.

Assim, a tese de Barth (2000) concentra-se na organização social dos grupos étnicos, tendo como elemento central para a compreensão desta organização o referencial analítico da autoatribuição e/ou da atribuição externa à categoria étnica. De tal modo, a autoatribuição é um critério primordial, pois organiza as interações entre as pessoas e os grupos por meio de sinais diacríticos, delimitando quem são os seus membros.

Como relatado alhures, a teoria barthiana sobre os grupos étnicos se constituiu como a teoria referencial nas pesquisas dos quilombos remanescentes. A sua contribuição é significativa, e, sobretudo pelo foco analítico, centra-se na organização social e na autoatribuição. O primeiro conduz a pesquisa sobre os quilombos remanescentes ao presente etnográfico, em detrimento de uma investigação de provas materiais (documentais e/ou de artefatos arqueológicos) de um passado atávico. A segunda torna o "nós" mais autônomo e fortalecido nas relações identitárias com o outro. Entretanto, Barth negligencia o caráter político da identidade étnica, ao limitá-la à política partidária, ao âmbito institucionalizado ocupado por apenas alguns membros dos grupos étnicos.

Diferente de Barth e próximo a Max

Weber, Roberto Cardoso de Oliveira (2006) propõe como aspecto a ser investigado o fato de movimentos políticos e sociais buscarem na cultura uma consistência simbólica à ideologia étnica como elemento interno de mobilização dos grupos e como aspecto externo de confirmação da identidade étnica.

Para Oliveira (1976), a identidade étnica é um caso particular e variante da identidade social, pois, como expressão desta, reflete a "identidade em processo". Por sua vez, a identidade social surge como atualização do processo social de identificação que envolve o grupo, mas não se destaca da identidade pessoal, devido ao fato de que a "[...] identidade social e a identidade pessoal são partes, em primeiro lugar, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão" (Goffman, 1963 apud Oliveira, 1976, p. 106). Isto é, estes dois conceitos têm um caráter reflexivo e comunicativo, pois supõem um código de categorias que orienta as relações sociais.

Oliveira, em diálogo com Erikson e frente à permanente discriminação a que os grupos étnicos são submetidos, assevera que tal preconceito desperta desde a mais tenra idade uma consciência negativa de si, que se prolonga até a fase madura do sujeito, consolidando-se como uma identidade negativa.

É a partir dessa "dolorosa consciência de identidade" (Idem, p. 13) de minoria social estigmatizada que os grupos étnicos e os seus membros, atentos ao caráter situacional da identidade, podem lidar com a identidade étnica de forma estratégica, no sentido cunhado por Bourdieu (2001), como uma "identidade renunciada" (Idem, p. 12-13).

A noção analítica de identidade renunciada é profícua, pois ela não presume ausência total da identidade étnica, uma vez que, como variante da identidade social ela pode ser atualizada e invocada. Assim, neste estado latente, a identidade étnica pode ser recuperada de forma consistente no presente e torna-se um elo com o passado,

quicá com um futuro em que o grupo não precise utilizar a estratégia de renunciá-la.

Pesquisas em comunidades negras rurais⁵ anteriores à aplicação do Art. 68 ADCT da CF/88, referenciadas ao longo do texto, concluíram que, devido às relações sociais assimétricas de poder, a identidade étnica era definida, sobretudo negativamente pelo "outro", utilizando como sinal diacrítico a cor negra da pele do "nós". Para o outro, essa característica fenotípica constitui-se na correlação direta entre as comunidades negras e os negros de outrora, submissos ao jugo da escravidão. Esta é a herança étnico/racial, por si só tomada como definidora de um conjunto de características depreciativas, que podem ser resumidas no (pré) conceito da inferioridade negra congênita. Assim, a identidade social das comunidades negras rurais era marcada pelo estigma imputado à identidade étnica.

Segundo Weber (1999), o fator decisivo da ação comunitária étnica é a sua constituição como comunidade política, que corresponde a uma forma construtora da crença no parentesco étnico. Além de ser aquela pela qual uma associação racional transforma-se em uma comunização étnica, atraindo um simbolismo da comunidade de sangue e favorecendo a emergência de uma consciência comunitária e/ou a eclosão de um sentimento de dever moral ligado à defesa da comunidade.

No processo de autoatribuição da identidade étnica quilombola, diversos autores (O'dwyer, 2002) registram que as comunidades têm acionado como sinais diacríticos, as expressões culturais de festividades (a exemplo do reisado, da marujada etc.), as relações de parentescos (sanguíneo e espiritual) e a cor negra da pele. Este aspecto foi constituído ao longo das relações de fricção interétnica, como definidor da identidade étnica dessas comunidades. Logo, é presumível que o mesmo seja acionado também por elas na reformulação da identidade étnica racial em sua nova nomenclatura de quilombola.

Por sua vez, a constituição do grupo étnico em uma comunidade política é o que

possibilita a mobilização dos seus membros por uma ação comunitária reivindicatória de direito à cidadania. É também nesta ação que ela identifica e delibera quem são os seus aliados e, em alguns casos, quem são os seus membros.

Nesta última definição, o critério racial divide espaço e perde em centralidade para a posição política assumida pelas pessoas envolvidas na ação comunitária étnica. Tal postura permite que o grupo compartilhe a identidade étnica quilombola, na qualidade de identidade étnico-política com pessoas não oriundas da comunidade, mas que foram incorporadas à mesma por relações de amizade, de parentesco por filiação (casamento com uma pessoa de dentro) e de parentesco espiritual (compadrio).

Pelo exposto, podemos concluir que a identidade social é, em si, um processo identitário denso, composto por vários processos e suas respectivas nomações identitárias, constituído na relação de "nós com o outro". A identidade étnica é, portanto, uma variante da identidade social que, na conjuntura histórica contemporânea, vem adquirindo uma função central na mobilização política das comunidades negras que remanescem como quilombos na luta pela cidadania.

Por fim, cabe ressaltar que a perspectiva de análise que propomos se desloca de um nível macro para o micro, de um projeto nacional para centrar-se no local. Foi a partir deste lugar que procuramos compreender as ligações do "nós com o outro", entendido no sentido habitual, porém acrescido de outros agentes e/ou agências mediadoras atuantes no campo da pesquisa.

O processo identitário dos quilombos remanescentes de Barra e Bananal

O processo identitário étnico de Barra e Bananal se originou num lócus que tem sua história marcada pelo uso do negro como mão de obra escrava. Em última instância, tal característica é comum a todo

o Brasil. Todavia, o que destacamos de peculiar à escravidão riocontense é a proximidade das relações entre os senhores e os escravos e destes com os trabalhadores livres (Pires, 2003). Os negros escravos da vila de Rio de Contas viviam de forma dual. Eles tanto gozavam de certa liberdade quanto eram, constantemente, alvo de um controle social que poderia, quando interessava à coerção, marginalizá-los como negros escravos e forros.

Sendo assim, a relação do negro escravo com o trabalho em Rio de Contas era, igualmente, caracterizada por uma paradoxal autonomia. O trabalho tanto o escravizava quanto o libertava. Desse ângulo, a possibilidade de dias de trabalho para si e a apropriação particular da produção auferida proporcionava certa dignidade, ao passo que tal forma de lide poderia ser a via de juntar pecúlio suficiente para a compra da liberdade.

Após a abolição, a identidade étnica de presunção negra era manipulada depreciativamente pelo "outro". Para tanto, este a estigmatizava, utilizando de forma central o vínculo histórico do negro com a escravidão brasileira. Em Rio de Contas, a incorporação do negro à sociedade ocorreu de maneira tal que a este coube um status social e econômico inferior, se comparado com as pessoas socialmente brancas (Harris, 1956).

Por sua vez, o negro buscava se legitimar nas relações sociais por meio de sua identidade de lavrador, de trabalhador que lavra a terra e que dela vive com sua família. Sendo a identidade étnica negativada pelo "racismo a brasileira"⁶ e renunciada, na medida do possível, pelo "nós" na relação com o "outro".

Dessa forma, é presumível que a escravidão, melhor dizendo, a possibilidade de antepassados terem sido subjugados a essa condição, foi elaborada de forma a se constituir em amnésia estrutural (Burke, 2006). Na maioria das vezes, as perguntas sobre a escravidão eram respondidas de forma evasiva, quando não se negava diretamente que em Barra e Bananal

tivesse ocorrido escravidão, ou seja, que seus parentes tivessem sido subjugados a tal forma de trabalho. Apenas em duas entrevistas, com informantes diferentes, lembranças do “tempo do cativo” foram explicitadas, embora nas suas narrativas elas procurassem distanciar os seus antepassados e a si próprias de vínculo com o trabalho escravo.

Contudo, o processo que detonou a luta desta população rural negra pelo reconhecimento da sua distintividade étnica e, conseqüentemente, da busca pela demarcação do seu território, foi a implantação de uma grande obra estrutural que visava a utilização mercantil das águas do Rio das Contas. A construção da Barragem Luís Vieira é um evento, quiçá o mais significativo, para a história das comunidades de Barra, Bananal e Riacho das Pedras. Em 2005, quando tivemos o primeiro contato com essas comunidades, e pouco conhecíamos da sua história, parecemos que a barragem tinha acabado de ser construída. Esta conclusão era alicerçada pelo fato de várias pessoas das comunidades falarem da inundação das terras e dos prejuízos causado pela obra, como se tais acontecimentos tivessem ocorrido ontem. Os sofrimentos, as dores e as mágoas por terem perdido suas terras e pela transferência e desagregação de Riacho das Pedras (comunidade inundada no processo de fechamento das comportas da barragem), estavam e ainda estão presentes, apesar de já terem transcorrido mais de vinte anos da finalização da obra (1984).

Durante o “movimento” contra a barragem, o grupo criou vínculos com alguns setores dos movimentos sociais, e especificamente a partir de 1997, começou a estabelecer relações com instituições e pessoas fora do circuito de poder local. De forma concomitante, passou a ser assessorado pelo Movimento Negro (MN) de Salvador e por instâncias do governo federal (Pró-Memória e Memorial Zumbi). Tal movimento social e as instituições federais foram os agentes políticos que não só informaram as comunidades sobre a exis-

tência do Art. 68 ADCT da CF/88, como também foram eles os mediadores que viabilizaram os procedimentos burocráticos para o reconhecimento das comunidades como remanescentes de quilombo e a titulação das terras como território quilombola. Assim, em 22 de dezembro de 1999 o grupo conquistou o título definitivo do território, sem enfrentar oposição do Estado ou de quaisquer instâncias.

As representações acerca de quilombo e da identidade quilombola

O objetivo deste tópico não é o de comparar a representação étnica de quilombo e/ou de quilombola com quaisquer outras definições da academia, dos movimentos sociais e da legislação. Esta visa tão somente descrever como a definição exógena da categoria jurídica de quilombo e a identidade de quilombola são representadas pelas comunidades, uma vez que ambas passaram a ser objeto de nomeação do grupo e de seus membros e, possivelmente, objeto de reflexão.

Nessa perspectiva, o lugar do outro na elaboração do processo identitário do “nós” passa, no primeiro momento, a ser ocupado pelo Estado. Entretanto, isto só é válido se entendido que a identidade é constituída tanto de forma relacional quanto pela autorreflexão. Além disto, a identidade social é composta por variantes que podem ou não ser acionadas nas relações de “nós com o outro”; ou seja, os processos identitários podem ser manipulados pelos sujeitos sociais, uma vez que eles são situacionais.

Tomando por base o conjunto das 42 horas e meia de entrevista, bem como os dados auferidos na observação participante, agrupamos as definições étnicas para quilombo, dadas pelos nossos informantes, nas seguintes categorias:

- I) Quilombo é literalmente igual a quilômetro, usado em substituição a légua.

Ou seja, quilombo e quilômetro são a mesma palavra, e não significa uma comunidade negra que remanesce como um quilombo contemporâneo. Os informantes relataram que tomaram conhecimento de sua existência nas duas situações seguintes: em contato com a medida de quilômetro, e em associação às mudanças nas medidas de distância por conta da construção da Barragem Luís Vieira em Rio de Contas;

- II) Quilombo como uma palavra recente e não elaborada pelo sujeito. Tem por subvariação o conhecimento de que o informante sabia que morava no quilombo, mas não sabia o que era o mesmo;
- III) Quilombo como uma "chatura", ou seja, como uma definição exógena que não identifica as comunidades e seus membros. Devendo essas continuarem a ser chamadas pelos seus nomes (Barra e Bananal);
- IV) Quilombo como uma ligação do grupo com a escravidão e, como tal, uma identificação não verdadeira das comunidades de Barra e Bananal, pois os antepassados destas não teriam sido subjugados ao trabalho servil. Assim, essa interpretação nega completamente a definição jurídica de quilombo e a identidade quilombola, devido ao vínculo que tais categorias estabelecem com os negros que teriam trabalhado como escravos;
- V) Quilombo como sendo igual a comunidade. Esta sendo entendida como união de pessoas cristãs;
- VI) Quilombo como reconhecimento estatal, que proporciona à comunidade o acesso a direitos;
- VII) Quilombo definido com base na concepção palmarina clássica que, no

caso dos quilombos remanescentes de Rio de Contas, é consubstanciado pelo mito de fundação do grupo. Esta se fundamenta na história que conta como os fundadores do grupo sobreviveram ao naufrágio de um navio negreiro na região atualmente pertencente a Itacaré (região sul da Bahia), que conduzia africanos ao trabalho escravo no Brasil.

Se a questão sobre o que significa quilombo trouxe tantas controvérsias, o mesmo não aconteceu no que é relativo a ser quilombola. A princípio, tal afirmação pode levar o leitor a pensar que houve certo consenso nas respostas acerca de como o sujeito social se representava como quilombola; porém, o que houve, de fato, foi um silêncio generalizado como resposta a essa pergunta.

Entretanto, isto não implica afirmar que as pessoas não se definem como tal. O que ficou perceptível é que há uma maior dificuldade de elaboração acerca dessa categoria identitária. Ou seja, o processo de reflexão e significação das categorias exógenas de quilombo e quilombola tem lapsos temporais e ritmos diferentes. Apenas as pessoas com maior escolaridade, lideranças e professoras da comunidade responderam àquela questão, com nuances específicas, dada a singularidade de suas histórias de vida. As respostas das pessoas com maior escolaridade não só foram as que expressaram uma representação mais elaborada, como foram as que estavam fundamentadas na definição clássica de quilombo. Isto é, o quilombo era o local de negros que resistiam à escravidão fugindo e formando grupos.

As respostas dos idosos, na sua maioria, são englobadas nas duas primeiras categorias (légua e não entendimento), sendo a terceira e quarta, respectivamente, respondidas por uma senhora e um senhor idosos. Logo, o rótulo jurídico de quilombo não é compreendido ou é negado pelas pessoas mais velhas do grupo.

As categorias cinco e seis foram utilizadas pelos adultos com menor escolaridade do que as lideranças. Entretanto, a incidência maior foi da representação do quilombo como o reconhecimento estatal que permite ao grupo acessar direitos, como, por exemplo, o recebimento de cesta básica do Governo Federal. Ao longo das narrativas das lideranças e dos jovens, tal significação também foi descrita.

Os jovens não participam dos trabalhos da associação de moradores, postura adotada pela maioria das pessoas do grupo. Eles também não têm lembranças do período da luta pelas conquistas dos direitos do Art. 68 ADCT da CF/88, uma lacuna de experiência política que poderia torná-los distantes das elaborações acerca do quilombo e do ser quilombola.

Entretanto, a representação que esse grupo etário tem da definição de quilombo os aproxima das respostas das lideranças e das professoras. A significação que os jovens utilizaram para quilombo foi a clássica. Eles definiram ser quilombola como uma identidade de quem mora em um quilombo, constituído por pessoas negras, que tem base cultural ("a ser conservada"), consciência e orgulho de serem negros.

Dessa forma, se para os idosos a definição da comunidade como quilombo é pouco significativa, e a identidade quilombola não tem sentido algum, pois dentre outras coisas direciona as lembranças para a amnésia estrutural da escravidão, para os jovens, socializados dentro do contexto político e social criado a partir da política pública gerada pelo Artigo 68, terem nascido num quilombo e, portanto, serem quilombolas direciona as suas vidas para um futuro que se descortina com possibilidades de educação formal, pouco acessível antes da identidade quilombola.

Se as pessoas das comunidades têm dificuldade em definir o que é ser quilombola, o grupo não teve nenhuma dificuldade em definir quem era ou não

era quilombola na época da titulação do território. Tal decisão tem um grau de complexidade maior em comunidades de quilombos remanescentes com menor nível de endogamia e com maior número de moradores de fora.

Em Barra e Bananal, o principal critério foi o de parentesco sanguíneo ou por filiação. Esta perspectiva biológica, em certa medida racializada, mas também calcada na concepção palmarina de quilombo e na exaltação de Zumbi, foi expressa nas comemorações do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2008.

Todavia, a abordagem essencialista inicial dividiu espaço com a perceptiva da identidade étnico-política. O grupo reservou um significativo tempo para exaltar suas conquistas materiais e simbólicas. Da primeira categoria, foi veementemente destacado o maior acesso a educação formal, sobretudo o fato de jovens das comunidades estarem cursando o terceiro grau no curso de medicina, em Salvador-BA e em Cuba. A educação foi destacada pelas lideranças como o caminho para mudar a realidade do grupo. Da segunda, foi salientada a conquista de visibilidade, reconhecimento, respeito e autoestima.

A conquista dos direitos do Art. 68 ADCT da CF/88 proporcionou aos quilombos remanescentes de Rio de Contas visibilidade, reconhecimento (dentro e fora do município de Rio de Contas) e acesso a direitos básicos (como a educação formal). Entretanto, o referido artigo também diminuiu a autonomia dos grupos domésticos perante a comunidade, devido ao fato do título do território ser coletivo, pró-indiviso, inalienável, imprescritível e impenhorável.

Os membros de Barra e Bananal tiveram que iniciar um processo de diálogo com o direito positivo imposto, mais diretamente com a titulação da terra como território quilombola. Isto não quer dizer que, antes desta vinculação jurídica com a terra, a comunidade não estabelecesse contato e

guiasse suas condutas por normas legais. Tal ilação visa expressar que até então, no que se refere à terra, o que orientava (e em certa medida, ainda orienta) era o direito consuetudinário. Este entra em choque com o direito positivo, como analisado por autores que estudam grupos de camponeses que sofreram intervenção estatal (Aruti, 2006; O'dwyer, 2002; Almeida, 1996).

Considerações finais

As comunidades rurais negras tiveram sua existência invisibilizada por um Estado de direito que não trabalha com equidade e que, quando se volta para o interior dos estados da federação, comumente atende aos seus próprios anseios desenvolvimentistas ou aos interesses dos empreendedores da iniciativa privada. Destarte, estes grupos sociais continuam sendo subsumidos pelo racismo da sociedade envolvente e, às vezes, pelo poder municipal.

Não obstante, esta investigação se ateve a verificar em que medida a visibilização das comunidades negras rurais, por meio do rótulo jurídico de quilombo remanescente, e as conquistas de direitos identitários e territoriais, impactou a identidade étnica das comunidades remanescentes de quilombo de Rio de Contas: Barra e Bananal.

Após as referidas políticas públicas, a identidade étnica passou a ocupar espaço positivo na elaboração da identidade social do grupo. Entretanto, no cotidiano das comunidades de Barra e Bananal, a identidade étnica é subsumida pelas relações de parentesco, pela hierarquia e pelos conflitos entre os grupos familiares. Além disto, a identidade de lavrador, que é alicerçada numa organização camponesa, continua a definir a identidade social e, em certa medida, consubstanciar a identidade étnica quilombola. Ou seja, no caso de Barra e Bana-

nal, a fricção interétnica não foi suficiente para a reivindicação dos direitos do Art. 68 ADCT da CF/88, já que este pleito foi embaçado na ética camponesa, que por sua vez foi ameaçada pela perda da terra e pela desagregação da comunidade de Riacho das Pedras com a construção da Barragem Luís Vieira.

O fato de existir a retroalimentação entre a identidade de lavrador e a identidade quilombola não implica concluir que a identidade étnica não existia para estas comunidades antes do rótulo jurídico de "quilombo remanescente". As pesquisas anteriores não só asseveram a sua existência, como igualmente descrevem acontecimentos e representações acerca da mesma, que revelam que ela era definida na relação de alteridade do "nós com o outro", como uma identidade negativa e, portanto, renunciada pelo "nós".

Por sua vez, em Barra e Bananal, a identidade de lavrador passou a dividir espaço, na elaboração positiva da identidade social, com a identidade étnico-política de quilombola. Após as políticas públicas de reconhecimento e de redistribuição, a identidade étnica, outrora estigmatizada nas relações cotidianas com a sociedade envolvente, foi positivada pelo reconhecimento do Governo Federal, portanto, por um nível fora das relações sociopolíticas locais.

Dessa forma, as comunidades tiveram o elemento estigmatizador (presunção de ancestralidade negra vinculada ao passado escravocrata brasileiro) interpretado de forma valorativa pelo Estado, ao passo que esta instância lhes garantiu uma política de reparação, através da positivação do seu direito consuetudinário sob as suas terras. Ou seja, a identidade étnico-política de quilombola impactou o grupo social pesquisado e vem proporcionando uma valorização positiva do processo identitário étnico das comunidades remanescentes de quilombo de Rio de Contas.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Frechal: terra de preto*, quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.
- ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru, SP: EDUSC, 2006. 370 p.
- BAIOCCHI, Maria de Nazaré. *Negros do Cedro: estudo antropológico de um bairro rural*. São Paulo: Ática, 1983.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tomke Lask (Org.). Tradução de John Cunha Comerford. Rio e Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: _____ *Variedades de história cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006. p. 67-90.
- CAPINAN, Ubiraneila. *O quilombo que remanesce: estudo de caso acerca dos impactos da política pública de certificação e de titulação do território sobre a identidade étnica dos quilombos remanescentes Barra e Bananal em Rio de Contas, Bahia*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Bahia.
- CARVALHO, Maria Rosário G. de; MIRANDA, Julinha Coelho. *Arraiais negros (ou grupos locais) do Rio de Contas (Chapada Diamantina, Bahia)*. Bahia: mimeo, 1988.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: longo caminho*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UnB, 2001. p. 245 – 282.
- FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1947.
- HARRIS, Marvin. *Town and country in Brazil: a socio-anthropological study of a small brazilian town*. New York: Columbia university press, 1956.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MELATTI, Delvair M. *Relatório de viagem aos Xocó da ilha de São Pedro*. São Paulo: FUNAI/DCPC/DMM/dcs/07 de novembro de 1979. (Processo MIN – TER/10293/79). 205 f.
- MESSEDER, Marcos Luciano Lopes; MARTINS, Marco A. Matos. *Arraiais de Rio de Contas: uma comunidade de cor*. Caderno CRH, suplemento, p. 36-49, 1991.
- _____. *Relatório de atividades do projeto arraiais negros de Rio de Contas*. Rio de Contas: mimeo, 1988.
- MESSEDER, Marcos Luciano Lopes. *Relatório de identificação da comunidade de Barra, Bananal e Riacho das Pedras - Estado da Bahia*. Bahia: mimeo, 1998. p. 11.
- MONTEIRO, Anita Maria de Queiroz. *Castainho: etnografia de um bairro rural de negros*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1985. p. 95.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- _____. *Etnicidade e globalização*. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_32/rbcs32_01.htm. Acesso em: 09 fev. 2009.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003. p. 250.
- QUEIROZ, Renato da Silva. *Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. p. 136.
- WEBER, MAX. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed., v. 1. Brasília, DF: UNB; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Resumen: En este artículo se analiza el impacto de las políticas públicas para la certificación como quilombos autoreconocidos y titulación del territorio de la identidad étnica de quilombo de la Barra y el Bananal – Río de Contas - BA. Se trata de un estudio cualitativo realizado a través de un estudio de caso, donde se utilizaron diversas estrategias y técnicas de recopilación de datos. El eje teórico se fija en la identidad social y en su variación étnica; así como su contrastividad, situacionalidad y carácter político. De ello se deduce, entonces, que estas comunidades buscan redefinir su identidad étnica, negativa y rechazada en el pasado, para una identidad positiva, a través de del reconocimiento jurídico del quilombo (identidad quilombola). Por lo tanto, la identidad étnica se ha convertido en una identidad racial y, sobre todo, una política que permitió al grupo obtener los derechos de la identidad y del territorio.

Palabras-clave: Identidad étnica; la política pública; quilombo; campesinado.

Résumé: Cet article analyse l'impact des politiques publiques pour le brevet de quilombo auto-reconnu et le titrage du territoire sur l'identité ethnique de quilombo autres de Barra et Bananal – Rio de Contas - BA. Il s'agit d'une étude qualitative menée par une étude de cas. Nous avons utilisé diverses stratégies et techniques de collecte de données. Le théoriques collé à leur identité sociale dans les variations ethniques, et son contraste, caractère et situe caractere politique. Il s'ensuit donc, que ces communautés cherchent à redefinir leur identité ethnique, une fois négative etrésignée, une identité positive, via l'étiquette reste quilombo juridiques (identité quilombola). Ainsi, l'identité ethnique est devenue une identité raciale et, surtout, une politique qui a permis un groupe d'acquérir des droits et l'identité et le territoire.

Mots clés: l'identité ethnique; des politiques publiques; quilombo; paysannerie.

Notas

- 1 O presente artigo consiste no eixo das discussões da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA.
- 2 Nesta aproximação técnica entre a antropologia e o Estado brasileiro, antropólogos renomados tiveram o início de suas carreiras ou períodos destas vinculados a atuação na Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Como exemplos elucidativos, citamos as experiências do Prof. Roberto Cardoso de Oliveira e do Prof. Roque de Barros Laraia. Em especial, é necessário frisar que o primeiro laudo antropológico de reconhecimento de terras indígenas (sobre os índios Xocós da Ilha de São Pedro – Sergipe) foi elaborado pela antropóloga Delvair M. Melatti, em 1979.
- 3 As primeiras comunidades quilombolas baianas a reivindicarem os direitos do Art. 68 viviam conflitos fundiários, a exemplo de Rio das Rãs (município de Bom Jesus da Lapa) e Mangal/Barro Vermelho (município do Sítio do Mato). Estas tiveram a situação fundiária resolvida pelo Estado por meio da figura jurídica do Projeto de Assentamento Especial Quilombola (PEQ), e da emissão do título territorial realizada pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Entretanto, a validade dos títulos emitidos por esta instituição vem sendo questionada pelo próprio Estado brasileiro, uma vez que em algumas comunidades a FCP não realizou o processo da retirada e da indenização das pessoas não identificadas como quilombolas que ocupavam o território. Assim, o entendimento corrente do INCRA (órgão atualmente responsável pela regularização fundiária), é que mesmo os PEQs que tenham o título

emitido pela FCP passarão pela regularização fundiária para que haja a transformação do vínculo jurídico para a titulação definitiva do território.

- 4 Segundo Arruti, "Foi somente depois do novo surto de 'ressurgimentos' [...] ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, e pela conseqüente expansão do campo indigenista, fomentado e fomentador dessas emergências étnicas que a literatura antropológica mudou sua postura frente àqueles grupos. Finalmente na década de 1990, começaram a aparecer os primeiros estudos que buscam uma nova chave de compreensão para aqueles grupos, baseada nas problemáticas relativas às tradições inventadas (Hobsbawn; RangeR, 1984) e à etnicidade (Barth, 1976). [...] Por meio dos 'direitos étnicos', abre-se espaço para o reconhecimento dos direitos territoriais e/ou de autonomia política e jurídica dos grupos indígenas (em todos os casos) e negros rurais (nos casos do Brasil e da Colômbia – Arruti, 2000), assim como do direito a um tratamento distinto em relação às políticas públicas." (2006, p. 64-65).
- 5 O Art. 68 ADCT da CF/88 não restringe os direitos às comunidades negras rurais. Estes podem ser acionados por comunidades do perímetro urbano. Todavia, até dezembro de 2008, 97% dos quilombos remanescentes reconhecidos pela FCP estão localizados nas áreas rurais dos Estados brasileiros (CAPINAN, 2009).
- 6 Sobre o "racismo à brasileira" conferir Gilberto Freyre (1947), Sérgio Buarque de Holanda (2005) e José Murilo de Carvalho (2010).

Projetos de desenvolvimento, mudanças socioambientais e povos indígenas no centro-sul do Maranhão¹

Development projects, social and environmental changes and Indigenous peoples in south central Maranhão

Proyectos de desarrollo, cambios socio-ambientales y pueblos indígenas en el centro-sur Maranhão

Projet de developpement, changement social et environnemental et peuples autochtones en centre-sud Maranhão

*Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira**

Resumo: Nas últimas décadas ocorreu um crescimento quantitativo dos programas de desenvolvimento regional de projetos voltados às comunidades étnicas e rurais no centro-sul do Maranhão, pela ação do Estado e por organizações não governamentais, com a participação de pesquisadores, associações indígenas e outros agentes. Essas intervenções deram-se num contexto de mudanças ambientais, sociais e econômicas, com a substituição de antigas fazendas de criação e núcleos sertanejos por empreendimentos de agronegócio, gerando impactos junto aos grupos indígenas na região, pelo predomínio da lógica econômica do mercado sobre a lógica da autos-sustentabilidade desses povos. Os Apaniekrá, os Ramkokamekra-Canela (Jê-Timbira) e outros grupos indígenas na região, tiveram seus territórios envolvidos pelo avanço dessa fronteira econômica, o que levou o Estado brasileiro, por sua agência tutelar (FUNAI), a desencadear, no início da década atual, um processo de revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. Este artigo analisa os impactos das políticas e ações do Estado e de agências privadas vinculadas ao desenvolvimento, sobre a organização social e simbólica dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela.

Palavras-chave: índios Canela; políticas e ações de desenvolvimento; mudanças socio-ambientais

Abstract: In recent decades, there was a quantitative growth of regional programs development and projects aimed at ethnic and rural communities in the south-central Maranhão, by State action and by non-governmental organizations, with the participation of researchers, indigenous associations and other stakeholders. Those interventions have taken place in a context of environmental, social and economic changing with the replacement of old farms and cores sertanejos for interprises tied to agribusiness generating impacts along to groups Indians in the region, the predominance of the economic logic of the market on the logic of self-sustainability of these people. The Apaniekrá and the Ramkokamekra-Canela (Ge-Timbira) and other indigenous groups in the region, had its territories involved by advancing of this economic frontier, which led the Brazilian state, through its indigenous agency (FUNAI) to trigger at the beginning of the current decade, a process of review demarcation of indigenous lands Kanela and Porquinhos. This study analyzes the impacts of the policies and actions of the State and private agencies linked to development, on the social and symbolic organization of Apaniekrá and Ramkokamekra-Canela.

Keywords: Canela Indians; policies and development actions; environmental changes

* Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Professor Adjunto II da mesma universidade. E-mail: adrizzo@terra.com.br

Introdução O presente artigo discorre sobre o processo de desenvolvimento na região centro-sul do Estado do Maranhão, nas últimas décadas, e suas consequências junto às populações indígenas e regionais. Tem como foco a situação resultante da implementação do Projeto Ferro-Carajás e do Programa Grande Carajás, respectivamente um megaprojeto de exploração mineral e um amplo programa de atividades industriais e agropecuárias voltadas, sobretudo, ao mercado externo, e seu impacto junto a dois grupos indígenas situados no centro-sul maranhense: os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela.

Tendo suas atividades iniciadas nas primeiras décadas dos anos 1980, durante o último governo do regime militar, o Projeto Ferro Carajás (PFC), enquanto empreendimento econômico, vinculou-se à demanda do mercado internacional por minerais estratégicos e foi realizado por meio de financiamentos concedidos por agências internacionais de fomento ao “desen-

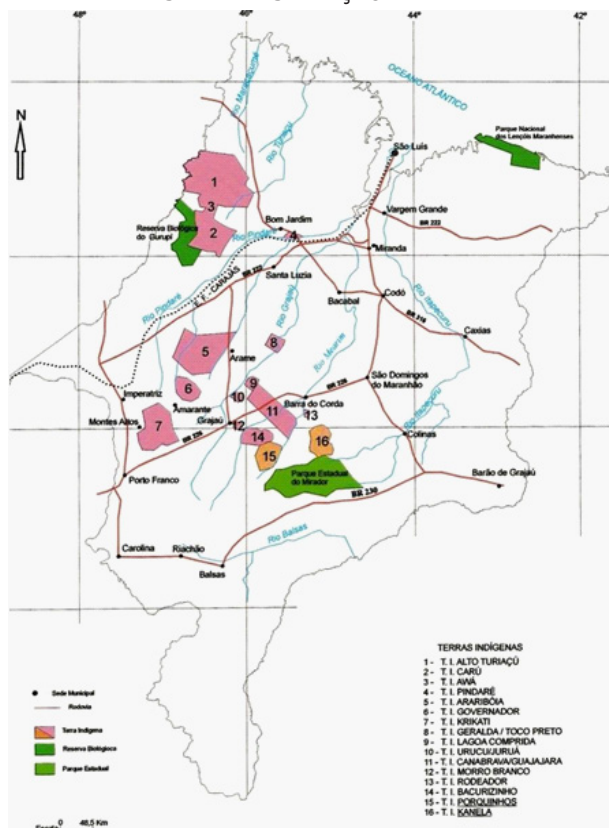
volvimento”, como Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros. Para implementar o PFC, o governo brasileiro designou a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), então empresa estatal de exploração mineral, a qual ficou responsável pela implantação da infraestrutura e pela exploração e comercialização das jazidas da Serra dos Carajás.

O PFC e o PGC são, portanto, produtos da agenda desenvolvimentista do Estado autoritário brasileiro o qual, já no final da década de 1970, havia encomendado ao Japan International Consulting Association (JICA) um estudo sobre as potencialidades econômicas da área circunscrita a Serra dos Carajás. Deste estudo genérico, que ignorava a presença de populações indígenas e camponesas, bem como a questão ambiental, resultou o planejamento estratégico de exploração das jazidas de Carajás, que gerou o PFC e as atividades complementares que compuseram o PGC.

Obra de infraestrutura fundamental à operacionalização do PFC – à exploração, beneficiamento e exportação do minério de ferro e de outros minerais encontrados na Serra dos Carajás – a Estrada de Ferro Carajás (EFC) foi construída, com cerca de 890 quilômetros de extensão, comunicando as jazidas de Carajás ao Porto do Itaqui, na Ilha de São Luís do Maranhão². Utilizando-se da mesma infraestrutura foi implementado, no mesmo período, o Programa Grande Carajás (PGC) envolvendo atividades agropecuárias e florestais, de mineração e industriais, de infraestrutura e serviços, ao longo do chamado “Corredor Carajás”, e em outras áreas da “região-programa”³.

Devassando territórios indígenas e outros territórios não incorporados formalmente ao mercado de terras, a EFC e seu “corredor de exportação” atingiram, também, populações rurais e urbanas da Amazônia Oriental, especialmente do sudoeste e, mais tarde, do leste e sul do Estado do Maranhão. Nessa região, grupos indígenas e camponeses sem-terra encontravam-se, desde a década anterior, envolvidos em conflitos agrários decorrentes da ocupação violenta da terra por grupos empresariais e “grileiros” a estes associados.

MAPA 01
ESTADO DO MARANHÃO – TERRAS INDÍGENAS E
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL



Sobre este quadro preexistente de conflitos, uma nova dinâmica se delineou a partir da implantação do PFC e do PGC desencadeando novos processos, envolvendo grupos indígenas, camponeses, agentes tutelares e do desenvolvimento, o que levou ao acirramento e deslocamento desses conflitos para os territórios indígenas situados na faixa de impacto da Ferrovia Carajás. Os desmatamentos realizados para abertura do leito da EFC possibilitaram o acesso de camponeses às Terras Indígenas Mãe Maria, dos Gavião-Parkateyê, e Carú, dos Tenetehara, bem como a outras áreas ainda não demarcadas na Amazônia maranhense, como a que localizava o território dos Awá-Guajá.

O convênio CVRD-FUNAI e os povos indígenas no Maranhão

A partir das denúncias veiculadas na imprensa nacional e internacional por pesquisadores e organizações não governamentais, sobre o "silêncio" do governo brasileiro e das agências de desenvolvimento em relação à presença de grupos indígenas e camponeses na região onde se implantavam o PFC e o PGC, o BIRD e outras agências financiadoras condicionaram a concessão de novos recursos à continuidade dos mesmos à elaboração, pelo Governo brasileiro, de um programa para garantir condições dignas de sobrevivência aos povos indígenas impactados por esses empreendimentos.

Nesse sentido, foi firmado um convênio entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), então empresa estatal, responsável pela implantação e exploração do PFC e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), agência tutelar do Estado brasileiro, com o objetivo de desenvolver projetos e atividades voltados para a garantia dos direitos e satisfação das necessidades dos grupos indígenas abrangidos pelo PFC e pelo PGC. Em janeiro de 1982 foi celebrado o "Convênio CVRD-FUNAI", através do qual seriam investidos cer-

ca de 13,6 milhões de dólares junto às populações indígenas situadas em áreas consideradas de impacto ao PFC e PGC. Esses recursos seriam aplicados durante um período de 5 (cinco) anos (1982-1986), e foram justificados nos seguintes termos:

Em um empreendimento de tal envergadura, a FUNAI tem que se fazer presente, pois que afetando as comunidades indígenas em todos os seus aspectos, do cultural ao social e econômico terá que oferecer maior aporte de assistência em Saúde e Saneamento, Serviço Social, Educação, Promoção Comunitária, Habitação e Urbanismo, Comunicação, Transporte, Agropecuária, Energia e Administração delineadas no presente projeto.⁴

Inicialmente, os recursos do "Convênio CVRD-FUNAI" foram aplicados junto a grupos vinculados a 13 Terras Indígenas (TIs) localizadas nos Estados do Pará, Maranhão e norte de Goiás (atual Estado do Tocantins), dentro do que foi considerado como "área de impacto direto", abrangendo apenas os grupos situados ao longo do "Corredor Carajás". A partir de 1985, os grupos localizados nas áreas de "impacto indireto" – fora do "corredor Carajás" – tornaram-se também objeto desse Convênio. Nesse momento foram incluídos como "beneficiários" do mesmo, os Tenetehara situados nas TIs junto aos rios Grajaú e Alto Mearim, bem como os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela localizados ao sul do município de Barra do Corda⁵.

Elaborado às pressas, em decorrência dos "obstáculos" gerados pela implantação do PFC e do PGC, o Projeto "Apoio às Comunidades Indígenas", tanto quanto seus predecessores, foi concebido de modo autoritário, sem a participação das populações indígenas atingidas e tampouco da comunidade acadêmica brasileira, a qual vinha há décadas realizando pesquisas e desenvolvendo conhecimentos sobre estes grupos e a situação histórica em que se encontravam.

Entretanto, diante das pressões vindas da sociedade civil brasileira e da comunidade internacional, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) implementadora deste programa e projeto desenvolvimentistas formalizou acordo junto à Associação Brasileira de Antropologia, a qual indicou antropólogos na condição de assessores especiais ao Convênio CVRD-FUNAI, para o acompanhamento da aplicação dos recursos do Convênio CVRD-FUNAI junto aos grupos indígenas impactados pelo PFC e pelo PGC.

Defendendo a ideia de que esses povos deveriam ser ouvidos em suas reivindicações e que participassem efetivamente nas decisões sobre a aplicação desses recursos, esses novos atores propunham a execução de uma programação diferenciada a cada grupo indígena específico. Reivindicavam, ainda, o acesso à situação das terras indígenas em relação aos investimentos realizados com os recursos do Convênio (CEDI, 1986, p. 78).

Uma situação conflituosa entre pesquisadores, agentes da FUNAI e da própria CVRD se estabeleceu, como resultado dos diferentes interesses e visões sobre a questão indígena na área de abrangência do PFC e do PGC e, ainda, sobre o destino dos recursos gerados pelo Convênio CVRD-FUNAI. As lideranças indígenas gradativamente passaram a exercer forte pressão sobre a representação da agência tutelar no Maranhão, na busca de se apropriar diretamente desses recursos, ou de direcionar sua aplicação.

De outro lado, a assessoria da CVRD questionava o fato de que o diagnóstico e as recomendações apresentadas pelos antropólogos em relação a cada grupo e área indígenas eram sobrepostos pelo programa de aplicação de recursos elaborada pela FUNAI, de acordo com o "Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas". Para os pesquisadores, esse projeto "possuía graves defeitos de concepção": entendia por atendimento às populações

indígenas a manutenção e a implementação da infraestrutura da FUNAI, o que resultava na alocação da maior parte dos recursos no item "administração", ou seja, na manutenção da máquina administrativa da agência tutelar na região, contrariando os termos do próprio Convênio.

De acordo com esses atores, o referido projeto não considerava as necessidades de cada grupo indígena, nem suas especificidades culturais. Apontavam, ainda, "... a inoperância e a inadequação dos modelos de 'projetos de apoio' concebidos pela FUNAI, atestadas pela manutenção e reforço da mesma estrutura arcaica, pelas contratações desnecessárias de pessoal não qualificado, bem como pela farta aquisição de veículos e construções com recursos oriundos do Convênio". Afirmavam, ainda, que essa política de aplicação "tem servido para sustentar a máquina falida que é hoje a FUNAI (1986), muito mais do que prestar uma real assistência às comunidades indígenas".

Finalmente, os pesquisadores defendiam que a demarcação das terras indígenas e a efetiva proteção da saúde desses povos deveriam ser priorizadas na aplicação desses recursos, ao invés destes servirem apenas à manutenção da estrutura do órgão indigenista. A experiência dos anos de vigência do Convênio CVRD-FUNAI, a despeito do grande volume de recursos investidos não teria promovido o fortalecimento dos povos indígenas, nem aumentado sua capacidade de enfrentamento em relação às mudanças decorrentes do PFC e do PGC (CEDI, 1986, p. 78).

Os confrontos entre os diferentes grupos de interesse institucionais – pesquisadores, indigenistas, lideranças indígenas, gerenciadores de recursos - especialmente vinculados às agências implementadoras do Convênio CVRD-FUNAI, acabaram por redefinir o 'ciclo político' do PFC e PGC atribuindo-lhes uma dinâmica própria. As crises decorrentes dessa dinâmica levariam à redefinição do "Projeto de Apoio"

em função das posições assumidas por diferentes agentes em dado momento.

Desenvolvimento regional, terras indígenas e conflitos intersocietários no centro-sul do Maranhão

*A Expansão da Soja pelo Cerrado
Maranhense*

A partir de meados dos anos 1980, acentuaram-se as transformações econômicas no interior da "região-programa", sobretudo pelas atividades vinculadas ao Programa Grande Carajás. Na região centro-sul do Estado do Maranhão essas mudanças caracterizaram uma nova frente expansionista vinculada ao agronegócio, realizada através de grandes projetos de agricultura mecanizada voltados principalmente à produção de soja, direcionados, em grande parte, ao mercado externo.

Essa nova frente desenvolvimentista foi dinamizada pela implantação da Ferrovia Norte-Sul, um eixo ferroviário conectado à EFC, que permitiu o aproveitamento do "corredor Carajás" como via de escoamento da produção agroextrativista e industrial gerada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste intensificando a incorporação das terras de cerrado do sul maranhense, tradicionalmente formadas por fazendas de criação extensiva, pela expansão econômica do agronegócio, especialmente da soja.

Esse processo foi iniciado em meados dos anos 1970, quando agricultores gaúchos seguidos de catarinenses, paranaenses e, mais recentemente, paulistas, mineiros e do centro-oeste passaram a comprar terras na região a preços irrisórios: 30 hectares (ha) de terras no Rio Grande do Sul equivaliam a 3 (três) mil ha em Balsas. Localizada no trecho inicial da Rodovia Transamazônica (BR-230), que comunicou essas terras com o centro-oeste e sudeste do Brasil, através da Rodovia Belém-Brasília, e ao Nordeste, através da malha rodo-

viária implantada nessa década, a região de Balsas ofereceu mais atrativo aos investidores, a partir da implantação do PFC, e especialmente do chamado "corredor de exportação", consolidado mais tarde, com a construção da Ferrovia Norte-Sul e sua conexão com a Ferrovia Carajás (EFC).

As terras do cerrado maranhense, até então consideradas inaproveitáveis para a lavoura, e mesmo para a pecuária semiextensiva, tornaram-se objeto de interesse de investidores, a partir de novos processos de correção química do solo desenvolvidos pela EMBRAPA, o que tornou essas terras altamente produtivas. Assim, em duas décadas, a produção do cerrado de Balsas transformou o Maranhão no segundo maior produtor de grãos do Nordeste, e o quarto maior produtor de arroz do Brasil.

Com 85 % da soja produzida na região sendo transportada pela CVRD, através do eixo Ferrovia Norte-Sul – Ferrovia Carajás, e exportada para mercados da Europa e Ásia através do Porto do Itaqui (São Luís), a região de Balsas experimentou, em nove anos, um aumento na área plantada de 2215%, e ainda considera-se haver entre 800 e 1(um) milhão de hectares potencialmente aproveitáveis à agricultura, mais especificamente ao agronegócio.

Um exemplo dos grandes empreendimentos estabelecidos na região é a empresa paranaense Agrosserra, que detém um domínio de 106 mil ha de terras de cerrado, na qual plantou no ano 2000, aproximadamente 13 mil ha de soja colhendo 30 mil toneladas, além 12 mil hectares de cana-de-açúcar. Dados de 2001 apontam um crescimento da área plantada no sul do Maranhão, em 218 mil ha, no sul do Piauí (60 mil ha) e no Tocantins (50 mil ha), o que reflete um aumento da produção, de 26 mil toneladas (1991-92) para mais de 700 mil toneladas no período 2000-2001. Esses números abriram perspectiva a uma máquina esmagadora de soja na região, que se encontra em processo de implantação.

O estabelecimento de grandes empresas compradoras como a Cargill (Mon-santo), a Ceval (Bünge) e outras na região de Balsas contribuiu para o surgimento de megaempreendimentos, como a Agrosserra e induziu ao grande crescimento da produção local. Essas multinacionais passaram a determinar o preço de compra da soja a partir das oscilações da Bolsa de Chicago, subvalorizando a produção local e monopolizaram o mercado regional, através de financiamentos aos produtores e da compra antecipada da produção – a “soja verde” – mantendo-os atrelados e determinando o preço de comercialização. Essas empresas, por sua vez, atribuem à CVRD os baixos preços pagos aos produtores, em função dos constantes reajustes nas tarifas de transporte da soja, pela EFC, segundo a variação do dólar⁶.

Estes problemas não têm, entretanto, impedido o crescimento constante e acentuado das lavouras de soja e de outras espécies do agronegócio, como a cana-de-açúcar, o algodão e outros, na região de Balsas, nem sua expansão para um raio cada vez mais amplo, o que, em certa perspectiva, é atribuído ao “dinamismo dos produtores”, também deve ser associado à dinâmica agrária em uma região mais ampla, que envolve não apenas o sul, mas também o centro e leste maranhense, além dos citados norte do Tocantins e sul do Piauí.

Desde os anos de 1990, tem ocorrido um avanço das lavouras mecanizadas pelas terras de cerrado situadas no entorno de áreas de conservação ambiental e de terras indígenas no centro-sul maranhense, incorporando ao agronegócio um grande contingente de “terras devolutas” da União e do Estado do Maranhão, as quais, em sua maioria, constituem ocupações históricas de comunidades sertanejas desprovidas de títulos de propriedade. Essa incorporação tem se dado, em grande parte, através da “aquisição” de pequenas posses familiares sobre as quais muitas vezes ocorre a “grilagem” de áreas muito maiores constituindo, as-

sim, novos latifúndios empresariais, que rapidamente transformam-se em extensos campos de cultivo de soja.

Esse processo tem ocorrido de maneira crescente nos últimos dez anos, em toda região sul do Maranhão, e desloca-se, agora, por municípios da região central do Estado, até então fora dos limites da expansão das grandes lavouras de soja. Já em 1994 e 1995 denúncias de “grilagem” e ocupação violenta das terras de cerrado ao sul do município de Barra do Corda, por um “projeto de soja” implementado por uma grande empresa do sul do País teria gerado conflitos entre antigos moradores e agentes dessa expansão fraudulenta⁷. Em muitos casos, esse processo é “apressado” através de ameaças e do uso da força como recurso para a desocupação da terra.

Recentemente, essa “frente expansionista da soja” estendeu-se por vários municípios do centro-sul maranhense, como Grajaú, Fortaleza dos Nogueira e outros, tendo chegado até Barra do Corda, onde alguns “projetos experimentais” têm sido desenvolvidos ao longo da BR-226, e mesmo na região de sertão, ao sul desse município. A articulação entre empresários vinculados à soja e outras modalidades do agronegócio com carvoarias nessa região gerou uma relação de mutualidade, onde “na base da troca” são realizados desmatamentos nas terras recém-adquiridas, imediatamente aproveitadas na produção de carvão destinada às indústrias de ferro-gusa associadas ao PFC e ao PGC. Em 2005, este pesquisador teve a oportunidade de verificar in loco, um grande empreendimento de soja que se estabeleceu ao sul do município de Fernando Falcão, em terras situadas no entorno da Terra Indígena Porquinhos, habitada pelos Apaniekrá-Canela.

Esses novos latifúndios empresariais têm transformado radicalmente a paisagem e a vida social e econômica do sertão no centro-sul maranhense, com acentuados impactos às populações indígenas e regionais. Através de técnicas eficientes

de desmatamento, com o uso de tratores e "correntões", a vegetação milenar do cerrado é rapidamente derrubada dando lugar aos agrotóxicos e corretivos químicos do solo, voltados à adequação do terreno para a produção de soja e outras culturas. Em poucas semanas, áreas enormes do cerrado exploradas historicamente de maneira sustentável por grupos indígenas e populações sertanejas dão lugar ao "vermelhão" da terra desnudada. Riachos e outras referências geográficas são aterrados e/ou poluídos pelos agrotóxicos dando lugar a uma grande planície, sobre a qual são depositadas toneladas de fertilizantes e outros corretivos para o preparo das futuras "lavouras".

Além dos impactos ambientais causados pela transformação repentina e radical do cerrado onde coabitavam índios e sertanejos, pela perda da cobertura vegetal e a alteração nas condições de uso desses territórios, um conjunto de mudanças econômicas e sociais se estabelece a "toque de caixa", com a presença cada vez mais constante de funcionários dessas empresas, de grandes carretas transportando insumos e a produção, além da expulsão de grande contingente de sertanejos para as periferias das sedes municipais, sem as condições de dignidade que anteriormente desfrutavam.

O Estado, tanto na esfera federal, como estadual e municipal tem se mostrado incapaz, quando não conivente com esse processo de ocupação predatória do cerrado do centro-sul maranhense. As denúncias encaminhadas aos órgãos vinculados à preservação ambiental, como o IBAMA e a Secretaria de Meio Ambiente, mesmo quando apuradas, não têm sido coibidas, nem tampouco punidos os responsáveis, o que faz dessas áreas "terra de ninguém", onde os agentes dessa expansão predatória, especialmente sua vertente vinculada à 'grilagem' de terras e ao banditismo atuam com total impunidade ameaçando moradores, destruindo

vastas extensões do cerrado e atentando contra os representantes locais.

Revisões Demarcatórias e Conflitos no Sertão Cordino

Tendo em vista essa rápida expansão das fronteiras do agronegócio pelo centro-sul maranhense, bem como as consequentes transformações econômicas e sociais e os impactos que se fazem sentir nas populações indígenas da região, especialmente aquelas localizadas em áreas de cerrado, a agência tutelar oficial desencadeou um processo de revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, localizadas no atual município de Fernando Falcão.

A revisão demarcatória teria por objetivo uma possível ampliação física dessas unidades territoriais tendo em vista o crescimento demográfico dessas populações, as limitações ambientais desses territórios e a necessidade de enfrentamento dos impactos decorrentes do avanço dessa frente econômica impulsionada, desde os anos 1980 pelo PFC e pelo PGC, através da expansão do agronegócio e de outras mudanças em curso na economia e na sociedade regionais.

Esse processo deve ser considerado em relação à dinâmica das relações intersocietárias no centro-oeste maranhense como um todo, e no 'sertão cordino'⁸ em especial, a partir de uma perspectiva histórica e processual. Em termos gerais, as relações intersocietárias entre os Apaniekrá e os Ramkokamekra-Canela, o Estado e a sociedade regional têm se caracterizado por diferentes formas de ocupação do espaço ambiental, reflexo de ordens sociais e econômicas contraditórias resultando em elaborações específicas sobre as respectivas territorialidades, entre esses povos indígenas e os segmentos regionais.

Até meados do século XX, essa contradição se pautava fundamentalmente nos diferentes modos de uso do território entre índios e criadores do 'sertão cordino', decorrente da dominação colonial sobre os

Timbira, na qual os Ramkokamekra e Apaniekrá foram comprimidos em pequenas porções de seu território tradicional que, nos tempos iniciais do contato, eram limitados a nordeste pelo alto curso dos rios Alpercatas e Itapecuru, ao sul e sudeste pela Serra das Alpercatas e a sudoeste e noroeste pelo alto Mearim e pelo Rio Corda.

Esse território foi ocupado, a partir de meados do século XIX, por vaqueiros e criadores vinculados à frente de expansão pastoril tradicional, vinda do Nordeste em direção à Amazônia. Após um período de guerras intestinas com as bandeiras e tropas de linha vindas de Caxias e Pastos Bons, os Capiiekran, principal grupo formador dos atuais Ramkokamekra, selaram a "paz" e uma "aliança" com os conquistadores, o que lhes garantiu certa tranquilidade em relação a novos conflitos. Utilizados como força auxiliar nas expedições de repressão e extermínio a grupos considerados hostis, especialmente no Itapecuru e alto Mearim, os Canela participaram em combates contra os Sakamekran ou "Timbiras Matteiros" e os "Gamella de Codó", os quais foram neutralizados no final do século XIX. Participaram ainda, junto às tropas oficiais, da repressão aos Guajajara, após o conflito conhecido como "massacre do Alto Alegre", ocorrido em 1901.

Os conflitos entre os Ramkokamekra e Apaniekrá e os criadores que se estabeleceram em seu antigo território, como no caso de outros grupos timbira, tornaram-se frequentes, em função da matança pelos índios, do gado dos criadores resultante do afugentamento da caça nos territórios ocupados pela pecuária extensiva, e do crescimento da população regional. A situação de fricção entre esses grupos timbira, tradicionalmente caçadores e coletores, e a sociedade regional pastoril que se estabelecia gerou conflitos, dos quais os mais conhecidos foram o "massacre da Aldeia Chinela", ocorrido em 1913, e a repressão ao "movimento messiânico Canela", em 1963 (Oliveira, 2002).

No primeiro caso, uma aldeia formada por índios Kenkatyê, um grupo associado aos Apaniekrá foi atacada e destruída a mando de um criador local, levando esse grupo à extinção étnica⁹. No outro caso, reações às crescentes pressões sobre o território e a sociedade Canela conjugadas à sua mitologia do contato levaram à eclosão de um movimento sociorreligioso, de cunho "messiânico". Liderados por uma "profetisa", os Ramkokamekra passaram a abater sistematicamente o gado dos "cristãos", que organizaram uma campanha repressiva com o objetivo de exterminar esse grupo timbira. Após longo período de exílio junto aos Guajajara, os Ramkokamekra retornaram ao seu território, em 1968, quando então, foi iniciado o processo demarcatório dessas áreas indígenas¹⁰.

As Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, situadas entre o cerrado e as matas de transição estão localizadas ao sul do atual Município de Fernando Falcão, criado em 1995, com a divisão do antigo município de Barra do Corda. A primeira localiza-se a cerca de 70 quilômetros da sede de Barra do Corda, e a cerca de 6 quilômetros da sede municipal de Fernando Falcão, implantada junto a um antigo núcleo sertanejo denominado Jenipapo dos Resplandes. Possui um perímetro de 125.212 hectares e seu processo demarcatório foi concluído em 1983.

A Terra Indígena Porquinhos, com 79.520 hectares situa-se a oeste da primeira, e a cerca de 80 quilômetros a sudoeste de Barra do Corda. Esses territórios demarcados e regularizados desde o início dos anos 1980 são formados, em sua maioria, por terrenos arenosos cobertos pelo cerrado, e em menor parte, por matas de galeria que acompanham os riachos existentes nessas áreas. A T. I. Porquinhos é cortada, ainda, pelo rio Corda em seu alto curso, e possui maiores recursos florestais do que a T.I. Kanela correspondendo, entretanto, a dois terços do seu perímetro.

O crescimento demográfico acentuado dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela nas últimas décadas, constitui um

fator a ser considerado na perspectiva de ampliação dessas unidades territoriais indígenas. Apresentando um aumento significativo em seus respectivos quadros demográficos, com a duplicação de suas populações a cada 20 anos¹¹, esses grupos étnicos, tendo em vista ainda, a restrita produtividade agrícola do solo de cerrado onde habitam, basicamente arenoso, demandam uma ampliação das áreas potencialmente agrícolas, onde possam desenvolver sua economia baseada em roças cultivadas pelas famílias extensas, e na caça e coleta, hoje bastante restritas¹².

Embora o entorno das atuais Terras Indígenas Kanela e Porquinhos seja formado, em sua maior parte, por terras devolutas da União e do Estado do Maranhão e por uma unidade de conservação ambiental – o Parque Estadual do Mirador, essas terras foram historicamente ocupadas por agentes da frente pastoril tradicional, e hoje constituem uma série de “propriedades”, em sua maior parte não tituladas, mas historicamente consolidadas. Famílias de pequenos criadores e agricultores de subsistência habitam essas terras há várias gerações, as quais exploram de forma pouco predatória.

Sobre essas “pequenas propriedades” não tituladas é que tem avançado o processo de compra e “grilagem” de terras nessa região, o qual tem levado à transformação do sertão cordino, e em especial, das terras do entorno às Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, em grandes empreendimentos do agronegócio, especialmente voltados à produção de soja. Diante da possibilidade de vir a “perder” as terras que ocupam há várias gerações, em decorrência da possível ampliação dessas terras indígenas, famílias de ‘sertanejos’ têm vendido suas “benfeitorias” a corretores de terra que atuam no sertão cordino, os quais as ampliam através da “grilagem” de terras públicas negociando-as, posteriormente, a empresários rurais do sudeste, sul e centro-oeste do Brasil.

A proximidade de grandes vias de escoamento da produção, como a MA-006 (Grajáu-Balsas), a BR-230 (Transamazônica), que dá acesso à Ferrovia Norte-Sul, e a BR-226 (Timon-Porto Franco), que facilitam o acesso rodoviário e ferroviário ao Porto do Itaqui, em São Luís, constitui um grande estímulo a esses empreendimentos. De outro lado, políticas de incentivo ao agronegócio têm possibilitado o incremento desses projetos através de financiamentos governamentais, via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco do Brasil, o que tem levado à rápida expansão dos campos de soja, de cana-de-açúcar e de outras culturas agrícolas pelo cerrado do Brasil Central como um todo, e pelo cerrado maranhense em especial.

Os impactos da expansão do agronegócio pelo centro-sul maranhense, tendo em vista a continuidade étnica dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, ainda encontram-se em estágio inicial. A substituição de seus tradicionais vizinhos sertanejos por empreendedores da soja começa a se vislumbrar, em terras consideradas “devolutas”, as quais estariam potencialmente incluídas numa possível revisão demarcatória dessas terras indígenas. Ainda que futuramente anexadas, essas terras terão perdido a cobertura vegetal do cerrado e estarão sob a ação de fertilizantes e agrotóxicos que possivelmente terão atingido os riachos e rios que banham essas reservas, como é o caso do próprio rio Corda.

A situação atualmente vivida por outros grupos timbira do cerrado, como os Krahô e Apinayé, no norte do Estado do Tocantins, cujas terras no entorno de seus territórios já se encontram em avançada etapa de ocupação pela expansão do agronegócio é sintomática do que pode ocorrer em relação aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, num período

de médio prazo. De uma relação histórica mantida com criadores extensivos engendrados pela frente pastoril tradicional, os Krahô e Apinayé se encontram, agora, cercados pelas lavouras de soja e outras, que ao longo da última década tem se estabelecido no cerrado tocantino.

As consequências dessa presença tem sido a contaminação dos cursos d'água que banham as reservas indígenas por agrotóxicos comprometendo a qualidade da água que abastece essas comunidades, em decorrência do avanço das lavouras de soja até as margens desses rios e riachos. Segundo as lideranças indígenas e agentes tutelares e de organizações não governamentais que atuam na região, as lavouras de soja estão cercando as terras indígenas e os núcleos sertanejos, os quais são atingidos, inclusive, por defensivos agrícolas lançados a partir de aviões.

A despeito das denúncias feitas pelos próprios índios e por ONGs, os órgãos federais e estaduais responsáveis pela fiscalização se omitem e atribuem a responsabilidade aos seus congêneres, enquanto crianças e adultos têm morrido em decorrência do envenenamento das terras e das águas. O Governo Federal, responsável pela defesa dos direitos indígenas e pelo respeito à legislação ambiental se mostra incapaz ou indiferente às denúncias, tendo em vista os altos lucros advindos da exportação da soja e outros produtos extraídos do cerrado.¹³

Conclusão

As transformações econômicas e sociais desencadeadas pelos grandes projetos desenvolvimentistas implementados a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, e em especial o Projeto Ferro-Carajás e o Programa Carajás e seu amplo espectro de atividades tem gerado, ainda nesse novo milênio, consequências desastrosas aos povos indígenas e às comunidades regionais, que tradicionalmente habitam a região de cerrados da Amazônia Oriental, e em especial no centro-sul maranhense.

Um fator a ser considerado é que esses projetos e programas desenvolvimentistas têm beneficiado em grande parte, aos países do chamado Primeiro Mundo, financiadores desses empreendimentos, para onde são dirigidos os recursos minerais, industriais e agropecuários produzidos por esses megaempreendimentos. Ao eleger a Amazônia oriental, quase em sua totalidade, à condição de "região-programa", estava-se decretando a radical transformação de uma vasta região florestal e de cerrados em recursos naturais às sociedades industriais do Primeiro Mundo.

Esses megaprojetos e programas desenvolvimentistas, ao acelerar o processo de ocupação do cerrado por empreendimentos vinculados ao agro-negócio induzem à transformação ambiental e econômica de uma região de tradicional ocupação pastoril, onde vigorava uma situação de contato intersocietário relativamente estabilizada entre índios e sertanejos, com consequências devastadoras aos povos indígenas e populações regionais.

As ações voltadas ao desenvolvimento regional, desencadeadas pelos governos federal e estadual, vêm somar-se aos grandes projetos e programas desenvolvimentistas, como o PFC e o PGC, na transformação social e econômica do centro-sul maranhense. Nesse sentido, o desmembramento e a criação de novos municípios, a definição de programas voltados à implementação de obras de infraestrutura – estradas vicinais, redes de energia elétrica, telefonia e outras – especialmente naqueles municípios considerados de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), caso de Fernando Falcão, servem como atrativo ao deslocamento populacional e à ocupação das terras "devolutas" em um ritmo mais acelerado em relação ao que até então ocorria.

A inserção dos povos indígenas em programas voltados ao desenvolvimento de pequenas comunidades rurais, como o "Comunidade Viva" e o "Programa de Combate à Pobreza Rural" (PCPR), implementados pelo Governo do Estado do Maranhão

em "parceria" com o Banco Mundial (BIRD) constitui uma outra dimensão das políticas desenvolvimentistas implementadas na Amazônia Oriental, com impactos diretos junto a esses povos. Nos últimos 5 anos, os Ramkokmekra-Canela foram "beneficiados" com recursos oriundos desses programas, através dos quais foram implementadas a eletrificação da Aldeia Escalvado e da Aldeia Velha, e adquiridos tratores e implementos agrícolas voltados à "modernização" do trabalho agrícola.

Outro "benefício" do desenvolvimento estabelecidos junto a esse povo timbira, foi a instalação de um "telefone comunitário" na Aldeia Escalvado, o que permitiu a comunicação com outras cidades do Brasil, e inclusive o acesso à rede mundial de computadores (internet), a partir da sede do posto indígena. Como recurso estratégico ao poder tutelar foi instalado, ainda, um telefone vinculado ao Projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), o qual é operado apenas por servidores da FUNAI. Através de um programa financiado por agências multilaterais, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) realizou, ainda, a perfuração de um poço artesiano profundo na Aldeia Escalvado e implementou um sistema de distribuição de água encanada às residências Canela, as quais foram também "beneficiadas" por um sistema de fossas sépticas.

Dessa maneira, as ações e políticas vinculadas ao desenvolvimento, seja através dos grandes projetos e programas de

desenvolvimentistas gerados no período militar, ou através de programas voltados às "comunidades carentes" revelam ter em comum a obsessão pela mudança social, pela transformação dos grupos étnicos e regionais tornando-os à imagem e semelhança do Primeiro Mundo, ainda que numa imagem tosca e deformada. Como apontam diversos autores, o desenvolvimento constitui um conjunto de práticas e uma ideologia que emana do mundo ocidental para os povos do chamado "Terceiro Mundo" com objetivos precisos (Sachs, 2000).

Da perspectiva da ordem econômica mundial, o desenvolvimento visa inserir as populações e recursos naturais na dinâmica das relações capitalistas, constituindo um manancial de recursos minerais, agroextrativistas e industriais à disposição do capital mundializado. Do ponto de vista ideológico constitui um discurso que visa restabelecer a clássica dicotomia através da qual o Ocidente concebe outros povos e tradições civilizatórias, ao longo de sua história (Escobar, 1996).

Assim, os "pagãos" e "bárbaros", assim como os "selvagens" e "primitivos" do passado, dão lugar aos atuais povos "subdesenvolvidos", a cuja reparação o Ocidente atribui sua missão civilizatória. Satisfaz-se, assim, as duas demandas: a inclusão das vastas áreas e recursos naturais do "Terceiro Mundo" na dinâmica das relações capitalistas e a "salvação" de suas populações pela ideologia e práticas do desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- CEDI. Aconteceu. *Povos Indígenas no Brasil – 1985-86*. São Paulo, 1986.
- CIMI. Situação jurídico-administrativa atual das terras indígenas no Brasil (24/09/2004). http://www.pgr.mpf.gov.br/6_camaras-terrasindigenas/ma. Acessado em 15 mar. 2005.
- COELHO, Elisabeth M. B. *Cultura e Sobrevivência dos Índios do Maranhão*. São Luís: EDFMA, Série Antropologia 2, 1987.
- CVRD-FUNAI. *Projeto Ferro-Carajás: Apoio às Comunidades Indígenas*. Rio de Janeiro: Brasília, 1982.
- ESCOBAR, Arturo. *La Invención del Tercero Mundo. Construcción y Desconstrucción del Desarrollo*. Bogotá. Editorial Norma, 1996.

- FOLHA ONLINE. Índios denunciam contaminação de rios pôr agrotóxico. <http://www.folha.uol.br/brasil>, 18/03/2005. Acesso em 19 mar. 2005.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Agroanalysis*. Revista de Negócios da FGV /INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. Rio de Janeiro, Vol. 21, no. 11, nov.2001.
- ISA. *Povos Indígenas no Brasil. Enciclopedia. Canela*. <http://www.socioambiental.org/pib/ept/canela>. Acesso em 15 mar. 2005.
- NIMUENDAJU, Curt. *The Estearn Timbira*. Berkeley and Los Angeles: University of Califórnia Press, 1946.
- OLIVEIRA, Adalberto L. R. de. *Ramkokamekra-Canela: Dominação e Resistência de um povo timbira no centroeste maranhense*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IFCH-UNICAMP, 2002.
- _____. Projeto Carajás, Práticas Indigenistas e Povos Indígenas no Maranhão. In: *Revista Antropológicas*, vol. 15, no. 2, UFPE-FCH, Recife, 2005, pp. 135-169.
- _____. *Messianismo Canela: entre o Indigenismo de Estado e as Estratégias do Desenvolvimento*. Tese de Doutorado. São Luís, UFMA-PGPP, 2006.
- PINTO, Lúcio F.: *Carajás, o ataque ao coração da Amazônia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- SACHS, Wolfgang (Org). *Dicionário do Desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VIDAL, Lux. A questão Indígena. In: ALMEIDA JR. (org). *Carajás: Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento*. Brasília-São Paulo: CNPq-Brasiliense, 1986.

Resumen: En las últimas décadas hubo un crecimiento cuantitativo de los programas de desarrollo regionales y proyectos dirigidos a las comunidades étnicas y rurales del centro-sur de Maranhão, por la acción del Estado y organizaciones no gubernamentales, con la participación de los investigadores, asociaciones indígenas y otros agentes. Estas intervenciones han tenido lugar en un contexto de cambios ambientales, sociales y económicos, con la sustitución de las antiguas granjas y núcleos sertanejos por empresas agroindustriales, mediante la generación de impactos a los grupos indígenas de la región, con el predominio de la lógica económica del mercado sobre la lógica de la auto-sostenibilidad de estos grupos. El Apaniekrá y Ramkokamekra-Canela (Ge-Timbira) y otros grupos indígenas de la región, tuvieron sus territorios impactados por el avance de la frontera económica, llevando el Estado brasileño, a través de su organismo tutelar (FUNAI), a llevar a cabo, a principios de la década actual, un proceso de revisión del deslinde de las tierras indígenas Kanela e Porquinhos. En este trabajo se analiza el impacto de las políticas y acciones de los organismos estatales y privados involucrados en el desarrollo, sobre la organización social y simbólica de los Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela.

Palabras clave: pueblos indígenas Canela; políticas y acciones de desarrollo; cambios sociales y ambientales.

Résumé: Dans les dernières décennies, il ya eu une croissance quantitative des programmes et projets de développement régional destiné aux communautés ethniques et rurales dans le région centre-sud du Maranhão, par action de l'Etat et par les organisations non gouvernementales, avec la participation de chercheurs, d'associations autochtones et d'autres intervenants. Ces interventions ont eu lieu dans un contexte de changement environnemental, social et économique avec le remplacement de vieilles fermes et des noyaux sertanejos pour l'installation de production liés aux agro-industrie ainsi que impacts des groupes Indiens dans la région, la prédominance de la logique économique du marché sur la logique de l'autonomie de ces personnes. Le Apaniekrá et Ramkokamekra-Canela (Ge-Timbira) et autres groupes autochtones de la région, a eu ses territoires concernés par l'avancement de cette frontière économique, qui a conduit l'Etat brésilien, à travers son parapluie agence (FUNAI) pour déclencher au début de la décennie en cours, un processus d'examiner la démarcation des terres autochtones Kanela et Porquinhos. Cette étude analyse les impacts des politiques et actions de l'Etat et des organismes privés liés à développement, sur l'organisation social et symbolique des Apaniekrá et Ramkokamekra-Canela.

Mots clés: Indiens Canela; politiques et actions de développement; changements socio-environnementaux

Notas

- 1 Trabalho apresentado na 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 1º e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil. Este trabalho conta com apoio da FAPEMA, através de um Auxílio à Pesquisa (proc 01005/09).
- 2 No Mapa 01 é apresentada a Estrada e Ferro Carajás (EFC), as terras indígenas e áreas ambientais impactadas.
- 3 O "Corredor Carajás" correspondia a uma faixa de 100 quilômetros ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), onde foram programadas atividades agroindustriais e minero-metalúrgicas de apoio ao PFC. A "região-programa" abrange uma área de 900 mil quilômetros quadrados, entre os rios Xingu e Parnaíba, nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, onde seriam desenvolvidos projetos agropecuários e industriais vinculados ao PGC. Cf. CEDI, 1991.
- 4 Projeto Ferro-Carajás: Apoio às Comunidades Indígenas. CVRD-FUNAI, 1982, p. 1.
- 5 Inicialmente foram abrangidos, no Estado do Maranhão, os Tenetehara das TIs. Caru, Pindaré e Araribóia; os Gavião-Pukobyê e Krikati, além dos Awá-Guajá. Posteriormente, foram incluídos os Tenetehara das TIs. Canabrava, Lagoa Comprida, Bacurizinho, Urucú-Juruá e Morro Branco, os "Timbira" da TI. Geralda-Toco Preto, os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela. Cf. Oliveira, 2005.
- 6 Vide Revista Agroanalysis (FGV), Vol. 21, no 11, novembro de 2001.
- 7 A Batavo, grande empresa de laticínios do Paraná pretendia implantar um grande "projeto" de soja, em plena Serra das Alpercatas, em terras habitadas há várias gerações, por famílias sertanejas.
- 8 Designo como 'sertão cordino' a região de cerrados e matas de transição situadas ao sul do antigo limite do município de Barra do Corda, hoje, em parte vinculada ao município de Fernando Falcão.
- 9 Cf. Nimeuendaju, 1946.

- 10 Cf. Oliveira, 2006.
- 11 Censos realizados pela FUNAI e pesquisadores apontam uma variação de 600 para 1262 Ramkokamekra, entre 1979 e 2000, e de 225 para 458 Apaniekrá, no mesmo período. Cf. ISA, 2001.
- 12 Dados de meados da década passada apontam as populações Ramkokamekra e Apaniekrá respectivamente, em 1698 e 670 indivíduos. Cf. CIMI, setembro de 2004.
- 13 Cf. www.folhaonline.uol.br, acesso em 18 mar.2005.

O Desenvolvimento como discurso repete tragédias

Development as speech repeats tragedies

El discurso del desarrollo repite tragedias

Développement comme discours répète des tragédias

*Sônia Missaglia Mattos**

E não há quadro mais doloroso do que este em que (...) a força da destruição não se limita somente às tradições e aos inanimados, mas envolvendo no descalabro as pessoas (...) fazendo delas o eixo central da morte e aumentando a sensação desoladora de uma melancolia infinita.

(Graça Aranha, Canaã)

Resumo: Este artigo tem por base um conjunto de questões surgidas a partir de pesquisas que venho realizando em Anchieta-ES. Elas estão relacionadas com um modelo excludente de desenvolvimento que favorece apenas às elites de poder e que, dentre outros problemas, causa irreversíveis danos ao meio ambiente e impele comunidades tradicionais locais à migração forçada. Tal modelo de desenvolvimento tem por base um tipo de política econômica, ancorada por metas de crescimento da produção industrial e da infraestrutura e foi lá intensificado desde que a cidade entrou em pauta nas discussões político-administrativas referidas a investimentos do grande capital privado (nacional e transnacional) e estatal, tornando-a base de operações para grandes projetos de desenvolvimento industrial, que fazem parte do "Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025" (Macroplan, 2006) e do PAC.

Palavras-chave: grandes projetos de desenvolvimento econômico; migração forçada; degradação socioambiental; Anchieta ES, Brasil

Abstract: This paper is based on a set of questions raised from researches I have accomplished in Anchieta-ES. They are related to an excluding model of development that favors only elites of power and among other problems, causes irreversible damage to environment and traditional local communities that are forced migration. This development model builds on a sort of economic policy, bolstered by goals of growth in industrial output and infrastructure has been intensified there since the town came under political and administrative discussions referred to huge investments of state and private-owned capital (national and transnational) making it the operations base for large industrial development projects which are part of the "Development Plan 2025 of Estado do Espírito Santo" (Macroplan, 2006) and of the government project to promote growth (PAC).

Keywords: Large Economic Development Project; forced migration; social and environmental degradation; ES, Anchieta, Brazil

* Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, é professora dos cursos de Graduação e do Mestrado (PPGCS) do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: smissaglia@gmail.com.

Introdução O artigo que aqui apresento tem por base um conjunto de questões surgidas a partir de pesquisas que venho realizando em Anchieta-ES. Elas estão relacionadas com um modelo excludente de desenvolvimento que favorece apenas às elites de poder e que, dentre outros problemas, causa irreversíveis danos ao meio ambiente e impele comunidades tradicionais locais à migração forçada. Tal modelo de desenvolvimento tem por base um tipo de política econômica, ancorada por metas de crescimento da produção industrial e da infraestrutura e foi lá intensificado desde que a cidade entrou em pauta nas discussões político-administrativas referidas a investimentos do grande capital estatal e privado (nacional e transnacional), tornando-a base de operações para grandes projetos de desenvolvimento industrial, que fazem parte do "Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025" (Macroplan, 2006) e do PAC.

Furtado já criticava a inadequação desse modelo de desenvolvimento, mostrando que este deveria passar por orientações mais igualitárias que favorecessem formas coletivas de consumo e reduzissem o desperdício provocado pelos padrões de consumo privado de grupos privilegiados. (Furtado, 1986). O desenvolvimento apontado por Furtado, atendo-nos ao que diz Graça Aranha, não destrói apenas as tradições, mas as pessoas paralisando-as, fulminando-as, "fazendo delas o eixo central da morte." (Graça Aranha, 2005).

Tenho concentrado meus estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento, de caráter desenvolvimentista, que vem a cada dia ganhando mais força na costa sul do estado do Espírito Santo, em especial da cidade de Anchieta.¹ Ao redigir o relatório final da última pesquisa intitulada "Anchieta – ES: Por um futuro mais sustentável," em que focalizei o estado atual de "progresso e desenvolvimento" no qual a cidade foi inserida, pude ver de forma clara que o saldo de questões sobre a cidade e o desenvolvimento, que ainda estavam, por mim, sem compre-

ender, haviam se multiplicado.² Por necessidade de embasamentos mais substantivos, para melhor compreender as perguntas que foram colocadas a descoberto, fui levada a esboçar um pano de fundo histórico e etnográfico da cidade de Anchieta, uma vez que tais estudos são raros, e muitas vezes precários. Ao fazer tal esforço de pesquisa, encontrei informações preciosas sobre os vários tempos da cidade, sendo que muito me surpreenderam os documentos referentes à época colonial. Principalmente porque, muito embora os períodos de tempo e as circunstâncias sociopolíticas sejam diferentes, os documentos encontrados mostram que, na atualidade, processos similares emergem quando se trata dos discursos e das práticas de desenvolvimento econômico que vemos acontecendo naquele mesmo local. Estão entre esses processos, dentre outros, irreversíveis impactos e custos sociais, ambientais, políticos, culturais, acrescidos pelo impacto demográfico.

Neste artigo, após buscar algumas reflexões de teóricos dedicadas a esta temática, principalmente aquelas voltadas para o neo e pós-colonialismo, vou expor alguns momentos da cidade que me parecem fundamentais para melhor compreendermos a realidade que, no momento atual, ocorre naquele espaço. Esses podem parecer interconexões "parcialmente desvinculadas entre si" (Hannerz, 1977) uma vez que alguns estão situados distantes do tempo atual. Porém, buscarei retomar esse tempo distante em proximidade com o que diz Hommi Bhabha e, assim, tentarei trazê-lo como um "passado-presente," ou como um ato insurgente que inova e interrompe a atuação do presente. (Bhabha, 2010; Benjamin, 1985).

Após as reflexões teóricas, enfoco o nascimento da cidade de Anchieta, forjado a partir de mudanças provocadas pela expansão europeia para fazer deslanchar seu processo de desenvolvimento econômico e político. Depois, procuro mostrar outros momentos nos quais podemos ver

a atuação do mesmo modelo de desenvolvimento e como essa mesma região continua sendo requisitada para fornecer subsídios para o desenvolvimento econômico de interesses desvinculados do lugar, À custa de seu desgaste cultural e socio-ambiental em vários momentos é retomado o discurso falacioso com o pretexto de que a população alcance o que é entendido por desenvolvimento pela sociedade ocidental moderna.

Se analisarmos os fatos ocorridos nos primeiros tempos da cidade e o estado atual dos acontecimentos, vemos que há uma constância, dentre outros problemas, da grande espoliação dos recursos naturais e da mão de obra de baixo custo. No momento inicial da cidade, os recursos da guerra e da expansão mercantil eram ampla e abertamente utilizados, pelas classes governantes dos Estados absolutistas europeus emergentes. No atual, disfarçado por ideais de democracia, elites da tecnocracia estatal (nacional/local) adequam suas decisões amparando e fortalecendo o planejamento do desenvolvimento econômico que está a cargo de aparelhos burocráticos do grande capital transnacional.

Conforme Canclini, uma transferência no redirecionamento de instâncias de decisão política dos tecnocratas locais para atender às demandas do grande capital contribui para anular o poder de decisões dos burocratas locais que podem vir a reduzir-se a simples administradores de decisões alheias.³ Para ele, tais redirecionamentos atrofiam a imaginação socioeconômica e levam ao esquecimento das políticas de longo prazo. O esvaziamento simbólico e material dos projetos nacionais/locais diminui o interesse pela participação na vida pública (Canclini, 2003). A população ficando cada vez mais distante dos processos decisórios tende a tornar-se apática, em posição de receptora, e não de sujeito político.

A ausência de participação nos processos decisórios fez com que, por muito tempo, os fatos que estão ocorrendo na-

quele local fossem vistos como isolados, como fragmentos, e não como parte de um movimento mais amplo. Para quem se colocou alinhado com a grande mídia e recebendo as migalhas das "fornalhas da siderurgia,"⁴ o desenvolvimento é um sonho. Não faz a menor diferença se para alcançá-lo terão que ser exterminados os esquemas locais de significação, o meio ambiente, as comunidades, ou a própria viabilidade de vida local. O que repetem é que o progresso, a modernidade, ou o desenvolvimento estão chegando, e que trarão empregos e qualidade de vida. Mas, para outros não. Para aqueles que conseguem antever as mazelas, o que está chegando é um pesadelo, muito embora, devido a isso, sejam considerados hereges.

Neste artigo, esse modelo de desenvolvimento será tomado não como um sonho, ou discurso mágico, capaz de elevar cidades como Anchieta – situada em um país que até a pouco era politicamente correto chamar de terceiro mundo⁵ à igual condição de cidades das nações chamadas de desenvolvidas. O desenvolvimento, tal como o título desse artigo sugere, é tomado aqui como uma formação discursiva. Lembro aqui que, para Escobar, o desenvolvimento, em seus pressupostos tradicionais, é uma experiência histórica única. (Escobar,1995), sendo que ele o define como a criação de um domínio de pensamento e ação, determinado por características e inter-relações de três eixos, quais sejam:

[...] as formas de conhecimento que a ele se referem e através das quais ele surge e é elaborado em objetos, conceitos, teorias, dentre outros; o sistema de poder que regula suas práticas; e as formas de subjetividade alimentadas por esse discurso, aquelas através das quais as pessoas se identificam como desenvolvidas ou subdesenvolvidas. (Escobar,1995, p.10).

Segundo Escobar, o desenvolvimento como formação discursiva é constituí-

do pelo conjunto de estruturas encontradas, paralelamente a esses eixos e faz surgir uma organização, sistematicamente, relacionada a técnicas de poder e a determinadas modalidades de conhecimento. (Escobar, 1995).

Conforme Canclini, muitos intelectuais e cientistas sociais questionam a capacidade que esse modelo de desenvolvimento tem de criar laços sociais. Isso porque, ele é desenhado a partir de uma teoria globalizadora, que "em seus cálculos econômicos, não leva em conta os custos sociais do processo, o custo das doenças e do sofrimento, do suicídio, do alcoolismo e das dependências de outras drogas." (Canclini, 2003.p.23). Há vários intelectuais nos mais diferentes campos do saber realizando revisões, de forma crítica, sobre esse modo de desenvolvimento.⁶

Particularmente, para mim foram muito elucidativos os estudos de Ribeiro no texto "Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento." (Ribeiro, 2008). Por meio desse estudo, pude compreender de modo mais claro a realidade do modelo de desenvolvimento que está sendo implantado na cidade de Anchieta e adjacências. Reportando-se a Durkheim para quem a religião é a sociedade adorando a si própria, Ribeiro diz que entende desenvolvimento como a expansão econômica adorando a si mesma.⁷ Devido a isso, ele diz ser necessário conhecer o sistema de crença que subjaz a essa devoção assim como as características do campo de poder que a sustenta.

Seguindo nessa mesma direção, vemos o desenvolvimento como "um campo de poder composto por várias redes e instituições que formam consórcios que possibilitam e impulsionam articulações entre atores que além de diferentes são desiguais," e que são denominados atores locais (insiders) e externos (outsiders) (Ribeiro, 2008). Em Anchieta, sob a ideologia dos incentivadores dos grandes projetos de desenvolvimento econômico há uma inversão. Por resistirem, não partilhando

dos valores e das promessas do modelo de desenvolvimento econômico privilegiado pela sociedade ocidental moderna, ou eurocêntrica, que decidiram implantar naquela cidade e município, os integrantes de grupos estabelecidos desde longos tempos naquele local e que constituiriam os insiders, passaram a ser considerados como outsiders. E, como tal, estigmatizados como pessoas atrasadas. (Elias; Scotson, 2000), sendo até mesmo consideradas como de menor qualidade humana. Aqui é importante lembrar Otávio Velho quando diz:

[...] é preciso acabar com o mito de que só a sociedade ocidental moderna tem a chave do desenvolvimento e da inovação e de que as demais são estáticas e carentes de dinâmica. Essa é uma visão eurocêntrica que também está sendo posta em questão nesta quadra de mudança civilizatória profunda. Ignorá-la não é sinal de modernidade, mas de atraso e provincianismo incompatíveis com o novo mundo que se desenha. (Velho, 2010)

É no intuito de acabar com esse mito que, para definir o campo desse modelo de desenvolvimento, junto com Ribeiro (Ribeiro, 2008), vou utilizar o conceito de campo de Bourdieu, para quem "a estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores." (Bourdieu, 1983, p. 90). Conforme Bourdieu, um espaço social conceituado como campo se apresenta como um espaço estruturado "cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes." (Bourdieu, 1983, idem). Considerar o campo como um espaço social estruturado, é o mesmo que considerar que as relações sociais que ocorrem entre os agentes sociais que nele se situam

são heterogêneas e assimétricas em termos de poder. Sobre essa base, Ribeiro conceitua o campo do desenvolvimento e o define como:

[...] constituído por atores que representam vários segmentos de populações locais (elites locais e líderes de movimentos sociais, por exemplo); empresários privados, funcionários e políticos em todos os níveis de governo; pessoal de corporações nacionais, internacionais e transnacionais (diferentes tipos de empreiteiros e consultores, por exemplo); e pessoal de organizações internacionais de desenvolvimento (funcionários de agências multilaterais e bancos regionais, por exemplo). As instituições são parte importante desse campo; elas incluem vários tipos de organizações governamentais, organizações não-governamentais, igrejas, sindicatos, agências multilaterais, entidades industriais e corporações financeiras. (Ribeiro, 2008, p.3).

No interior do campo, os mais vulneráveis são os atores sociais locais fragilizados que por serem economicamente menos influentes, são os mais impactados pelas poderosas forças e iniciativas do desenvolvimento econômico. De modo geral, são eles os alvos de deslocamentos forçados, pois, frequentemente, a área cobijada para implantação dos empreendimentos de Grandes Projetos de Desenvolvimento – quer seja para a construção de represas, ou para a de usinas siderúrgicas como é o atual caso em Anchieta – são áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, comunidades quilombolas, ou comunidades ribeirinhas, ou similares (Oliver-Smith; Hansen, 1982).

A Associação Internacional para o Estudo da Migração Forçada (IASFM)⁸ utiliza a expressão migração forçada para se referir ao movimento de refugiados e de pessoas internamente desalojadas quer seja por desastres naturais ou ambientais, desastres químicos ou nucleares, epidemias de fome, ou por projetos

de desenvolvimento. Um fato curioso que apontam é que há menos pessoas forçadas a migrar devido a conflitos armados que devido a implementação de grandes projetos de desenvolvimento econômico. Sendo que, para esses últimos, há ainda o agravante de que seus problemas são pouco reconhecidos pela população externa e pelo fato de receberem menos apoio e assistência. Essa forma de migração forçada afeta, quase que exclusivamente, minorias indígenas ou étnicas e a pobreza tanto rural quanto urbana. (IASFM, 2011).⁹

Na grande maioria das vezes, as áreas tradicionalmente ocupadas são áreas ambientalmente preservadas, sendo que é dito entre os ambientalistas que, devido ao modo com que lidam com o meio ambiente, os habitantes de tais áreas deveriam servir de consultores e de agentes a organismos internacionais dedicados à preservação ambiental (Colchester, 1994).

Forçados a migrar dos territórios que tradicionalmente ocupam, e reassentados em lugares insalubres, de baixo custo imobiliário, e desprovidos de saneamento básico, sofrem um decréscimo na qualidade de vida. “Transplantados,” eles veem suas relações quer sejam sociais, de parentesco, de vizinhança, ou de quaisquer outras modalidades, romperem-se, assim como comprometidas suas culturas. Suas histórias, suas esperanças são esmagadas sendo que, principalmente, os mais idosos acabam por falecer. A migração forçada, diz Oliver-Smith, é uma das expressões mais agudas de impotência, porque constitui uma perda de controle sobre o próprio espaço físico. Depois disso, a única coisa que resta a esses desenraizados que foram reassentados, por o seu lugar ter-lhes sido tirado, é a perda do próprio corpo. (Oliver-Smith, 2001). Lembro aqui que “lugar” é como Yi-Fu-Tuan denomina o espaço socialmente criado, percebido. Segundo esse autor, o espaço transforma-se em um lugar, à medida que ad-

quire “definição” e “significado”. Ou seja, o espaço se torna lugar, na medida em que faz os seus diversos elementos existirem diferenciadamente, pois os elementos dos espaços passam a ser representados a partir de percepções culturais, formando um arcabouço mais ou menos organizado que permite a orientação de grupos e pessoas (Tuan, Yi-Fu, 1983; DaMatta, 1986; Schulz, C. N., 1980).

Desenraizadas, empobrecidas material e simbolicamente, as populações deslocadas de seus lugares se tornam objeto de promessas políticas sociais, ou de medidas mitigatórias, paradoxalmente propostas pelos próprios agentes que as desalojaram. E é muito comum ver que aquelas pessoas que perderam a natureza como seu espaço tradicional de trabalho sejam incentivadas a aprender a fazer algum tipo de artesanato, atividade que para eles não passa de um pseudotrabalho. Isso só é feito porque as ações de caráter mitigatório que não deveriam, mas que são confundidas como sendo o mesmo que ações de “responsabilidade social,” tornam os produtos dessas empresas mais competitivos no mercado. Ou seja, contam pontos para o selo social de seus produtos.

Lembro aqui Bourdieu quando ele mostra que é:

[...] importante que o espaço onde é produzido o discurso sobre o mundo social continue a funcionar como um campo de luta onde o pólo dominante não esmague o pólo dominado, a ortodoxia não esmague a heresia. Porque neste domínio, enquanto houver luta, haverá história, isto é, esperança.” (Bourdieu, 1983, p.8).

Importante também é lembrar as colocações de Bauman, para quem em muitos aspectos a migração forçada e o reassentamento induzido pela implantação de Grandes Projetos de Desenvolvimento político e econômico é uma expressão clara da atuação do Estado como o detentor do monopólio da violência¹⁰ e de seus ambiciosos projetos de engenha-

ria que, livre de quaisquer restrições, é capaz de exercer o controle sobre a localização de pessoas e objetos dentro de seu território (Bauman, 1989).

Algumas ações desenvolvimentistas anteriormente vividas em Anchieta

Para tornar visível essa estrutura teórica, vamos retomar alguns dos momentos vividos pela cidade de Anchieta, como dissemos acima. Começo pelo nascimento da cidade que, forjada a partir da expansão europeia, principalmente porque os europeus necessitavam de maior riqueza para financiar seus Estados absolutistas emergentes (Wolf, 2005). No nosso caso, especificamente Portugal que, devido à escassez de recursos em seus territórios, passou a procurá-los no exterior. Assim, com o objetivo de fomentar seu processo de desenvolvimento político e econômico, expandiu seu império apropriando-se de recursos naturais e de mão de obra alheios afetando extensas populações.

Com Wolf vemos que Portugal buscava excedentes para incrementar seu poderio, mas procurava também suprir o déficit de mão de obra para trabalhar nos seus campos agrícolas. Cerca de 150 mil escravos africanos foram traficados pelos portugueses, na segunda metade do século XV entre os anos de 1450 e 1500 (Wolf, 2005).¹¹ Ainda conforme Wolf, Portugal era um país pobre, povoado por mais de 1 (um) milhão de pessoas, mas que cedo alcançou a definição política (Dinastia de Avis).¹² Por isso, foi a primeira das nações europeias a transformar-se em um centro de atividade expansionista, adquirindo colônias em lugares distantes como o Brasil (América), Moçambique (África) e Málaca (Sudeste Asiático). A partir dessa época, em que os europeus procuravam controlar os oceanos e eliminando possíveis van-

tagens de seus concorrentes “todas as lutas pelo predomínio que se travavam na Europa assumiram um caráter global.” (Wolf, 2005). Esse movimento fez com que os fatos que ocorriam em uma parte do globo repercutissem em outras, inscrevendo os vários continentes em um sistema mundial de conexões. Nessa primeira etapa, as políticas desenvolvimentistas estavam direcionadas para o enriquecimento político e econômico de Portugal e Roma, pois, sonhava-se com um império português construído “mercê das infalíveis promessas de Deus tendo em vista a sujeição de todo o globo.” (Boxer, 1973).¹³

A Aldeia Jesuítica de Iiritiba, também chamada de Reritiba, atual cidade de Anchieta teve início nessa época e fez parte deste tão sonhado império. Sua fundação é atribuída ao jesuíta Padre José de Anchieta no ano de 1569,¹⁴ tendo recebido esse nome por estar estabelecida junto ao rio que os índios, antigos moradores do local, denominavam Iiritiba e que significa ostreira, ou ostral. (Martins, 1941).

Diferentemente do modelo urbanístico padrão das demais aldeias coloniais, a Aldeia de Iiritiba teve um traçado específico. Nessa aldeia, a Igreja, a praça e as cabanas foram localizadas morro acima, pois esse era o melhor ponto estratégico para controlar a enseada e a entrada para o rio Iiritiba, garantindo a soberania do colonizador português. Ela surgiu como parte fundamental de uma estratégia de posse que estava relacionada com os projetos de desenvolvimento de Portugal, “mercê das infalíveis promessas de Deus.” (Boxer, 1973).¹⁵ As aldeias foram uma prática que os portugueses adotaram para lidar com o “outro,” que aqui estava estabelecido. Elas consistiam em certos espaços, determinados pela Coroa Portuguesa, onde eram fixados grupos indígenas, sob a administração e tutela de religiosos (Moreau, 2003),¹⁶ para civilizá-los e catequizá-los. Esses missionários, a princípio, exerciam o poder espi-

ritual sobre os índios nas Aldeias, e após 1686, passam a exercer também o poder temporal.¹⁷

As terras da Aldeia de Iiritiba estavam asseguradas por lei como propriedade inalienável dos índios que pertencessem ao Aldeamento. Embora nas Aldeias eles tivessem que se submeter a determinadas regras estranhas aos seus modos de viver, pensar e agir, a condição de índios aldeados lhes garantia o direito à terra coletiva e à vida comunitária, passando mesmo a constituir para eles “o referencial básico de sobrevivência no mundo colonial e espaço de rearticulação de culturas, histórias e identidades.” (Almeida, 2003).

Em 1724, os índios da Aldeia de Iiritiba, considerados como dóceis e cumpridores das ordens, revoltaram-se contra o domínio dos portugueses e da catequese à qual estavam submetidos (Mattos, 2011). Na Capitania do Espírito Santo, o medo de um levante dessa ordem se agravava devido ao grande contingente populacional indígena que ali estava concentrado. Iiritiba era a mais importante e maior Aldeia da costa capixaba (Wied Neuwied, 1934).¹⁸ Estavam, também, localizadas nessa mesma Capitania outras grandes aldeias como a de Reis Magos¹⁹ e, sob a mesma jurisdição, estavam as Aldeias da Capitania da Paraíba do Sul (Goitacazes). Os índios das diferentes aldeias mantinham um estreito contato entre si, pois muitas vezes participavam juntos de extensos tempos de trabalho realizados para a Coroa portuguesa. Conforme documento do Conde de Galveias, Governador Geral do Estado do Brasil desse período, se a sublevação continuasse e os índios aldeados se unissem aos do sertão, poderia ocorrer uma guerra, ainda mais arriscada do que a dos Palmares em Pernambuco²⁰.

Ainda conforme Escobar, nos meados do século XVIII, Portugal redirecionou seu projeto de desenvolvimento econômico e político e a Aldeia de Iiritiba, passou por um grande processo de transformação. Como parte do mesmo contexto, a Com-

panhia de Jesus foi expulsa do Brasil e as Aldeias por eles administradas, estrategicamente, passaram à condição de vila ou lugar, dependendo da quantidade de índios que ela dispunha. Nesse período, os índios passaram a ser regulamentados pelo Diretório dos Índios, legislação indigenista de caráter assimilacionista. (Paraiso, 1998; Almeida, 1997; Domingues, 2000)²¹. Dentre outras regulamentações, o Diretório dos Índios aboliu as distinções formais entre índios e brancos, favoreceu os inter-casamentos, e os índios passaram a ser obrigados a receber nomes e sobrenomes portugueses. Apesar de ter sido mantida no Diretório a determinação de que as terras das Aldeias deveriam continuar pertencendo aos Índios, houve um incentivo à presença de brancos nas Aldeias e à apropriação por estes das terras e dos trabalhos dos índios. Dessa forma, após ser implantado o Diretório, as terras dos índios ficaram mais vulneráveis de serem "legalmente" apropriadas. Para usurpar-lhes as terras, era comum que fosse alegado serem eles negligentes, descuidados, preguiçosos e, por isso, pobres, não tendo condições de fazer a terra produzir e de cumprir com o pagamento dos Dízimos Reais.

Por essa ocasião, também a Aldeia de Iritituba passou a ser denominada com um nome "cristão:" Vila Nova de Benavente,²² sendo que suas divisas foram demarcadas do seguinte modo: por Guarapari, a lagoa de Maimbá, e por Itapemirim, o monte Agá, com os fundos que tivesse do litoral para o sertão (Daemon, 1879). Em uma sessão do Tribunal de Ultramar, do dia 13 do mês de setembro de 1758, foi proposto pelo Vice-Rei Presidente, que se devia "mandar pessoas inteligentes às mesmas Aldeias para darem assim, a respeito do número de vizinhos de cada um, como da largueza de seus baldios e fazendas contíguas, inteligência e diferenças de uns e outros dos seus habitantes, as necessárias e verídicas informações (...) "²³. Com as diretrizes contidas no Diretório, houve uma grande entrada legalizada de portugueses portadores de títulos de grandes

sesmarias nas terras da Aldeia declaradas e protegidas legalmente, como patrimônio inalienável dos índios da Aldeia de Iritituba.²⁴ Muitos desses títulos eram provenientes da Bahia e privilegiavam altos funcionários da coroa portuguesa, ou seus parentes.

A Aldeia de Iritituba foi um dos primeiros lugares da colônia onde foi imposto ao indígena (ao nativo) o modo de vida do colonizador ocidental. Mas, se por um lado tal imposição os reprimia, por outro os potencializava a compreender, interpretar e incorporar valores e códigos do mundo do branco. Refiro-me aqui, principalmente à escrita e à língua portuguesa. Nos documentos oficiais pude ver como eles se utilizam principalmente das normas do Diretório dos Índios, e dos caminhos da burocracia da Coroa Portuguesa como forma de resistir e reivindicar direitos de cidadania que lhes eram usurpados.²⁵ Dentre as reivindicações, os índios deixavam bem claro, parte do território que ocupavam na Vila e onde viviam mais de 400 famílias. Ouçamos:

[...] os Índios tem afirmado que possuem nesta Vila de Benavente desde a compreensão dos ditos marcos (...) que é do mencionado Maymba até o referido Iriy, onde todos estão compreendidos e dentro de outros dimensionados marcos (...) desde o porto de Garaputanga (Chapada do Á) até o Monte Urubu e dali até Jabaquara²⁶.

Mas os grandes sesmeiros rendiam maiores dízimos para a Coroa Portuguesa. E, como mostrou Saint Hilaire, os índios de Benevente se viram obrigados a cultivar para os Portugueses-Brasileiros as terras que deveriam cultivar para eles próprios, sendo que muitos foram obrigados a migrar involuntariamente. (Saint Hilaire, 1833)

Até os finais do século XIX, a malha urbana da, então, Benevente não diferiu muito, permanecendo o lento e contínuo processo de crescimento dos tempos coloniais. Seus habitantes locais

mantiveram como uma das maiores fontes econômicas a tradição de lidar com os recursos do mar, sobretudo através da prática da pesca artesanal. Mas, outro Grande Projeto de Desenvolvimento Econômico foi ali instalado e, como de costume, à revelia da população local. Foi trazido para as terras consideradas devolutas, mas na verdade pertencentes aos indígenas, um grande contingente de exilados, provenientes da queda do Império Austro-húngaro – os chamados colonos. Segundo Cavallin, eles vieram “trazendo apenas um relógio, o lençol, a coberta, uma panela para fazer a polenta e uma muda de videira.” (Cavallin, 2007), Muitos desses colonos, foram radicados em Anchieta, sendo que apenas da região do Vêneto vieram para o Brasil

[...] milhões de pessoas pobres, e também de muitos trabalhadores humilhados pela desigualdade social. Em outras palavras, a imigração temporária que havia interessado principalmente aos moradores das aldeias das montanhas, por motivos de escassez de recursos tornou-se definitiva. Partiram famílias, por vezes vilas inteiras. Não houve lugar que ficasse excluído daquele êxodo inédito. Procurando pelo mundo uma condição humana de cidadão, a libertação da fome que embrutecia os corpos com doenças horríveis como a pelagra. Homens e mulheres viravam as costas para a sua terra trazendo consigo uma esperança ridicularizada, a dignidade humilhada, perseguindo o sonho de terra e liberdade (Bernardi, 2002, p.8-9).

O Mito de Origem dos descendentes de tais imigrantes e que ainda é constantemente repetido nessa região, enfatiza o sofrimento que seus antepassados tiveram aqui. As condições que eram vividas nos lugares de onde eles partiram, como está descrito acima por Bernardi, parecem ter sido apagadas de suas memórias. É muito comum ouvi-los repetir que foram enganados pelo governo brasileiro, insistindo em relatar os medos

que tinham dos índios, das onças, das cobras, dos mosquitos. Sem dúvida houve sofrimentos, mas o Mito de Origem que construíram encobre que essa população foi “desenraizada” de sua terra, pois fazia parte de um grande contingente populacional que a Europa tinha que descartar para poder seguir adiante. (Hobsbawn, 1998; Bernardi, 2002; Cavallin, 2007). Conforme Bernardi, vieram “perseguindo o sonho de terra e liberdade,” procurando uma “condição humana de cidadão.” Mas em sua maioria, eram etnocêntricos e xenófobos,²⁷ e tratavam com superioridade e desprezo os que aqui se encontraram²⁸. Consideravam os negros como ladrões, e chamavam-lhes de “ladino”²⁹ e, os índios recebiam deles sempre a pecha de preguiçosos. Porém, nunca prescindiram desses dois grupos étnicos para a realização dos trabalhos mais rudes e para aprender com eles técnicas de sobrevivência em um espaço que desconheciam. As terras agora passaram a ser propriedade do novo colonizador. Sendo que os indígenas a quem as terras ancestralmente pertenciam, e os negros que por várias e várias gerações já haviam plantado nelas seu suor, viram-se impossibilitados ao acesso à terra que para eles tinham o significado de vida, de vida em conjunto. Um significado muito diferente que aquele dado pelos colonos recém-chegados. Para esses, o novo espaço era apenas um tempo de passagem para que pudessem alcançar o desenvolvimento econômico e voltar enriquecido para a Europa. Mesmo após gerações e gerações grande parte dos descendentes daqueles imigrantes não se sentem brasileiros. O que parece é que continuam a sentir, pensar e agir tal como está registrado em uma antiga carta escrita ainda na língua Veneta. Ouçamos partes dela, “Gavemo lassa dal 1875 al 1914, l’Italia. El cor, però, El continua in tel Veneto. (...) Levemo la testa e cantemo. Orgoliosamente semo veneti.” (Bernardi, 2002).

No final década de 1920, a cidade, tanto do ponto de vista urbanístico

quanto cultural, passou por uma grande transformação urbana que buscava criar uma imagem de modernidade, ou seja, uma "onda", de revitalização, no sentido do que se chamaria hoje de gentrification. Mais tarde, com a implantação de terminais especializados, necessários e compatíveis com a industrialização do pós-guerra, como instrumento da prioridade exportadora dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) e com o fim da navegação de Cabotagem, seu porto ficou disfuncional, ficando a cidade por muito tempo isolada. De certa forma, "esse isolamento possibilitou a preservar as condições do ambiente natural, assim como os aspectos tradicionais da ocupação humana." (Doxsey; Rocha Souza, 2003). Muito embora tenha, novamente, havido nesse período uma grande exploração de recursos naturais (terras raras), sem que nenhum benefício fosse trazido para o município. Refiro-me às jazidas de areia monazítica, principalmente das localidades de Parati e Ubu³⁰.

O desenvolvimento atual, marcado por um grande aumento demográfico, iniciou nos meados do século XX, intensificando-se na década de 1970 – época da implantação de Grandes Projetos de Desenvolvimento Econômico do Autoritarismo Militar. Nesse período, Anchieta recebeu um grande contingente populacional com outros interesses, com outras histórias. Na parte rural do município de Anchieta, multiplicaram-se os conflitos, em torno do crescimento do número de herdeiros das famílias de imigrantes europeus que deveriam dividir, entre si, suas propriedades. Muitos desses herdeiros acabaram por vender as partes que lhes cabiam nas propriedades rurais e migraram para o centro urbano onde passaram a dedicar-se, principalmente, ao comércio. Aliado a tudo isso houve por parte de forças políticas locais, um entendimento perverso do sistema eleitoral que implantou uma alta segregação espacial e que ocasionou aglomerados precários de moradias para abrigar migrantes sem renda.

Nessa ocasião migrou, também, para a cidade uma grande quantidade de trabalhadores de mão de obra de baixa qualidade proveniente de outros municípios e estados da Federação, atraídos pelos Grandes Projetos desenvolvimentistas; o crescimento de um tipo de turismo predatório que deixava baixa renda para o município e que acabou por radicar na cidade muitos desses turistas; o estabelecimento de uma grande empresa siderúrgica, a Samarco, nas proximidades da zona urbana, sendo que grande parte dos trabalhadores que foram empregados na construção do Porto da Samarco e de suas dependências, também se fixou na cidade.

Além do mais, o sistema sociocultural da atividade pesqueira perdeu a sua importância central e esta passou a ser explorada de forma capitalista, sendo que os pescadores artesanais ficaram, praticamente, impossibilitados de desenvolver suas atividades. No contexto desenvolvimentista do governo militar, a cidade teve que se deparar com vários problemas organizacionais. Era o desenvolvimento econômico (também chamado modernidade, ou progresso) que chegava, espalhando-se desigualmente para, como diria Geertz nortear aquele mundo (Geertz, 1995). Mas o que trouxe para a grande maioria da população foi uma aceleração desordenada do crescimento urbano³¹, principalmente para as áreas periféricas que até hoje se encontram carentes de aparelhagem urbana, multiplicando as injustiças e os marginalizados. A esses problemas juntaram-se outros, notadamente a degradação do patrimônio histórico-cultural e ambiental.

O objetivo desse modelo de desenvolvimento é transformar tudo o que é considerado "atrasado" em "avançado" (Geertz, 1995). Foi dessa forma que o modelo de conexões mundiais foi sendo reformulado e, posteriormente, os países chamados de "atrasados," passaram a ser chamados de "emergentes". O que significaria sair de uma condição de analfabetismo, pobreza, passividade,

superstição, falta de poder, doença para adentrar em uma outra condição que é a dos “desenvolvidos”, como a vivida pelos povos da Europa, dos Estados Unidos e do Japão. (Merquior, 1982; Geertz, 1995)

Embora o problema seja muito mais complicado, pois as decisões são tomadas visando, principalmente, a área econômica, Anchieta não ficou de fora desse processo. A estratégia político-desenvolvimentista destinada a integrar a economia brasileira, nas correntes mais fortes do sistema capitalista que hoje denominamos de transnacional e que está visível nos planos e programas elaborados e implementados pela burocracia estatal, também atuou ali. (Leff, 1977; Lafer, 1975; Skdimore, 1976)³².

O processo de desenvolvimento realizado nesses moldes orientou a sociedade brasileira na direção de um movimento capitalista bastante específico, que propiciou uma grande concentração de renda, desenvolvimento desigual das regiões, concentração da população em grandes centros urbanos e crescimento de um parque industrial. Por essa ocasião, a cidade de Anchieta teve todo o seu contexto alterado, devido à implantação de um polo siderúrgico de pelotização de minério de ferro e a construção do Porto de Ubu.

O retorno da antiga farsa produz novas tragédias no presente

Nos dias atuais, com um total populacional de 23.902 habitantes³³, com problemas socioantropológicos e ambientais sérios ainda por resolver, porém com uma renda per capita muito alta, mas perversamente concentrada, a cidade de Anchieta enfrenta outro desafio³⁴. Depois de várias etapas de discursos falaciosos de desenvolvimento, porque excludentes, novas tragédias surgem com o “Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025” (Macroplan, 2006) e com o PAC.

Vários empreendimentos de grande porte já foram implantados no local, sendo que há outros de porte semelhante projetados. Observa-se na cidade, um crescimento de desigualdades econômico-sociais, alta concentração de renda, chegada de migrantes, segregação do espaço urbano, crescimento da violência, além de uma maior destruição do patrimônio cultural e ambiental. A construção da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU) ameaça a migração forçada de várias populações de pequenos agricultores situados nas áreas de fronteiras onde esse empreendimento pretende se instalar. Está incluída entre essas populações uma comunidade que se autorreconhece como descendentes dos índios da Aldeia de Iritiba e se autodenomina Comunidade Tupiniquim da Chapada do Á. Podemos dizer com Ribeiro que os Grandes Projetos de Desenvolvimento Econômico (PGEs), a serem implantados em Anchieta, tal como especificados no Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo, 2025,

[...] têm características estruturais que lhes permitem ser tratados como “expressões extremas” do campo do desenvolvimento: o tamanho do capital, territórios e quantidade de pessoas que eles controlam; seu grande poder político; a magnitude de seus impactos ambientais e sociais; as inovações tecnológicas que frequentemente criam; e a complexidade das redes que eles engendram. Eles juntam quantidades impressionantes de capital financeiro e industrial, assim como de elites e técnicos estatais e trabalhadores, fundindo níveis de integração locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais. Como uma forma de produção ligada à expansão de sistemas econômicos, os PGEs conectam áreas relativamente isoladas a sistemas mais amplos de mercados integrados. Fluxos não-lineares de trabalho, capital e informação entre tais projetos têm acontecido em escala global. Os projetos de grande-escala têm se apoiado em instituições poderosas – tais como organizações governamentais e multilaterais,

escolas de engenharia, bancos e corporações industriais –, que têm desempenhado papéis importantes na economia política dos últimos dois séculos. Muitas dessas instituições se tornaram centros de difusão de idéias sobre novos e até maiores projetos; sobre inovações tecnológicas; e sobre categorias, modelos e ideologias de progresso e expansão industrial. (Ribeiro, 2008, p 4-5).

É toda uma rede de poder, como acima descrita por Ribeiro, que formou no Espírito Santo um campo do qual participam redes e instituições, que estão consorciadas, destacando-se as Agências Governamentais, Petrobras e Movimento Espírito Santo em Ação³⁵. Esse consórcio elaborou o “Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025” segundo o qual,

[...] no decorrer de toda a sua história, o Espírito Santo atravessou dois grandes ciclos de desenvolvimento – o ciclo do café e o da industrialização – que, embora tenham trazido grandes benefícios para o estado, tiveram um traço marcadamente excludente, à semelhança do que ocorreu em escala nacional. Em outras palavras: o “econômico” e o “social” trilharam rumos diferentes com uma distribuição desigual dos benefícios gerados pelos dois ciclos. (Macroplan, 2006).

Embora todo o discurso do Plano consiga mostrar que hoje está havendo um desenvolvimento mais equitativo e que o estado “tem ampla projeção nacional quando o tema é inclusão social,” os dados estatísticos mostram uma grande disparidade entre a renda per capita e a média salarial do capixaba. A meta da qual partilham os elaboradores do citado Plano é

[...] promover uma eficaz e massiva atração de investimentos produtivos e capacitar os capixabas a usufruir das oportunidades geradas pelo negócio do petróleo e gás e pelo desenvolvimento do complexo siderúrgico. (Macroplan, 2006).

Do total de vinte investimentos previstos para as microrregiões do sul do Espírito Santo, seis deles estão localizados em Anchieta e, por ordem decrescente de valor, são os seguintes:

Os maiores projetos de investimento no Espírito Santo, por ordem decrescente de valor

Ordem	Projeto	Setores	Descrição	Município
11	VALE - Companhia Siderúrgica Ubu (CSU)	Indústria	Implantação da Companhia Siderúrgica Ubu (CSU) com capacidade de produzir 3 milhões de toneladas de placas de aço por ano.	Anchieta
21	Petrobras e outras empresas - Exploração na bacia do Espírito Santo e no norte da bacia de Campos	Energia	Exploração na bacia do Espírito Santo e no norte da bacia de Campos.	Vila Velha, Vitória, Serra, Fundão, Anchieta, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Anchieta, Itapemirim, Maratás e Presidente Kennedy
31	Fernus Resources do Brasil LTDA - Complexo Portuário e Petrolização	Indústria	Implantação de um complexo portuário com 3 linhas de petrelização, um mineroduto e um porto de águas profundas.	Presidente Kennedy
41	Petrobras - Desenvolvimento dos campos de Bacia Azul, Bacia Franca, Cachaste e Jubarte P-58	Energia	Desenvolvimento dos campos de Bacia Azul, Bacia Franca, Cachaste e Jubarte. Com a construção e instalação de uma UEP do tipo FPSO (P-58), com capacidade de tratamento de 180.000 bps de óleo e 6 milhões m ³ de gás.	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Maratás e Presidente Kennedy
51	Petrobras - Desenvolvimento da Produção do Campo de Jubarte - Fase 2 - P-57	Energia	Perfuração, completação e interligação submarina de 13 produtores e 7 injetores, com a construção e instalação de uma unidade estacionária de produção do tipo FPSO (P-57).	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Maratás e Presidente Kennedy
61	Diversas Empresas - Desenvolvimento e Produção dos campos do Litoral Sul	Energia	Desenvolvimento e Produção dos campos do Litoral Sul do Espírito Santo.	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Maratás e Presidente Kennedy
71	Petrobras, Shell e ONGC - Parque das Cochas - Desenvolvimento e Produção dos campos do Litoral Sul	Energia	Desenvolvimento e Produção dos campos do Litoral Sul do Espírito Santo.	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Maratás e Presidente Kennedy
81	Petrobras - Complexo Gás-Químico	Indústria	Implantação de um complexo gás-químico que utiliza o gás natural como combustível.	Linhares
91	VALE - Ferrovia Litorânea Sul	Transporte	Construção da Ferrovia Litorânea (de Grande Vitória a Cachoeira de Itapemirim).	Anchieta, Cachoeira de Itapemirim, Caracica, Guarapari, Piúma e Vitória
101	JAMARCO MINERAÇÃO - 41 Usina de Petrelização	Indústria	Construção da 41 Usina de Petrelização (31 mineroduto, 41 usina e adaptação do terminal portuário de Ubu).	Anchieta

Fonte: http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/952_coletiva_investimentos.pdf. Destaques da autora.

Como podemos ver, dentre os projetos, destaca-se a construção da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU), de propriedade da VALE, “com capacidade de produzir cinco milhões de toneladas de placas de aço por ano. Pretende-se implantar em Anchieta, esse mega empreendimento metalúrgico que é semelhante à Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) que tão sérios problemas (de impactos e irregularidades) tem causado na Zona Oeste do Rio de Janeiro.³⁶ Esse investimento é o maior previsto para o Estado, cujo valor corresponde a 88% do total previsto a ser investido nesse setor: R\$7,4 bilhões”³⁷.

Apesar de hoje, seguindo a pauta do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, o discurso político do município de Anchieta e o da mídia ligada ao poder econômico enfatizarem tais implantações econômico- desenvolvimentistas, como sendo “essencialmente uma agenda para a construção de uma realidade com democratização das oportunidades de crescimento individual e coletivo em terras capixabas,” (Macroplan, 2006), a realidade mostra a persistência do modelo que produziu as histórias de exclusão anteriores.

Essa mesma estratégia de desenvolvimento que resulta para o município em uma das maiores rendas per capita do país, está produzindo na região alta concentração de renda, expulsão de moradores de terras tradicionalmente ocupadas; eliminação de modos de viver, além de uma exclusão e depredação sociocultural e ambiental.

A empresa Vale, de capital transnacional, anteriormente denominada Vale do Rio Doce, tendo iniciado suas atividades no município de Anchieta na década de 1970, naquela ocasião, através da Samarco e sob a custódia do autoritarismo militar, já possui 78 Km² do município de Anchieta, o que corresponde a 20% do seu território, já que sua área total é de 404,88 km².

O que fica patente é que a mesma coerção dos anos 1970 ainda persiste. O atual discurso do progresso, do desenvolvimento e dos benefícios que serão alcançados pela população local, com a implantação desses novos empreendimentos, é sempre feito pelos empreendedores e pelo poder local, agregando o discurso ao antigo discurso do governo autoritário, a sob a bandeira da transparência e da sustentabilidade sociocultural e ambiental. Por exemplo, as informações sobre o andamento das licitações e licenciamentos e dos custos que trarão para a população e o meio ambiente, são parcas e superficiais. De modo geral, elas são veiculadas nas audiências públicas. Impostas por lei e bem organizadas, no sentido de mostrar uma imagem de excelência dos empreendimentos. Tais audiências públicas são conduzidas por experts em comunicação. Nelas são utilizadas técnicas audiovisuais impecáveis para mostrar as maravilhas que a implantação dos projetos em pauta poderão trazer para as áreas de impacto direto e indireto ao empreendimento. As exposições dos temas pelos técnicos são encadeadas, de forma a dificultar per-

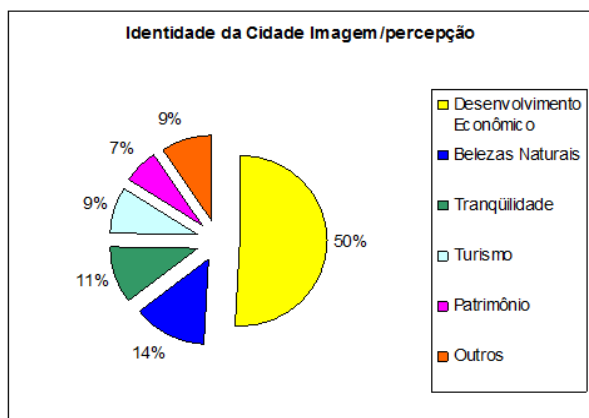
guntas e pedidos de explicações. O próprio vocabulário utilizado pelos comunicadores nessas audiências restringe, em grande parte, embora não consiga deter, a participação da população.

Apesar de tudo, essas reuniões não ocorrem sem conflitos entre os representantes do Estado, do Capital (transnacional e nacional) e a população atingida, ou a ser atingida direta ou indiretamente pelos novos empreendimentos. A essas últimas se juntam vários movimentos sociais e ambientalistas, na tentativa de defender o ambiente, as culturas e as populações que estão nas áreas de impacto dos empreendimentos. Diversos movimentos sociais se organizaram, como o dos moradores da Chapada do A.

Pude constatar o poder do discurso do desenvolvimento que ali é disseminado quando realizei uma pesquisa, com estudantes de duas Instituições de ensino da cidade de Anchieta³⁸.

Entre os jovens que frequentam o ensino regular, eram poucos os que exerciam alguma atividade de trabalho, já os que frequentavam a Escola de Jovens e Adultos (EJA), a quase totalidade exercia uma atividade laboral. Dos alunos trabalhadores entrevistados, 67% exerciam profissões tais como: peixeiro, auxiliar de pécíveis, telefonista, auxiliar de secretaria, auxiliar de serviços gerais, balconista, operador de reprografia, auxiliar de apoio, doméstica, gerente comercial, office boy, vendedor, mecânico, remador. Ou seja, a grande maioria dos alunos trabalhadores entrevistados dedica-se a profissões cujo rendimento mensal é de 1(um) salário mínimo, ou pouco mais que isso.

À solicitação de que "fechassem os olhos e pensassem em Anchieta e em seguida escrevessem a primeira palavra (imagem) que lhes viesse à cabeça," foi obtido o resultado que está no gráfico a seguir.



As categorias utilizadas para traduzir a imagem do que os entrevistados percebem como desenvolvimento repetem aquelas constantemente enfatizadas pelos discursos políticos e empresariais, veiculadas através da mídia. Nas respostas dos entrevistados foram recorrentes categorias como: industrialização, empregos, oportunidades, benefícios. A leitura e análise das demais respostas nos levaram a concluir, utilizando as próprias categorizações dos entrevistados, que o mais é almejado por eles, como benefício a ser conseguido com o megadesenvolvimento industrial, são oportunidades de melhores empregos, dos quais ficam excluídos. De modo geral a exclusão é imputada à falta de habilidades e capacidades do morador local.

O resultado da pesquisa deixou evidente que o discurso articulado dos "arautos" do desenvolvimento, nas reuniões e encontros com a população e que são constantemente reforçados pela elite política local, constitui uma forma de violência simbólica, pois mascarando a realidade social, econômica e ambiental, convence muitos moradores locais a submeter-se às decisões tomadas pelo grande capital e, sem perceber que o fazem, repetem o discurso por eles elaborado.

Dentre outros problemas graves como a insuficiência de recursos hídricos, de aparelhagens urbanas, desde a captação e tratamento da rede de esgoto até os sistemas de transporte, saúde e educação, a realidade posta para a cidade, chamada de desenvolvimento pelos dis-

curso políticos e empresariais, acelerou processos de migração, de segregação do espaço urbano (favelização e crescimento de condomínios fechados) fazendo presente uma maior destruição do patrimônio sociocultural e ambiental.

Há dois movimentos migratórios na região, sendo que a migração, qualquer que seja o motivo que a impele, sempre afeta os mundos social e cognitivo dos migrantes³⁹. A veiculação pela mídia da implantação de tantos empreendimentos ocasionou um intenso movimento migratório, principalmente de trabalhadores de baixa qualificação, para a periferia da cidade. Esses visam a possibilidade de geração de empregos. Ao lado deste, foi intensificado o processo de expropriação dos grupos populares.

O primeiro deles, de certa forma, podemos chamar de voluntário, pois, independentemente das causas que motivaram a saída dessas pessoas de seu lugar de origem, elas tomaram a decisão de migrar. Já o segundo, é composto por pessoas que embora constantemente assediadas pelos representantes dos empreendimentos relutam em sair de suas terras. É o caso da Chapada do A, antiga Araputanga, onde reside em terras tradicionalmente ocupadas uma comunidade Tupiniquim, composta por cerca de 70 famílias, que perfazem um total aproximado de 300 pessoas. Essa população, assim como as demais que se encontram em torno do empreendimento, tornou-se alvo de deslocamentos compulsórios. Toda ela pertence a um único tronco familiar (Victor) e que se reconhece como descendente dos indígenas da Aldeia de Iiritiba⁴⁰.

A Companhia Siderúrgica de Ubu (Csu/Vale) tem feito várias investidas para comprar essas terras, mas a comunidade resiste. Os moradores do lugar estão seguros de que os laços sociais que os unem e que a qualidade de vida que desfrutam no local, dificilmente serão alcançados se forem forçados a migrar. Ouçamos a fala de uma moradora:

Aqui nos vivemos juntos. Quando um precisa o outro ajuda. É certo de que atualmente não dá mais para nós vivermos só da produção da terra. Nós procuramos ter os nossos empregos na cidade, mas o que a gente colhe é para nós não precisar de comprar: banana, aipim, ovos, laranja, galinha. O nosso terreno não é dividido. É em regime de condomínio⁴¹.

No dia 18 de julho de 2010, foi feito um Plebiscito naquele local, pelo Fórum Permanente de Defesa de Anchieta para registrar a posição dos moradores quanto à venda e saída da terra. Dos 128 moradores que votaram, apenas nove mostraram-se favoráveis à venda das terras.

Segundo relatos de moradores da comunidade, representantes da VALE e do Instituto de Desenvolvimento Integrado para Ações Sociais (Instituto IDEAS) disseram que se eles “não quiserem sair por bem, irão sair por mal.” Associando a fala dos representantes da empresa VALE à violência simbólica que esse grupo vem sofrendo, vemos com Bourdieu que quando a violência simbólica já não cumpre sua função, toma o seu lugar a violência explícita.

Algumas Considerações

Nas linhas iniciais de O 18 Brumário de Luís Bonaparte, Marx diz que Hegel ob-

serva em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes: a primeira como tragédia, a segunda como farsa (Marx, 1980).

Em Anchieta, vemos que a realidade posta para a cidade e o município, favorecendo o desenvolvimento econômico apenas para alguns, repete a história de farsas, ou de antigas práticas de espoliação, empregadas desde os tempos do Brasil colônia e que geraram bem-estar para poucos e tragédia para muitos. Embora possa parecer uma realidade tão distante no tempo, a relação colonial de exploração e dominação vivenciada nos séculos XVI, vestindo uma nova roupagem, ainda persiste no século XXI, através de práticas que criam novas formas de opressão⁴². Tais práticas, que são parte da relação global capitalista, estão na contramão de um desenvolvimento cuja natureza respeite os direitos dos povos, alvo dos “programas de desenvolvimento”, chamado de etno-desenvolvimento (Stavenhagen, 1981). Da mesma forma, e tal como as críticas pós-coloniais revelam, a realidade posta para a cidade, pelos discursos das elites políticas e empresariais, chamada de desenvolvimento, está muito distante de ser uma “expansão da liberdade,” que, segundo Amartya Sen, é a finalidade e o meio principal do desenvolvimento (Sen, 2000).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M.R.C. *Metamorfoses Indígenas – identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*; Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, M.R.C. *Política Indigenista de Pombal: a proposta assimilacionista e a resistência indígena nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Dezembro 2009. <http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:L1a8TNubydQJ:cvc.institutocamoes.pt>.
- ALMEIDA, R.H. *O Diretório dos Índios: Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1997.
- BALESTERO, H. L. *A Obra dos Jesuítas no Espírito Santo*. ES-Viana, 1979
- BAUMAN, Z. *Modernity and the Holocaust*. Ithaca: Cornell University Press, 1989.
- BENAVENTE <http://www.ribatejo.com>. Acesso em jun. 2009.
- BENJAMIM, W. *Sobre o conceito de História*. SP. Brasiliense. 1985.

- BERNARDI, U. *Addio Pátria: emmigranti dal Nord Est*. Pordenome: Biblioteca Dell'Immagine, 2002.
- BHABHA, H. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte. Ed. UFMG.
- BOSI, A. *A Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Zero, 1983.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2004.
- BOXER, C.R. *The Portuguese Seaborne Empire (1415-1825)*. London: Harmondsworth. Penguin Books, 1973.
- CANCLINI, N. *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CARVALHO, A.V. <http://blog.etnolinguistica.org/2010/07/o-regimento-leys-sobre-as-missoens-do.html>. Acesso em jun. 2009.
- CAVALLIN, G. *Gli Ultimi Veneti*. Padova: Panda Edizione, 2008.
- COLCHESTER, M. *Salvaging nature: indigenous peoples, protected areas and biodiversity conservation*. Discussion Papers, No. 55, NRISD/WRM/WWF, 1994.
- DA MATTA R. *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo Sua Descoberta, História Cronológica, Sinopse e Estatística*. 1ª Edição. Vitória: Tipografia do Espírito-santense, 1879. Digitalizado pelo Arquivo Público do ES.
- DOMINGUES, A. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa, 2000.
- DOXSEY, J.; ROCHA, S. C. *Diagnóstico Socioeconômico dos Aquicultores: os entraves sociais e políticos para uma sustentabilidade da Maricultura em Anchieta (ES)*. DCSO/UFES, 2003.
- DURKHEIM, E. *As Formas Elementares de Vida Religiosa*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2003.
- ESCOBAR, A. *Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: PrincetonUniversity Press, 1995.
- FONCECA, P.C.D. *Gênese e precursores do Desenvolvimentismo no Brasil*. <http://www.ufrgs.br/decon/publiconline/textosprofessores/fonseca/OrigensdoDesenvolvimentismo>.
- FOOT HARDMAN, Francisco. Antigos Modernistas. In: Vários autores. *Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- _____. *Trem Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GEERTZ, Clifford. *After the fact: two countries, two decades, one antropologist*. Cambridge/ Massachussets: Harvard University Press, 1995.
- GRAÇA ARANHA, J. P. *Canaã*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2005.
- HANSEN, A; OLIVER-SMITH, A. *Involuntary Migration and Resettlement. Problems and Responses of Dislocated People*. Colorado: Westview Press/Boulder, 1982.

- HOBBSAWN, E. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- IBGE. *Contagem da População Residente, realizada pelo IBGE, abril de 2007*. www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/ES.pd. Acesso em Jun. 2008.
- LAFER, B. M. (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LE GOFF. *Por Amor às Cidades*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- LEFF, N. H. *Política Econômica e Desenvolvimento no Brasil de 1947 a 1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo VI. Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- LIMA, A. C. Souza. *Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1975.
- MARTINS, M. L. P. *Etnografia e Língua Tupi-Guarani*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Boletim 24, 1941.
- MARX, K. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980. Vol. I.
- MATTOS, Sônia Missagia. *A Aldeia de Iiritiba: atual cidade de Anchieta no Espírito Santo*. Revista Hábitus. Goiânia: Ed. UCG. No prelo.
- _____. *Anchieta Nosso Patrimônio*. Goiânia: Ed. UCG, 2004.
- _____. *Artefatos de Gênero na Arte do Barro*. Vitória: EDUFES, 2001.
- MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Neuwied. *Viagens pelo Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- MERQUIOR, J. G. *A Natureza do Processo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- MOREAU, F. E. *Os Índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta*. São Paulo: Ed. Annablume, 2003.
- OLIVER-SMITH, A. Displacement, Resistance and the Critique of Development: From the grass Roots to the Global. *Final Report Prepared for ESCOR R7644 and the Research Programme on Development Induced Displacement and Resettlement*. Refugee Studies Centre. University of Oxford. July 2001.
- PIGHI, Giorgio. *Le Migrazioni Negate*. Milano: Franco Angeli, 2008.
- RIBEIRO, G.; FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Antropologia e Poder. Contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Editora da UnB; Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.
- RIBEIRO, G. L. *Poder, Redes e Ideologia no campo do desenvolvimento*. <http://www.scielo.br/scielo> e Novos Estudos - CEBRAP, nº 80. São Paulo, Mar. 2008.
- SAINT HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamans et sur le Littoral Du Brèsil*. Tome Second. Paris: Librairie-Gide, 1833.
- SCHULZ, C. N. *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli, 1979.
- SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SKDIMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- SOUSA SANTOS, B; MENESES, M.P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Ed. Almedina, 2010.
- STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico* 84: 11-44. RJ: Tempo Brasileiro.
- THOMSON, A. Histórias (co) movedoras: História Oral e Estudos de Migração. *Revista Brasileira de História*. Ano/Vol 22. nº44, Associação Brasileira de História, São Paulo, 2002.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.
- VALE, E. Q. *Pequeno Dicionário Informativo do Espírito Santo*. Vitória, ES: Ed. Vitória, 1956.
- VELHO, O. *Diversidade Cultural e a CT&I com desenvolvimento social*. Jun. 2011. <http://www.rts.org.br/artigos/artigos/2009/diversidade-cultural-e-a-ct-i-com-desenvolvimento-social>.
- WEBER, Max. *A política como vocação*. GERTH, H. H.; MILLS, W. (org.). Max Weber. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1979.
- WOLF, E. R. *A Europa e os Povos sem História*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.) *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

Resumen: Este artículo se basa en problemas procedentes de investigaciones que he logrado en la ciudad de Anchieta, ES. Estos problemas se refieren a un modelo excluyente de desarrollo que favorece a las élites del poder y que entre otros problemas, puede causar daños irreversibles al medio ambiente y la migración forzada de tradicionales unidades de comunidades locales. Ese modelo de desarrollo se basa en un tipo de política económica, presentado con el objetivo de crecimiento de la producción industrial y la infraestructura y se ha intensificado desde que la ciudad fue objeto de discusión en los debates políticos y administrativos a que se refieren las grandes inversiones de capital privado (nacionales y transnacionales) y el Estado, por lo que, es la base de operaciones para los grandes proyectos de desarrollo industriales que forman parte del "Plan de Desarrollo del Espírito Santo 2025" (Macroplan, 2006) y el Programa de Aceleración del Crecimiento (PAC).

Palabras clave: proyectos de desarrollo económico, migraciones forzadas; degradación social y ambiental; Anchieta, ES, Brasil

Résumé: Cet article est basé sur un ensemble de questions issues de la recherche que j'ai fait dans Anchieta-ES. Ils se rapportent à un modèle d'exclusion de développement qui ne favorise que l'élite du pouvoir et que, parmi d'autres problèmes, causer des dommages irréversibles à l'environnement et les communautés traditionnelles locales lecteurs migration forcée. Ce modèle de développement est basé sur un type de politique économique, ancrée en ciblant la croissance de la production industrielle et de l'infrastructure et il a été intensifiée depuis la ville est venu en discussion dans les discussions politiques et administratives visées à des investissements importants de private equity (national et transnational) et de l'Etat, ce qui en fait une base d'opérations pour les grands projets de développement industriel qui font partie du «Plan de développement 2025 Saint-Esprit» (Macroplan, 2006) et le PAC.

Mots clés: les grands projets de développement économique; la migration forcée; la dégradation sociale et environnementale; ES Anchieta, au Brésil

Notas

- 1 Este trabalho foi inicialmente apresentado na 27ª RBA, realizado em agosto de 2010, na Universidade Federal do Pará, onde participei do GT49: Políticas públicas, projetos de desenvolvimento e populações locais. Agradeço aos participantes do GT, em especial às coordenadoras Professoras Dra Léa Carvalho Rodrigues e Dra Lucia Muller e ao Prof. Dr. Gustavo Lins Ribeiro pelos estimulantes debates.
- 2 A pesquisa "Anchieta – ES: por um futuro mais sustentável," foi parte dos estudos de pós-doutoramento, que realizei (2009/2010) na Universidade Autônoma de Barcelona, como bolsista da CAPES.
- 3 Na linguagem popular: tornam-se "pau-mandados."
- 4 Uma alusão às críticas ao desenvolvimento econômico feitas por Francisco Foot Hardman, tanto em "Trem Fantasma" quanto em "Antigos Modernistas."
- 5 Uso essa terminologia, devido a que os significados dessa expressão ainda portam implicações negativas muito fortes e fazem evocar as ideias e imagens anteriores que na atualidade são consideradas politicamente incorretas, mas que permanecem associadas aos conceitos utilizados para substituí-la: "emergente", ou "em desenvolvimento".
- 6 Dentre muitos outros estão: o próprio Canclini, Bourdieu, Edward Said, Amartya Sen, Rodolfo Stavenhagen, Arturo Escobar, Eric Wolf, Otávio Velho, Silvio Coelho dos Santos, Gustavo Lins Ribeiro.
- 7 Em *As Formas Elementares de Vida Religiosa*, Durkheim sugere que a sociedade ao prestar culto ao seu sagrado, o totem que Durkheim, segundo opinião da época, considera um fenômeno religioso, representa a sociedade
- 8 International Association for the Study of Forced Migration (IASFM)
- 9 www.iasfm.org. Acesso: Maio de 2011.
- 10 Baumam se refere à definição de Estado em Max Weber.
- 11 Alguns desses escravos permaneceram em Portugal como mão de obra servil; outros foram enviados para as Ilhas da Madeira e dos Açores, por eles recém-ocupadas e onde cultivavam a cana-de-açúcar e o trigo; sendo que outros foram vendidos para a Espanha e Itália.
- 12 Revolução de 1383-1385.
- 13 Citado por Wolf em "A Europa e os Povos sem História." op.cit.p.165.
- 14 Pe Serafim Leite, mostra que já havia uma população aldeamento no local e que era anterior ao Padre Anchieta..
- 15 Citado por Wolf em "A Europa e os Povos sem História." op.cit.p.165.
- 16 Moreau, reportando-se a John Monteiro, mostra que, muito embora, os jesuítas tivessem certa autonomia e respondessem mais a Roma que a Portugal, 'serviram aos interesses da Coroa como instrumentos de desenvolvimento da Colônia.'
- 17 Segundo Carvalho, o Regimento das Missões de 1686, que se manteve em vigor, apesar de ter sofrido algumas alterações, até ao final da primeira metade do século dezoito, "representa uma solução de compromisso entre a perspectiva dos religiosos da Companhia de Jesus, protectores dos índios e interessados sobretudo na sua evangelização, e a visão oposta da sociedade colonial, para quem os aldeamentos indígenas pouco mais representavam que uma fonte de abastecimento irrestrito de mão-de-obra escrava". Carvalho, A. V. <http://blog.etnolinguistica.org/2010/07/o-regimento-leys-sobre-as-missoens-do.html>,
- 18 Segundo Maximiliano Wied Neuwied, "os jesuítas reuniram aí, a princípio, seis mil índios, fundando a maior aldeia dessa costa."
- 19 Hoje denominada Nova Almeida e situada no município da Serra/ES.
- 20 Ofício através do qual o Vice-rei e governador geral do estado do Brasil, André de Melo e Castro, Conde de Galveias informa ao Reino sobre a sublevação dos Índios de Reritiba, ao fazer o encaminhamento da Representação feita pelo Reitor do Colégio Santiago, Capelão Júlio França. Doc 1 – 239 – AHU.
- 21 Lei dispoendo sobre os aldeamentos indígenas, editada em 1755 por D. José I, rei de Portugal, por intemédio de seu ministro, o Marquês de Pombal. Assinado por Mendonça Furtado, irmão de Pombal e então Governador dos Estados do Grão-Pará e Maranhão, localidades para as quais, inicialmente, estava destinado, o Diretório dos Índios foi estendido para todo o Estado do Brasil através de um Alvará, em 1758. www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm
- 22 Em homenagem à Vila de Benavente, situada na margem sul do rio Tejo, em Portugal.
- 23 Documentos: 3670/3671. Ofício do Conselheiro Manuel Estevão de Almeida e Vasconcelos Barberino para Thomé Joaquim da C. Corte real, participando ter chegado a Bahia no dia 27 de agosto e as conferências que tinha tido com o arcebispo e o Vice-rei acerca dos jesuítas, acerca das nomeações dos vigários (...) Bahia, 18 de setembro de 1758.
- 24 "Dizem os Índios da Vila Nova de Benavente da Comarca da Capitania do Espírito Santo que quando na posse das terras que lhe foram repartidas e confinadas, na conformidade do parágrafo 4º. Do Alvará de 1º. De Abril de 1680 e que Sua Magestade mandou executar inviolavelmente pela Lei de 06 de Outubro de 1755 na conformidade da qual se constituíram senhores das ditas terras com inteira proibição de não lhe serem tomadas contra a sua vontade, ainda no caso de que estivessem antecedentemente dadas de sesmarias a algumas pessoas particulares,

porque na concessão delas sempre fora reservado o prejuízo de terceiros que a respeito dos Índios muito mais se deve entender por serem primários e naturais senhores dela como é expresso no artigo 4º. do dito Alvará sendo estas providências dirigidas ao estabelecimento e conservação dos Suplicantes naquelas terras.” Portaria do Ouvidor José Pinto Ribeiro. Benavente, 24 de Fevereiro de 1798.

- 25 Esses documentos são parte de um processo decorrente de duas Representações que foram feitas, no ano de 1795, por indígenas da Vila de Benavente à rainha de Portugal. D. Maria I, filha primogênita de D. José I, a quem sucedeu, e mãe de D. João VI, seu sucessor no trono de Portugal e encontram-se no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa.
- 26 Idem. Destaquei aqui apenas a fala sobre esse espaço marcado pelos índios, pois ele é de grande importância para os moradores de terras tradicionalmente ocupadas, devido aos avanços recentes sobre elas feitos pelos Projetos de desenvolvimento do Município.
- 27 Muitos ainda agem da mesma forma. Impressiona o abuso das cores verde, vermelha e branca em municípios situados em regiões colonizadas por tais imigrantes e descendentes.
- 28 Tendo por base os estudos de Mariátegui em “Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana,” podemos dizer que essa foi uma das causas para o que é chamado hoje de “problema do negro” e “problema do índio.” Como o mesmo autor, vejo que não há “problema do índio” ou “problema do negro” que não seja o problema da posse da terra. Todos os demais problemas devem ser vistos à luz da questão da propriedade da terra.
- 29 Termo utilizado com o significado de astucioso, finório. Ver: <http://www.dicio.com.br/finorio/>.
- 30 “Em 1945 foi assinado o primeiro acordo nuclear dos Estados Unidos com o Brasil que previa a exportação de areia monazítica rica em tório da região do Espírito Santo”. www.excelenciaemgestao.org.
- 31 Analisei questões semelhantes ocorridas na mesma época no Vale do Jequitinhonha MG, hoje tornado objeto de ações mitigatórias e políticas sociais. Elas diferem apenas em um poucos detalhes, mas a ideologia que as informa é a mesma.
- 32 Por exemplo, o Programa de Metas de Juscelino e outros planos e programas de desenvolvimento posteriores.
- 33 http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/958_2011-27_.pdf. Conforme dados da Tabela 3 do Documento População residente e taxa de crescimento da população, Espírito Santo, Municípios, 2000 e 2010, a cidade de Anchieta teve um acréscimo populacional de 24,98 %. IN: Distribuição populacional no Espírito Santo: Resultados do Censo Demográfico 2010. IJSN – Ano IV – Número 27 – Maio de 2011.
- 34 Ver: www.vitoria.es.gov.br/diario/2007/1220/pibvitoria.asp - 14k. “No estado do Espírito Santo, a liderança está com o município de Anchieta que registrou uma renda per capita de R\$ 62.196 (...) No entanto, apesar de a renda do município ser maior do que o da capital, Vitória continua liderando devido número de habitantes. Completam os quatro maiores PIB’s os municípios de Aracruz (R\$ 33.921) Presidente Kennedy (R\$ 29.623)”.
- 35 O Movimento Espírito Santo em Ação é composto por representantes da indústria (Findes, Vale, Aracruz-Fibra, Arcelor, Garoto), do comércio (COIMEX, Tangará, Cotia, Dadalto), de empresas de engenharia e de estudos ambientais (SerEng, Cepemar, CTA), de ensino (FAESA, FUCAP), Institutos de pesquisa (Futura) e veículos de comunicação (Rede Gazeta).
- 36 Companhia Siderúrgica do Atlântico. Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul. Apoio Fundação Rosa Luxemburgo.
- 37 Investimentos Previstos para as Microrregiões Sul do Espírito Santo – 2009-2014. Governo do Estado do Espírito Santo (Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) e Instituto Jones dos Santos Neves. Março de 2010. p.21.
- 38 Pesquisa de abordagem perceptiva, realizada por mim em junho de 2007,
- 39 Sobre Migração ver também, trabalhos como o de Alistair THOMSON, citado na bibliografia
- 40 Estou trabalhando na montagem da árvore genealógica desse grupo.
- 41 Depoimento de uma moradora.
- 42 Ver, por exemplo, os interessantes e instigantes artigos do livro Epistemologias do Sul, organizado por Boaventura de Souza.

Participação e Observação no Plano Diretor da Região Metropolitana de Belo Horizonte¹

Participation and Observation in Integrated Development Plan of the Belo Horizonte Metropolitan Region

Participación y Observación en el Plan Director de Desarrollo Integrado de la Región Metropolitana de Belo Horizonte

Participation et Observation dans le Plan Directeur de Développement Intégré de la Région Métropolitaine de Belo Horizonte

*Beatriz Judice Magalhães**

Resumo: Este artigo se construiu a partir da experiência profissional da autora como integrante da equipe técnica do Plano Diretor da Região Metropolitana de Belo Horizonte, experiência que possibilitou sua participação em diversas oficinas e seminários do Plano. Em vários desses eventos, que buscaram incluir a dimensão participativa no processo de planejamento, a autora atuou como relatora dos grupos de discussão, nos quais estiveram presentes representantes do poder público e da sociedade civil. Foi possível, assim, observar diretamente a maneira pela qual o processo participativo ocorre, destacando-se: 1) as demandas e expectativas dos atores em relação ao Plano; 2) a construção de conceitos como cidadania, identidade e desenvolvimento. Acreditando que a experiência nas oficinas pode ser bem caracterizada como de observação participante, refletimos sobre os temas supracitados.

Palavras-chave: planejamento; processo participativo; Belo Horizonte.

Abstract: This work is a consequence of the author's professional experience as a member of the technical staff of the Integrated Development Plan of the Belo Horizonte Metropolitan Region, an experience that made possible her participation in various workshops and seminars of the Plan. In several of these events, which included the participative process in the Plan, the author has made reports of group discussions in which there were representatives of government and civil society. It was thus possible to observe ways in which participative process occurs, giving emphasis to: 1) those demands and expectations of actors that concerns to the Plan, 2) the construction of concepts such as citizenship, identity and development. Believing that the experience in the workshops may be classified as participant observation, we reflect on the issues mentioned above.

Keywords: planning, participative process, Metropolitan Region of Belo Horizonte.

* Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAN) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: beatrizjudice@gmail.com A autora agradece ao Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór pela oportunidade de participar da equipe do PDDI e aos colegas Sibelle Cornélio Diniz, João Bosco Moura Tonucci Filho e Fabio Weikert Bicalho pela ativa colaboração na elaboração das atividades do Plano, sem as quais não teria sido possível realizar o presente trabalho.

Introdução O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI- RMBH) foi previsto a partir das Leis Complementares Estaduais nº 88 e nº 89, de janeiro de 2006, que determinaram a configuração do atual arranjo institucional da região no âmbito do Governo do Estado de Minas Gerais. (Brasil e Queiroz, 2010, p. 12). O Plano foi encomendado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU) e executado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a coordenação do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar). O lançamento oficial do processo de elaboração do Plano ocorreu em setembro de 2009, e este foi iniciado nesse mesmo mês, tendo sido finalizado em dezembro de 2010, quando foi entregue à secretaria o texto elaborado pela equipe técnica do conjunto de políticas, programas e projetos que constituem o Plano.

Tendo sido concretizada a parte técnica, o andamento do processo político continuou nos meses subsequentes. No âmbito da perspectiva governamental foram realizadas reuniões entre membros da equipe técnica, representantes de diversas secretarias estaduais e também da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (também conhecida como Agência Metropolitana), órgão do governo estadual responsável pelo planejamento da região. No que diz respeito à participação da sociedade civil, o processo tampouco se esgotou, já que ocorreram constantes eventos organizados pela Frente pela Cidadania Metropolitana, com o objetivo de acompanhar o andamento da fase de implementação do Plano.

O processo de elaboração do PDDI envolveu atores oriundos de três esferas principais, a saber: o poder público, a universidade e a sociedade civil. Tal estrutura é, inegavelmente, rica e complexa, suscitando diversas reflexões, algumas das quais foram motivadoras do presente artigo.

Os objetivos deste artigo, com a finalidade de subsidiar uma futura avaliação

do processo de implementação do PDDI de Belo Horizonte, são: 1) refletir a respeito da relação entre participação popular, planejamento e, do ponto de vista metodológico, a observação participante, no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte; 2) analisar as demandas apresentadas pelos representantes da sociedade civil e do poder público que estiveram presentes às oficinas do Plano, com relação a temas-chave como cidadania, desenvolvimento e identidade.

Na segunda seção, realiza-se uma apresentação geral do PDDI e de suas fases, descrevendo-se, também, o processo participativo; na terceira sessão. São feitas, inicialmente, algumas reflexões teóricas a respeito da participação em contextos como o aqui abordado; em seguida, realizam-se observações a respeito de como os participantes das oficinas lidaram com alguns conceitos-chave. Por fim, as considerações finais versam sobre o sentido geral do artigo e uma possível agenda de pesquisa.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte: Considerações Gerais

A estrutura do Plano

A coordenação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte buscou, desde o início do processo, realizar uma abordagem transdisciplinar. A equipe técnica do Plano, composta por cerca de 170 profissionais das áreas de Arquitetura, Geografia, Economia, Turismo, Saúde, diversas Engenharias, dentre outras, foi dividida em miniequipes transdisciplinares tanto na fase do diagnóstico como na etapa de elaboração das políticas.

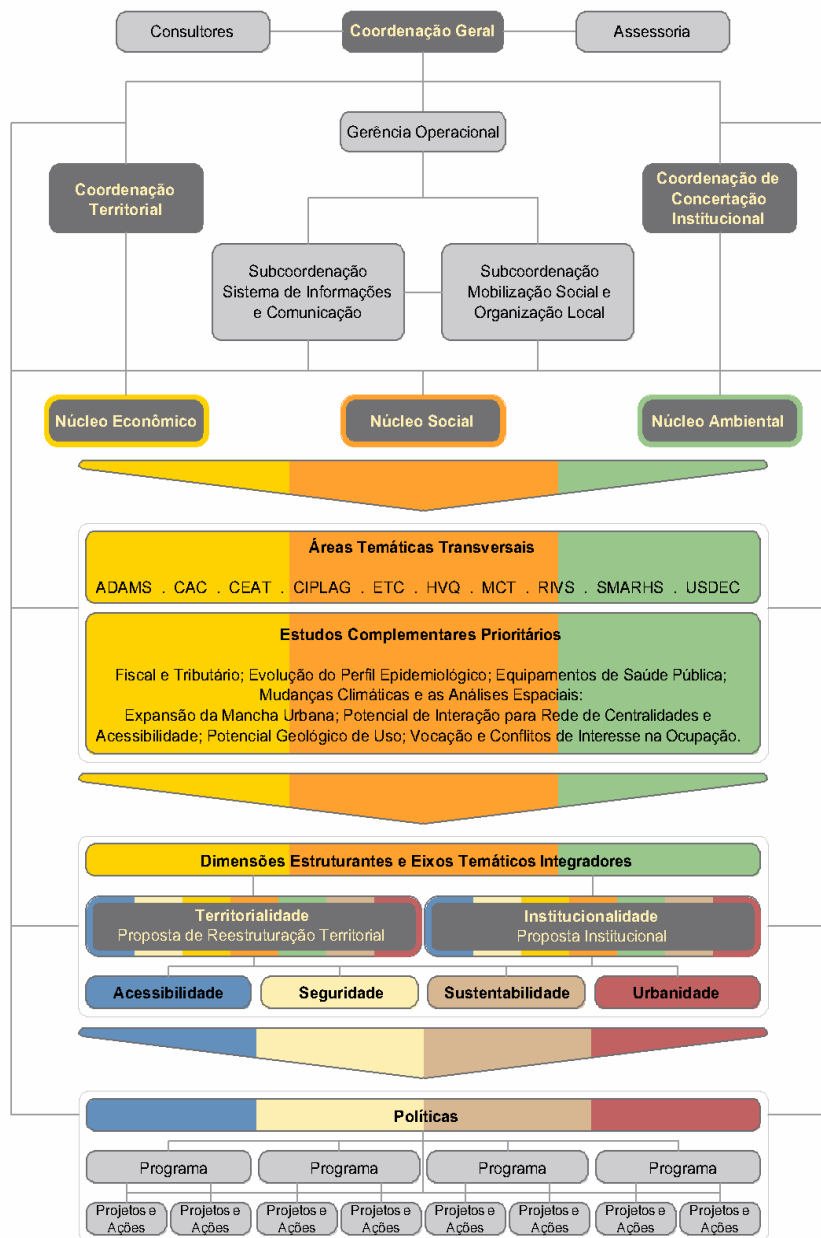
Na fase inicial, a do diagnóstico, a estrutura do Plano foi composta por 10 Áreas Temáticas, todas elas envolvendo assuntos que são contemplados por di-

versas disciplinas. Além disso, foram concebidos três núcleos (econômico, social e ambiental) cujas perspectivas deveriam estar obrigatoriamente presentes em todas as áreas. Já as fases de proposição e elaboração das políticas são caracterizadas por uma nova composição da estrutura temática: as áreas são substituídas por eixos (urbanidade, seguridade, acessibilidade e sustentabilidade), e cada um

deles contempla políticas relativas a áreas diversas. Há, ainda, duas dimensões consideradas estruturantes das políticas e dos eixos: a da institucionalidade e a da territorialidade.

O quadro abaixo detalha a evolução da organização do Plano, enumerando as Áreas Temáticas, os Núcleos Temáticos e os Eixos, bem como a estrutura da Coordenação e das sub-Coordenações:

FIGURA 1
ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DO PDDI- RMBH



Fonte: PDDI-RMBH- Sumário Executivo do Relatório Final

É importante mencionar que o caráter transdisciplinar dos eixos evidencia inovações em relação às abordagens tradicionais. Assim, por exemplo, o Eixo "Sustentabilidade" abarca, dentre outras, políticas relativas à dimensão econômica, envolvendo a questão fiscal e os grandes investimentos. A ideia de sustentabilidade ambiental está também presente, mas, diferentemente do que sugere o termo sustentabilidade na sua acepção mais em voga, ela, aqui, não se restringe ao campo ecológico. O eixo abriga, assim, tanto políticas voltadas diretamente para a questão ambiental, como a Política Metropolitana Integrada de Gestão, Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos e a Política Metropolitana Integrada de Delimitação e Recuperação de Áreas de Interesse para a Conservação Ambiental, e políticas direcionadas à questão econômica, como a Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Produtivo Sustentável.

A concepção do eixo acessibilidade apoiou-se na percepção da necessidade de efetivar o acesso aos serviços básicos necessários para a vida cotidiana. Engloba, por exemplo, a Política Integrada de Mobilidade Metropolitana e a Política Metropolitana Integrada de Democracia Digital.

Já no eixo seguridade, reuniram-se as políticas consideradas necessárias para garantir segurança à vida cotidiana metropolitana, segurança esta entendida não apenas no sentido mais tradicional, mas assumindo uma conotação mais ampla, que engloba políticas relativas, por

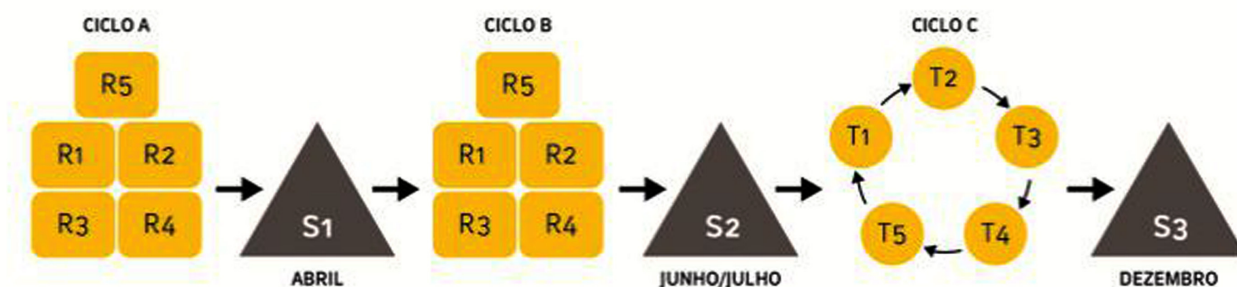
exemplo, à segurança alimentar e à segurança de sustentação da atividade profissional, em relação à qual foram propostas a Política Metropolitana Integrada de Formação e Qualificação Profissional e a Política Metropolitana Integrada de Apoio à Produção em Pequena Escala.

O eixo urbanidade buscou evidenciar a questão do direito à cidade no âmbito da cidadania metropolitana, reunindo, assim, políticas elaboradas com o intuito de possibilitar a "realização plena da vivência urbana" (PDDI- RMBH- Produto 5, p. 107), como a Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos e a Política Metropolitana Integrada de Promoção de Atividades Culturais e Criativas.

O processo participativo

O processo participativo do PDDI foi organizado com o objetivo de propiciar que a sociedade civil e também os técnicos de prefeituras e demais órgãos públicos acompanhassem o plano em todas as suas etapas. Assim, o calendário de eventos do processo participativo foi elaborado com uma divisão em três ciclos principais de cinco oficinas, cada um deles contando, ainda, com um seminário final. Cada ciclo teve como objetivo a inclusão da participação em uma etapa específica do plano, a saber: diagnóstico (Ciclo A); proposições (Ciclo B) e discussão das políticas (Ciclo C). O diagrama abaixo ilustra a estrutura do processo:

FIGURA 2
DINÂMICA DO PROCESSO PARTICIPATIVO



Fonte: PDDI-RMBH- site eletrônico:

<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/projetos-em-andamento/projeto-pddi-rmbh/pdf.php>

Cada quadrado ou círculo representa uma oficina, ao passo que cada triângulo representa o seminário relativo ao ciclo em questão. Os ciclos A e B foram realizados de forma regionalizada, havendo agrupamento de municípios por micro-região ou via outras formas de identidade intermunicipal, como a existência de consórcios. Em cada um desses ciclos houve uma oficina para cada micro-região/ agrupamento de municípios, e as oficinas ocorreram, assim, em municípios diversos; já o ciclo C foi realizado integralmente em Belo Horizonte e suas oficinas abordaram, cada uma, a discussão de um dos eixos temáticos, havendo, ainda uma oficina para tratar das dimensões de Territorialidade e Institucionalidade do Plano.

O planejamento e o processo participativo do PDDI sob uma perspectiva antropológica

Planejamento e participação popular

Diferentemente da perspectiva do planejamento que ascendeu inicialmente, mais conservadora, o planejamento atual propõe que as pessoas sejam vistas como sujeitos, e não mais como objetos do processo. A dimensão da participação da população assume, então, uma valoração até então inédita na elaboração de planos por parte do Estado.

Não obstante a ascensão desse paradigma, obstáculos à participação ainda se fazem presentes, alguns dos quais são abordados por Marcelo Lopes de Souza (Souza, 2008, p. 388). Uma das questões por ele citada é a desigualdade social, que implica a desigualdade de oportunidades como, por exemplo, o acesso à informação e, conseqüentemente, pode ser um obstáculo não somente ao acesso da população às situações oferecidas pelo processo participativo como também às próprias possibilidades de participação.

A questão da participação é considerada pelo autor como fundamental para o

exercício de um planejamento de fato democrático:

Participar, no sentido de exercer a autonomia, é a alma mesma de um planejamento e de uma gestão que queiram se credenciar para reivindicar seriamente o adjetivo democrático (a). (Souza, 2006, p.335)

Os dois tipos mais comuns de participação dentro da democracia representativa, a participação consultiva e a participação deliberativa, são mencionados por Souza (2006, p.338). Pode-se dizer que ambas as modalidades estão presentes no Plano Metropolitano, já que as oficinas que integram a dinâmica do processo participativo são consultivas. O processo é deliberativo no âmbito do Conselho Metropolitano, que deverá deliberar sobre a aprovação do plano. O Conselho possui dois representantes da sociedade civil.

É interessante mencionar a importância da participação não apenas do processo de elaboração das políticas dos planos, mas também no âmbito da sua implementação, assunto abordado por Souza com ênfase em:

[...] instrumentos e planos, mesmo quando respaldados em leis, são, em princípio, apenas recursos, que só se converterão em riquezas efetivas quando houver condições de implementação eficaz desses mesmos instrumentos e planos (...) um aspecto que parece decisivo, no sentido de viabilizar tanto a elaboração quanto a implementação de instrumentos e planos, em uma sociedade tão heterônoma quanto a brasileira, onde há leis que "pegam" e outras que não "pegam", é a pressão popular e a capacidade de a sociedade civil monitorar e fiscalizar o cumprimento das leis. (Souza, 2006, p. 321, 322)

Trata-se de uma questão que tem sido objeto de preocupação da equipe técnica do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH. A proposição do Programa de Mobilização Social para Imple-

mentação do Plano Metropolitano, inserido na Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos, no eixo urbanidade, visa precisamente promover o controle social do processo de implementação das políticas propostas.

Também é importante mencionar o caráter da mediação assumido pela equipe técnica do Plano Metropolitano durante as oficinas do processo participativo. Pode-se dizer que, ao assumir tal papel, os integrantes da equipe técnica estão próximos de exercerem o que Friedmann chama de *task of translation* (Friedmann, 2008:248). A questão da mediação também é abordada por Souza, que ressalta a importância de tal papel:

Os técnicos e cientistas são insubstituíveis enquanto tais, devendo atuar na qualidade de consultores ou assessores dos cidadãos, prestando esclarecimentos fidedignos e imprescindíveis aos processos de tomada de decisão. (Souza, 2006, p.330)

A atuação da equipe de Mobilização Social do PDDI neste quesito é explícita, já que a principal função exercida por seus integrantes é a da mediação. Todavia, também é interessante ressaltar que os técnicos oriundos das outras áreas temáticas também exercem, durante as oficinas, um papel de mediação, já que buscam exatamente apreender os conhecimentos da população presente e utilizá-los na elaboração das políticas do Plano. Além disso, podemos dizer que o exercício dessa função por parte dos membros da equipe técnica também implica uma ampliação do leque de conhecimento utilizado para a elaboração do Plano. Transcendendo o paradigma que valoriza somente conhecimento tradicional, científico, passa-se a levar em conta também o saber não-acadêmico, expresso na utilização do conhecimento da população nas oficinas.

Questões metodológicas

Os membros da equipe técnica do Plano que acompanharam as oficinas ti-

veram, assim, a oportunidade de ter contato direto com as percepções das populações locais, que contribuíram para enriquecer a sua visão sobre a RMBH, decorrendo, daí, consequências positivas não apenas para o Plano propriamente dito, mas também para a realização de atividades acadêmicas, já que a quase totalidade da equipe técnica foi composta por pesquisadores.

Assim, representantes da equipe técnica que acompanharam diretamente o processo participativo e que têm realizado pesquisas a respeito do Plano atuam exercendo um duplo papel, que envolve simultaneamente a sua participação como agentes de planejamento e como pesquisadores.

A experiência específica de relatoria ou de coordenação de grupos de trabalho das oficinas pode ser apreendida, a nosso ver, como de observação participante². É com essa perspectiva que o trabalho de acompanhamento das oficinas foi realizado para este artigo. Também em relação às questões metodológicas, é importante salientar que a fonte principal de obtenção de material para trabalhar com as percepções foi o conjunto de sínteses/relatos de discussão elaborados pelos relatores; alguns deles, por mim mesma, nos quais procurei registrar as ideias expressas pelos participantes do modo mais fiel possível; no entanto, utilizei, também, sínteses redigidas por outros relatores, nas quais, embora algumas vezes as falas dos atores apareçam transcritas, em outras oportunidades elas estão resumidas. Com o intuito de evitar provocar distorções nos materiais aos quais tive acesso, optei por realizar citações diretas de todos os relatos analisados, ainda que em alguns casos deva-se atentar para o fato de que os relatos constituem uma aproximação da fala dos participantes, e nem sempre a transcrição exata do que foi dito. Também se deve ter em vista que, neste artigo, foram abordadas exclusivamente as oficinas do ciclo A, relativo à fase do diagnóstico.

A seção abaixo é constituída por uma seleção de percepções consideradas interessantes para os propósitos deste artigo, bem como para uma análise das mesmas. Foram abordadas primordialmente percepções relativas aos temas cidadania, identidade e desenvolvimento.

Percepções registradas nas oficinas

Cidadania, participação, direitos e deveres

O exercício da cidadania, fator considerado fundamental por Souza para efetivar o caráter democrático de uma experiência de planejamento, como mencionado acima, é um tema que aparece de forma recorrente nas oficinas. No entanto, isto se deu, em parte, por indução da equipe de mobilização social, que inseriu a questão específica da cidadania metropolitana em uma das perguntas utilizadas pela equipe técnica para iniciar a discussão em grupos na primeira oficina do Ciclo A, realizada em Nova Lima, no dia 25 de fevereiro de 2010. Os participantes da oficina deveriam responder à questão "O que é ser cidadão metropolitano?".

Não obstante, a proposição aparece nas oficinas com uma conotação mais ampla; o ser cidadão metropolitano depende da ação de ser cidadão de um modo geral; assim, em uma das proposições, verifica-se que "O cidadão não exerce cidadania de forma plena. A palavra "política" perdeu o sentido para as pessoas, são poucas as que querem participar de processos políticos".

Tanto nessa passagem como em outras, verifica-se que a questão do dever/obrigação aparece de forma recorrente para caracterizar a cidadania. Assim, em diversas passagens, a participação nos processos políticos é entendida como pré-requisito para a efetivação da cidadania. Alguns exemplos podem ser observados nas passagens seguintes: "É dever do ci-

dadão metropolitano participar ativamente da vida política da RMBH"; "O conceito de cidadania antigamente se resumia ao direito de votar. O cidadão metropolitano hoje é mais detentor de obrigações que de direitos."; "Ser cidadão metropolitano é ter uma consciência mais ampliada e sair do "mundinho" de cada um, com responsabilidade mais ampla"; "Ser cidadão metropolitano é buscar o interesse por si próprio e pelo outro".

Assim como o dever, o direito também aparece bastante no debate relativo à cidadania. Observa-se, assim, que predomina uma percepção da cidadania como via de mão dupla, envolvendo direitos e deveres. Num certo ponto, afirma-se ser preciso "pensar no cidadão metropolitano com garantias de qualidade de vida, com ênfase em todos os aspectos do direito à cidade". No grupo no qual participei como relatora, foi dito que "a cidadania metropolitana se relaciona aos direitos, por exemplo, o de o cidadão receber benefícios do Estado;" e também que "os órgãos públicos solapam os direitos dos cidadãos, pois não se preocupam em atender às suas demandas."

Já numa proposição que buscava responder à segunda questão proposta nessa mesma oficina, ("O que precisa acontecer para a RMBH melhorar de verdade?"), observamos que a questão da consciência está presente; se considerarmos que a consciência é uma fator essencial para o exercício da cidadania, esse tema aparece, ainda que de forma tácita, também aqui: "A melhora da RMBH não depende de gestão e de novos órgãos, e sim da formação do povo e de uma consciência metropolitana". Essa passagem ilustra, ainda, a interconexão entre a cidadania e o desenvolvimento, já que a consciência é entendida como um pré-requisito para a ocorrência da melhora.

Além de ser entendida como um dever, a participação³ do cidadão, por outro lado, é percebida pelos entrevistados como fundamental para que ele se sinta integrado. Assim, na discussão do tema

da cidadania metropolitana, foi observada uma insatisfação em relação ao modo como essa questão é tratada pelos governos: "O que eu falo não ecoa nas instâncias governamentais". Por outro lado, a própria participação é, de acordo com a visão de alguns presentes, condicionada pelo acesso a alguns direitos considerados fundamentais: "Para exercer participação política, o cidadão metropolitano precisaria ter acesso à cultura, educação e informação".

A percepção das identidades metropolitanas

Em relação à identidade⁴, uma questão importante revelada nas entrevistas realizadas é a da percepção da ausência de uma "identidade metropolitana", ao mesmo tempo em que é constatada a existência de uma pluralidade de identidades na região. Assim, as entrevistas expressam a falta de uma identidade própria da RMBH e proposições que enunciam a necessidade de reverter essa situação; ambas as posições são acompanhadas de percepções que constataam que "são várias as identidades metropolitanas".

A inexistência de uma identidade própria da RMBH é associada ao desconhecimento de parte expressiva da população de sua história e cultura, aqui entendidas de um modo mais geral. Assim, alguns relatos expressam desde questões mais específicas ("Não sabemos nem de onde vêm os produtos que consumimos" ou "Existe um desconhecimento da população em relação aos atrativos da RMBH e do seu entorno") como aquelas que indicam, num sentido mais genérico, a necessidade de "resgatar a cultura e a história da RMBH". As proposições sugeridas para que esse objetivo seja alcançado são diversas. Na visão dos participantes, é preciso "promover o interesse nas pessoas sobre sua história e seus valores, estimulá-las a "conhecer o vizinho". Outra sugestão é incluir

no currículo escolar temas específicos relativos a história e a cultura da RMBH.

Por outro lado, a existência de uma pluralidade de identidades locais é constatada e vista pelos participantes de maneira positiva, inclusive para a efetivação da cidadania metropolitana: "O planejamento na RMBH é um processo e a cidadania metropolitana está sendo construída nesse processo. Chegamos nesse processo como cidadãos de cada local; a construção do cidadão metropolitano será coletiva." Na oficina do ciclo A realizada no município de Brumadinho, no dia 9 de março do presente ano, que discutiu as principais vantagens, problemas e desafios de se morar na RMBH, o "acesso a culturas diversificadas" e a existência de uma "diversidade ambiental" na região foram mencionados como vantagens de se morar na RMBH. Assim, a valorização da diversidade apareceu de forma destacada.

A valorização da dimensão ambiental foi também um elemento presente nessa oficina. Ainda como vantagens da RMBH foram mencionadas a proximidade de áreas verdes e a ruralidade. Em dois relatos, afirma-se que: 1) "O 'chique' é ser metrópole rural"; 2) "O cidadão metropolitano deve ter um pouco do rural". Essas percepções de valorização da ruralidade são interessantes, já que estamos tratando de uma área metropolitana, ou seja, que se costuma associar antes à dimensão urbana que à rural; no entanto, por outro lado, as afirmações não parecem tão surpreendentes quando observamos que alguns dos municípios da região têm expressivas áreas rurais, como Baldim, Jaboticatubas e Rio Manso, dentre outros.

Um desenvolvimento no sentido amplo

Para abordarmos o tema do desenvolvimento, recorreremos à evocação da questão da "melhora", explícita na primeira Oficina do processo, como já mencionado acima, e também às questões dos problemas e desafios de se morar na RMBH, discutidos nas outras quatro oficinas do Ciclo A. Em todas essas dis-

cussões, a questão do desenvolvimento aparece, ora de formar explícita, ora implícita, como se verá abaixo.

Observamos, inicialmente, a existência de diversas percepções que apontam para a priorização da dimensão social em relação à dimensão da eficácia econômica. No dia 26 de maio, na oficina realizada em Juatuba, um dos problemas evocados foi o fato de que "O transporte é visto apenas como um bem econômico, e não social"; na mesma data, na oficina realizada no município de Ribeirão das Neves, um dos desafios apresentados foi "tirar da teoria a idéia de crescimento sustentável", afirmando-se ainda que "nem tudo que é economicamente viável é socialmente justo", e que "há outras bandeiras importantes, mas o crescimento ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo é um grande desafio".

Dois elementos evocados várias vezes como pré-requisitos para a efetivação do desenvolvimento são: a) a participação da população; b) a inclusão das dimensões social, cultural e ambiental. Em relação ao primeiro aspecto, são recorrentes percepções que sinalizam para a necessidade de um desenvolvimento que leve em conta as manifestações locais, sejam elas relativas à geração de trabalho e renda, à promoção de atividades culturais ou às questões ambientais. É percebida uma ausência, por parte dos agentes formuladores de políticas públicas, de uma concepção de desenvolvimento nesse sentido. Assim, é a ausência de ações desenvolvimentistas que mais são referidas: na oficina de Brumadinho, durante a discussão das "principais vantagens, problemas e desafios de se morar na RMBH", foi mencionado que "Falta valorização de atividades informais ligadas ao emprego e renda, como o artesanato"; e "Faltam políticas que valorizem a cultura local e as manifestações tradicionais."

A perspectiva da ausência também está presente quando se menciona a ne-

cessidade de maior participação da população em processos de elaboração das políticas públicas: "A comunidade precisa ter uma participação maior e melhor, se quisermos ter a configuração de RM que desejamos". Por outro lado, em várias percepções há um otimismo em relação à questão da participação:

Estamos num momento de saída da apatia e alienação e volta da discussão sobre os problemas e potencialidades. Se cada um de nós voltar ao seu lugar de origem e falar do Plano Metropolitano para todos, e chamar o máximo de pessoas possíveis para a próxima reunião, será um grande avanço. Cada comunidade deve trazer suas demandas organizadas.

Na nossa percepção, a questão de maior destaque relativa à noção de desenvolvimento é a presença recorrente de uma percepção de desenvolvimento em um sentido mais amplo, não se restringindo ao domínio econômico tradicional. Assim, uma concepção mais ampla de desenvolvimento é evocada, incluindo-se as dimensões social, cultural e ambiental, o que nos leva a pensar em uma possível aproximação com o conceito idealizado por Amartya Sen (2000), que propõe que este seja apreendido não apenas pela ideia de aumento da renda per capita, mas, também, levando-se em conta outras dimensões. Esse aspecto poderá ser analisado de forma mais aprofundada em trabalhos futuros.

Considerações Finais

É inegável que um processo da magnitude do PDDI adquire significados que extrapolam a sua duração "institucional"; isso porque a reunião de pesquisadores de áreas diversas possibilitou uma sobreposição de olhares senão inédita, pouco comum, e que provavelmente resultará ainda em diversas pesquisas. Assim, não obstante a conclusão das etapas institucionais do plano já ter ocorrido, assiste-

se, ainda, a um processo de mobilização inclusive no tocante a sua implementação, como já mencionado. Portanto, possíveis trabalhos futuros poderão elucidar melhor questões aqui introduzidas, abordando mais a fundo as oficinas do Processo Participativo e também os eventos que ainda vêm ocorrendo, promovidos pela Frente Pela Cidadania Metropolitana.

No que diz respeito à incorporação às políticas das percepções manifestadas pelos presentes às oficinas, é importante mencionar que a equipe técnica recebeu, desde o início, orientações da coordenação para promover tal incorporação da melhor maneira possível. Na fase do diagnóstico, por exemplo, as percepções aparecem evocadas diretamente em documentos elaborados por muitas das Áreas Temáticas; já na fase da elaboração das políticas, muitas delas são agrupadas de modo mais geral, e pode-se percebê-las como um dos motes para a elaboração da política em questão. Como exemplos, podemos citar a Política Metropolitana Integrada de Apoio à Produção em Pequena Escala, no eixo Seguridade, que responde diretamente à necessidade de incentivar atividades econômicas desse tipo, em muitos casos informais, como percebido na menção, já realizada, da falta de valorização de atividades informais ligadas ao emprego e renda; a Política Metropolitana Integrada de Gestão da Paisagem e Valorização da Diversidade Cultural, inserida no eixo Urbanidade, é fruto de uma visão, compartilhada com muitas das percep-

ções observadas nas oficinas, que considera imprescindíveis a preservação e a valorização das diversidades ambiental e cultural presentes na RMBH.

Certamente, o Processo Participativo teve várias limitações, algumas das quais inerentes à própria dimensão de tempo e recursos do plano. No entanto, é inegável que a sua execução foi um elemento ativo para a elaboração do PDDI. Finalmente, é importante ressaltar que os ganhos do processo podem transcender o plano propriamente dito. A inclusão da dimensão participativa em um evento da magnitude do PDDI, por si só, já colabora para a afirmação do quanto é imprescindível essa dimensão. Além disso, a ocorrência das oficinas do plano contribui para que a população se sinta incluída e também para fomentar a cultura desse tipo de participação no âmbito das políticas públicas.

As questões abordadas neste trabalho bem como a metodologia utilizada – observação participante, entrevistas – podem ser aprofundadas em uma agenda de pesquisa futura, que deverá, também, contemplar outros temas abordados nas oficinas, como os discutidos nos Ciclos B e C, que não puderam ser tratados aqui. Além do mais, espera-se que os resultados desta pesquisa venham contribuir para o debate a respeito da participação da sociedade civil no âmbito do planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas, tema tão caro à efetivação da cidadania no Brasil.

Referências bibliográficas

- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. (Org. Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.
- BRASIL, Flávia P. D.; QUEIROZ, L. S. Gestão metropolitana e participação: uma análise do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano da RMBH. In *E-metropolis- Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*. Ano 1, Nº 1. Maio de 2010. Disponível em http://www.emetropolis.net/edicoes/n01_mai2010/e-metropolis_n01_artigo1.pdf. Acesso em 14 jun. 2011.
- COSTA, Delaine M. Das múltiplas possibilidades de participação popular. In: FONSECA, C.; BRITES, J.(orgs.), *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- DAMO, Arlei S. A peça orçamentária. Os sentidos da participação na política a partir do OP

porto-alegrense. In: FONSECA, C.;BRITES, J. (orgs.), *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FRIDMANN, John. *The uses of planning theory: a bibliographic essay*. In *Journal of Planning Education and Research*, 2008, 28: 247.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Roberto C. *Caminhos da identidade*. São Paulo: Ed.Unesp, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Plano diretor de desenvolvimento integrado da região metropolitana de Belo Horizonte. Propostas preliminares para a reestruturação territorial e elaboração de políticas para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Produto 5: – Relatório parcial.

_____. Relatórios e sínteses do processo participativo. Disponíveis em http://www.rmbh.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=42&Itemid=30. Acesso em 15 jun 2011.

_____. Site eletrônico - Cartilha do PDDI- RMBH. Disponível em http://www.rmbh.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=41&Itemid=30. Acesso em 15 jun. 2011.

_____. Site eletrônico - Processo Participativo. Disponível em http://www.rmbh.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=39&Itemid=43. Acesso em 12 jun. 2011.

_____. Sumário Executivo do Relatório Final. Documento entregue à Agência Metropolitana em maio de 2011.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Site oficial- "Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticas&tax=15722&lang=pt_BR&pg=5922&taxp=0&. Acesso em 15/06/2011.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

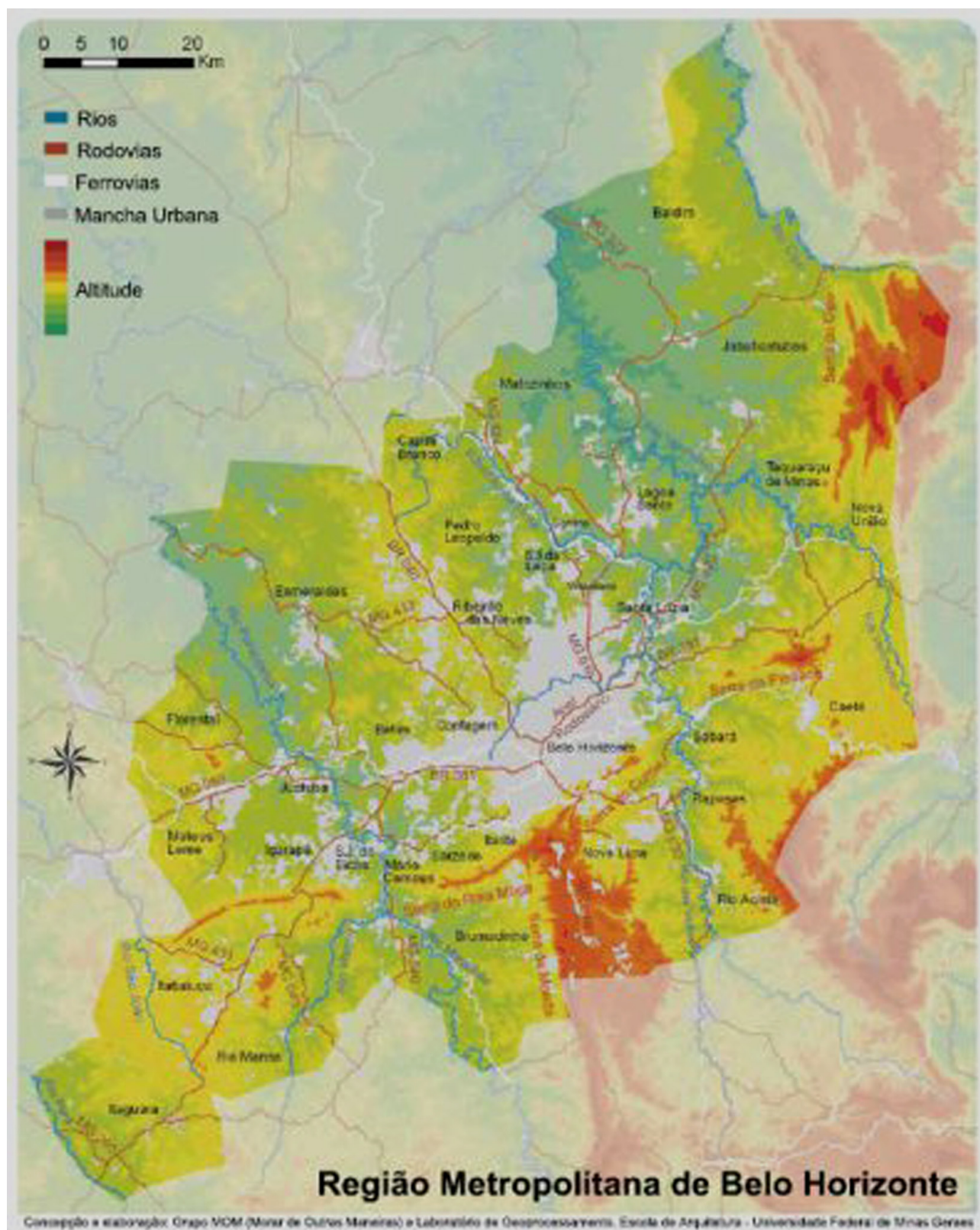
SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. (4ª Ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Apêndices:

MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE UTILIZADO NAS OFICINAS DO PDDI



Resumen: Este trabajo se hizo a partir de la experiencia profesional de la autora como miembro del equipo técnico del Plan Director de la Región Metropolitana de Belo Horizonte, una experiencia que le ha permitido participar de varios talleres y seminarios en el Plan. En muchos de estos eventos, que trataran de incluir la dimensión participativa en el proceso de planificación, la autora ha participado como ponente de los grupos de debate en el que había representantes del gobierno y la sociedad civil. Así, se pudo observar directamente la forma que el proceso de participación se ha producido, a saber: 1) las demandas y expectativas de los actores en relación al Plan, 2) la construcción de conceptos de ciudadanía, identidad y desarrollo metropolitano. Creyendo que la experiencia en los talleres puede ser caracterizada como observación participante, se reflexiona sobre las cuestiones antes mencionadas.

Palabras-clave: planeamiento, participación, Región Metropolitana de Belo Horizonte.

Résumé: Cet article a été écrit a partir de l'expérience professionnelle de l'auteur en tant que membre du personnel technique do Plan Directeur de Développement Intégré de la Région Métropolitaine de Belo Horizonte, une expérience qui a permis sa participation à divers ateliers et séminaires du Plan. Dans plusieurs de ces événements, qui visaient à inclure la dimension participative dans le procès de planification, l'auteur a participé en tant que rapporteur des groupes de discussion dans lesquels il y avait des représentants du gouvernement et de la société civile. Il était donc possible d'observer directement la production du procès participative, avec détache pour : 1) les exigences et les attentes des acteurs en ce qui concerne le Plan ; 2) la construction de concepts tels que la citoyenneté, l'identité et le développement. Convaincues que expérience dans les ateliers peut être caractérisée comme l'observation participante, nous réfléchissons sur les questions mentionnées ci-dessus.

Mots clés: planification, procès participatif, Région Métropolitaine de Belo Horizonte.

Notas

- 1 Texto desenvolvido a partir de apresentação no GT 49- "Políticas públicas, projetos de desenvolvimento e populações locais"- Sessão 3: "Políticas públicas no meio urbano: discursos do desenvolvimento, turismo, deslocamentos e violência"; 27ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia; Belém- PA; 01-04 de Agosto de 2010.
- 2 Sobre a noção de observação participante ver Oliveira (2000:34), já que o autor considera que embora esta noção tenha se referido em especial às sociedades ágrafas e de pequena escala não há porque não utilizá-la em pesquisas nos meios urbano ou rural.
- 3 Sobre o conceito de participação vide Costa (2006) e Damo (2006).
- 4 Sobre o conceito de identidade, veja Barth (2000) e Oliveira (2007)

Mobilização e conflito socio-ambiental no Rio Madeira¹

Mobilization and socio-environmental conflict in Madeira River

Movilización y conflicto socio-ambiental en Río Madera

Mobilisation et conflit socio-environnemental au Rio Madeira

*Glauca Maria Quintino Baraúna**

Resumo: O presente texto compõe as reflexões que estão se fazendo sobre os conflitos sociais que se “potencializaram” a partir da criação do Projeto “Complexo Madeira”. Portanto, consiste em analisar as políticas governamentais e os projetos que ora se instalaram na região do Rio Madeira, afetando a vida de diversos agentes sociais. Tal projeto se estende por toda calha do Rio Madeira desde a fronteira com a Bolívia, passando pelo Estado de Rondônia até o Amazonas. Examinamos as transformações sociais que ocorrem nessa região e as lutas de resistência a essas investidas.

Palavras-chave: conflitos; Rio Madeira; movimentos sociais

Abstract: The present article is part of a reflection that is being done about the social conflicts that have been “potentiated” from the creation of the “Complexo Madeira” [Wood Complex] Project. Therefore, it consists in analyzing the governmental politics and projects installed in Rio Madeira [Wood River] region, affecting the lives of different social agents. This project extends through all Rio Madeira channel, from the Bolivian border, passing through the state of Rondônia (Brazil) to the Amazon. I examine the social transformations that occur in this region and the struggles and resistance towards such attacks.

Keywords: conflict; Rio Madeira; social movements

* Mestre em Sociologia junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. E-mail: glauciabrana@yahoo.com.br

Introdução O presente estudo é fruto de minha experiência de pesquisa acadêmica desenvolvida a partir da elaboração da dissertação de mestrado², e que se estende agora no curso de doutorado e nas pesquisas que realizo sobre o projeto “Complexo Madeira” dentro do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA/PPGAS-UFAM. O anseio por prosseguir com esse estudo parte dos resultados do trabalho de campo que realizei quando visitei alguns municípios localizados às margens do Rio Madeira em busca de informações para ambas as pesquisas, fato que me incentivou a estender os estudos a partir das novas fontes que surgiam e que necessitariam ser acompanhadas no âmbito de uma análise antropológica.

Para tanto, a pesquisa aqui referida visa analisar como se dá o processo de mobilização dos agentes sociais³ com relação às políticas governamentais que estabeleceram a implantação do projeto “Complexo Madeira” no Rio Madeira, no Estado de Rondônia e nos limites com os rios Beni, no território boliviano, e Madre Dios, em território peruano.

A referida região⁴ tem se tornado palco de disputas de vários interesses, que envolvem governistas, empresários e movimentos sociais. De acordo com Switkes, (2008) o “Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do Rio Madeira” está dentro das pretensões governamentais, criado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC⁵ e prevê investimentos para a construção de “rodovias, hidrovia e hidrelétricas”. Atualmente este projeto compõe um dos eixos de consolidação dos planos da “Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA”, que representa um plano maior de integração dos países sul-americanos, via projetos de infraestrutura.

A IIRSA foi criada pelos chefes de Estado dos países sul-americanos, no início da década, e vem sendo o primeiro projeto a concretizar várias dessas etapas de integração. O projeto “Complexo Madeira” foi apresentado pela primeira vez durante um

seminário da IIRSA, que foi organizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Corporação Andina de Fomento – CAF, na cidade do Rio de Janeiro, no mês de agosto de 2003.

O projeto “Complexo Madeira” foi elaborado por dois de seus atuais edificadores, a FURNAS Centrais Elétricas S.A⁶ e a Construtora Norberto Odebrecht – CNO⁷, que após esse processo de criação, realizaram os Estudos de Impacto Ambiental – EIA e o submeteram a apreciação e aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Por fim, o projeto consiste num plano do governo brasileiro de construir quatro hidrelétricas na calha do Rio Madeira para futura geração de energia e a construção de uma linha hidroviária que ligará o rio Madeira aos rios de sua confluência (Switkes, 2008, p. 10-25).

Duas dessas hidrelétricas fazem parte de um acordo binacional entre o Brasil e a Bolívia, para construção de uma Usina Hidrelétrica de Energia - UHE com capacidade de 600 MW, no território boliviano, em Cachuela Esperanza, no rio Beni. A outra UHE, com capacidade para 3.000 MW, se localizaria na fronteira dos dois países entre as cidades de Guayaramerin, na Bolívia, e Guajará Mirim, no Brasil, no estado de Rondônia, nas corredeiras Ribeirão. Parcialmente, essas duas obras estão em fase de estudos de viabilidade e têm seus valores totais ainda subestimados. A obra de Cachuela Esperanza está estimada em US\$ 1,2 bilhão e a obra de Guajará Mirim está prevista em US\$ 2 bilhões (Switkes, 2008, p. 25).

Além dessas hidrelétricas, há um investimento rodoviário que está sendo posto em prática, como os da BR 319 (Manaus – Porto Velho) e os da Interoceânica (Brasil – Bolívia - Peru), que servirão para fazer o transporte e o escoamento dos chamados commodities⁸, bem como servirão de rota de interligação ao resto do Brasil. Já a hidrovia irá facilitar o transporte de toda a produção via eixo fluvial do rio Madeira onde prosseguirá, até os limites com os países vizinhos (Bolívia e Peru), rumo ao pacífico, com destino a Ásia e Europa. As hidrelé-

tricas, também previstas no Plano Decenal de Energia - PDE⁹ e que estão em plena construção, serão responsáveis por produzir energia elétrica para sanar a demanda do setor industrial que está concentrado, principalmente, no Sudeste do Brasil.

O projeto "Complexo Madeira", pela consolidação de suas obras, assim como pela construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau (Rondônia-Brasil), das rodovias e da hidrovía, causará, de forma direta, as seguintes alterações ambientais: "alterações no curso do rio; mudança na rota de migração dos peixes, principalmente dos "bagres"; desaparecimento de espécies aquáticas consumidas por "povos e comunidades tradicionais"; alagamento de áreas ocupadas por "povos e comunidades tradicionais" nas áreas que dizem respeito ao Brasil, Bolívia e Peru; deslocamentos compulsórios de milhares de famílias e alterações geológicas" (Barthem, 2006; Fearnside, Switkes, 2008).

Com base nesta situação, os agentes sociais passaram a acionar os mecanismos políticos que pudessem lhes garantir o direito de permanecer na terra e a entrar na luta judicial junto aos movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), agências voluntárias de apoio, "entidades confessionais"¹⁰, pesquisadores professores e técnicos para evitar a ocorrência de fatos semelhantes aos constatados com os atingidos pela UHE de Samuel¹¹.

A luta dos agentes sociais aponta para uma disputa pelas "territorialidades específicas" conceituadas por Almeida (2008, p. 94-124) como produtos de diferenciados "processos de territorialização". Essas "territorialidades", para o autor, não são delimitações práticas, como as geográficas, são um produto da "delimitação cultural" dos grupos sociais. Estão além da determinação do privado, que tem a identidade como expressão da relação de pertencimento ao território e onde os recursos naturais são de livre acesso.

Os "processos de territorialização" conjugam as mobilizações acionadas a partir da força política das identidades assumi-

das. Nesse campo, os agentes, unidos na forma dos movimentos sociais, ganham visibilidade e poder político para intervir nas determinações governistas que tentam impor-se frente aos seus interesses. (Almeida 2008, p. 118)

Esse fator pode ser percebido pelo tipo de mobilização vista em Porto Velho, nas áreas distritais desse município e nas áreas fronteiriças de países vizinhos, onde os agentes lutam por suas "territorialidades específicas" e acionam órgãos públicos como os Ministérios Públicos Federal e Estadual, para a defesa de seus direitos. Também buscam em decretos e convenções¹² que garantem o reconhecimento de suas identidades e sobrevivência, elementos que irão salvaguardar os seus direitos.

As mobilizações desses agentes têm somado forças com outros movimentos internacionais que têm construído reivindicações conjuntas para levar o que pleiteiam aos espaços deliberativos, para garantir o máximo de seus direitos e isto, por vezes, ocorreu durante as audiências públicas¹³. No entanto, para além desses espaços de decisão, outras formas de manifestação são acionadas nas assembleias do MAB, nos manifestos criados como resultado de seminários dos movimentos sociais, nos fóruns e em todos os âmbitos em que estes agentes podiam adentrar, para tentar amenizar os efeitos provocados pelo início dessas obras.

Durante esse período, os movimentos sociais de Rondônia, como o MAB, os pescadores, os ribeirinhos, os indígenas e representantes dos movimentos sociais da Bolívia intensificaram as manifestações anti-barragem, contra o processo de implementação dessas obras. O caso boliviano foi amplamente debatido, pois o relatório de estudos do "Complexo Madeira" não considerou as áreas do território boliviano que provavelmente serão afetadas e alagadas. Assim como a jusante das obras, no Baixo Madeira, não houve referência às áreas que sofrerão com os efeitos futuros das barragens.

Antes que a licença prévia fosse liberada, muitos processos contestatórios vieram a público, e a própria equipe do Ins-

tituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), formada por oito profissionais, apresentou seu parecer técnico, alegando insuficiência nos estudos bem como argumentando que os efeitos reais provavelmente estariam muito além do que os previstos¹⁴. O governo federal reagiu imediatamente contra os laudos técnicos, criando situações depreciativas quanto ao seu parecer. Naquele período o IBAMA passou a receber sérias pressões, por parte do governo, para que fosse autorizado o início da obra. Durante essa etapa o presidente Lula chegou a declarar à imprensa que estava inconformado com a demora da liberação, chegando a comentar nos jornais que “jogaram o bagre no colo do presidente”¹⁵. (Boletim Diário do Portal EcoDebate, dezembro de 2008).

Contudo, o processo de licenciamento ambiental prévio (LP) dessas hidrelétricas acabou sendo emitido em 09 de julho de 2007 e logo depois foi realizado o leilão para definir quais empresas se encarregariam das obras. Para a UHE de Santo Antônio, de acordo com decisão que ocorreu em de-

zembro de 2007, o responsável pela obra é o consórcio Madeira Sustentável - MESA¹⁶ e em maio de 2008 para a UHE de Jirau o encarregado indicado foi o Consórcio Energia Sustentável do Brasil – CESB/ENERSUS¹⁷.

Por fim, as obras da UHE de Santo Antônio foram iniciadas no fim do semestre de 2008, com a instalação do canteiro de obras na Cachoeira de Santo Antônio. Muitos pontos com relação ao EIA-RIMA (estudo e relatório de impacto ambiental) ficaram obscuros e sem resposta, mesmo com as incorporações solicitadas aos empreendedores, pelos ministérios públicos e pela sociedade em geral, para que diminuíssem o grau dos prejuízos que se teria com as UHE's.

Como os fatores que preocupam os movimentos sociais são inúmeros, e alguns deles são relevantes para a abordagem definida neste estudo, se faz necessário apresentar os mais notórios para os agentes da pesquisa e que estariam envolvidos diretamente com os processos de mobilização que ocorrem no presente. Então vejamos:

QUADRO 16

LISTA DE FATORES VISTOS COMO “IMPACTOS NEGATIVOS” CAUSADOS PELAS UHE.

SITUAÇÃO

“Os dados do Estudo de Impacto Ambiental da obra indicam que 719 famílias serão atingidas devido à construção as barragens, sendo que 564 delas serão efetivamente deslocadas para o enchimento do reservatório. Nossos levantamentos indicam um número de atingidos é bem maior, de cinco mil pessoas”. (MAB, 2007)

“Há três comunidades indígenas isoladas que não foram incluídas nos estudos de impacto.” (MAB, 2007)

“Perda de espécies de peixes que servem para a atividade da pesca”

“Facilitação de desmatamento e/ou coleta predatória”.

“Aumento de incidência de Malária”

“Conflito social sobre a atividade pesqueira local”

“Aumento da incidência de outras doenças”

“Perdas de áreas para agricultura”

“Elevação do preço das terras e benfeitorias devido à aquisição de terras”

“Comprometimento do transporte para as famílias ribeirinhas”

“Comprometimento das comunidades ribeirinhas”

“Perdas de áreas aptas à agricultura”

“Perdas das cachoeiras”

“Interferências em unidades de conservação”

“Interrupção de rotas migratórias de peixes em consequência dos barramentos”

“Modificação da pesca nos reservatórios devido a alteração nos recursos pesqueiros disponíveis”

“Concentração de cardumes a jusante dos barramentos”

“Queda no emprego e renda dos garimpeiros”

“Alteração na renda dos pescadores”

“Possibilidades de comprometimento das atividades da população ribeirinha a jusante”

“Rompimento das Barragens”

“Seca nas regiões a jusante das barragens”

Fonte: Parecer Técnico Nº 014/2007 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA e MAB, 2007

Tendo como quadro atual o que apresentei acima, elegi para efeitos de investigação como fato a ser estudado, as tensões e os conflitos que afetam a vida dos agentes sociais, principalmente no que tange a todas as transformações que assinalam o denominado "Complexo Madeira". Como tenho uma relação de pesquisa estabelecida com os agentes sociais, pretendi aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica social destes e das agências envolvidas nesse "campo de luta".

O que é apontado nesse estudo é que há uma imposição de interesses, de um determinado grupo, que visa através

do poder de barganha, manter o domínio das relações sociais nessa região. Assim as relações são marcadas por um regime de concorrência entre agentes, e a participação no "jogo" supõe um mínimo de acordo sobre a existência do campo. Isso indica a caracterização do mesmo campo, por mecanismos específicos de congregação de recursos capitais (cultural, político, social). Deter um maior número de capital específico no campo significa ter mais poder dentro deste. Os grupos que detêm o poder exercem maior "violência" sobre os agentes que não dispõem de tais recursos (Bourdieu, 2004, p. 23-25).

MOVIMENTOS SOCIAIS PAN-AMAZÔNICOS QUE APÓIAM A LUTA CONTRA O PROJETO "COMPLEXO MADEIRA"

ORGANIZAÇÕES	PAÍS
Representación de Nueva Esperanza	Pando – Bolívia
Central Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Guayara Merin – CSUTCG	Beni – Bolívia
Casa de la Mujer de GuayaraMerin	Beni – Bolívia
Grupo Nacional de Trabajo para la Participación – GNTP	Guayaramerin – Beni – Bolívia
Herencia – Lidema	Cobija – Pando - Bolívia
Organización Indígena del Pueblo Takana	Cobija – Pando – Bolívia
Federación Departamental de Mujeres Campesinas de Pando "Bortolina Sisa"- FDMCP	Cobija – Bolívia
Comitê Binacional de Médio Ambiente	Brasil – Bolívia
Guajará Mirim e Guayaramerin Foro Regional Amazônico de Medio Ambiente – FORAMA	Beni – Bolívia
Comitê Binacional de Madre Dios	Madre Dios – Peru
Comunidade Católica de Huepotuhe	Madre Dios – Peru
Foro Boliviano de Medio Ambiente y Desarrollo – FOBOMADE	Bolívia
Movimento de Atingidos por Barragens	MAB – Brasil
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MST – Brasil
Movimento dos Pequenos Agricultores	MPA – Brasil
Associação dos Moradores do Bairro Triângulo e Santo Antônio	Porto Velho – RO
Fórum Independente Popular	Porto Velho – RO
Via Campesina	Porto Velho – RO
Conselho Nacional de Seringueiros – CNS	Brasil
Comunidade da Cachoeira de Santo Antônio	Porto Velho – RO
Associação de Pescadores de São Carlos	RO
Associação dos Amigos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré	RO
Organização dos Povos Indígenas Gavião, Arara, Tupari, Aruá, Jabuti – PANDEREJ	RO

Fonte: Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia. Edição Especial: "Complexo Madeira: Conflitos Sociais na Pan-Amazônia". Março de 2009, p. 02.

Abaixo, abordo a questão da mobilização, tomando como exemplo uma determinada situação que reflete o quadro que se compôs em torno da resistência ao empreendimento. Trata-se das manifestações que ocorreram durante as audiências públicas.

A expressão da luta anti-barragem no espaço das audiências públicas

Segundo Dourado (2008), o recurso da audiência pública foi criado na França no ano de 1980, pelo órgão ministerial ambiental daquele país, para analisar os processos de licenciamento ambiental para empreendimentos de grande porte. Em se tratando do Brasil, foi através do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), via Resolução nº 001 de 23 de janeiro de 1986, artigo 11, no parágrafo 2º, que foi atribuído ao órgão licenciador ambiental federal e/ou aos municípios, a incumbência de realizar audiências públicas para tornar conhecidos os aspectos que se referem aos empreendimentos propostos a uma determinada região.

No que concerne aos atributos ambientais, o Ministério do Meio Ambiente – MMA reconhece que uma audiência pública seria um espaço definido para prestar esclarecimentos ou promover uma “consulta pública”¹⁸, considerando a participação popular sobre processos de avaliação de “impactos ambientais e sociais”, pois são de interesse público. Nesse sentido o MMA supõe que em uma audiência pública seja garantida a “participação social” via essa forma de consulta, sobre a “viabilidade ambiental de empreendimentos que possam causar danos ambientais e sociais”.

No caso de empreendimentos como o projeto “Complexo Madeira”, deveriam estes ser espaços utilizados para apresentação e discussão junto à sociedade civil dos projetos e seus respectivos Relatórios de Impacto Ambientais – RIMA, em contraste com as conclusões dos Es-

tudos de Impactos Ambientais - EIA¹⁹, realizados pelos supostos empreendedores ou pelo órgão ambiental do governo (Machado, 2002 p. 231).

Esses relatórios devem ser socializados e apreciados pelos agentes interessados nas informações nele contidas²⁰. O conteúdo desse relatório deve ser claro e inteligível para que todos possam ter acesso às informações técnicas. Segundo Dourado (2008, p. 10)²¹, a linguagem do RIMA deveria ser acessível para que os conhecedores do relatório possam fazer sugestões e solicitar esclarecimentos.

Segundo Dourado, a audiência pública é de responsabilidade administrativa do Estado, portanto orientado via normas jurídicas. A forma contributiva da sociedade na tomada de decisões durante uma audiência está garantida e de acordo com o artigo 2º da Resolução nº 09/87, participam da audiência o representante do “Ministério Público, uma entidade civil organizada ou 50 (cinquenta) ou mais cidadãos podem solicitar do órgão de meio ambiente a realização de audiência pública” (Dourado, 2008, p. 13).

Já para Machado (2002), uma audiência pública seria “uma última grande etapa do procedimento do Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EPIA”. O processo de análise de empreendimentos de grande impacto ambiental e social passa por várias etapas, sendo que a audiência pública se apresenta como uma dessas etapas e de todas. Ela é uma das mais significativas, pois se torna a base para a “análise e parecer final”.

No entanto, tornou-se muito complexo fazer cumprir essas diretrizes que ordenariam um debate em torno de empreendimentos gigantescos que vêm sendo criados em várias regiões do Brasil. De acordo com Zhouri (2008), nos espaços da audiência pública, que são praticamente a única oportunidade de se ter de fato a possibilidade de opinar e “participar”, ocorre um “jogo de cenas” que forjam uma aparência “democrática e participativa” com relação às decisões.

Mas, como a própria antropóloga relata, as audiências são programadas quando o próprio processo de licenciamento já está em curso, ocorrendo de forma contrária ao desejado, uma vez que deveriam anteceder todo o processo de avaliação e de viabilidade e mesmo levar em consideração as propostas e decisões apontadas pela sociedade civil. Dessa forma, se fossem consideradas as ponderações dos maiores interessados, a sociedade civil representada por vários de seus segmentos, provavelmente muitas modificações seriam feitas nessas propostas, mas isto se houvesse uma seqüência de eventos que proporcionasse clareza, real participação e retorno a própria sociedade.

Com relação às hidrelétricas do "Complexo Madeira", apenas quatro "audiências públicas" foram realizadas ao todo para destacar os relatórios, o projeto, os estudos e discutir pontos relativos à construção das UHE de Jirau e Santo Antônio, que seriam apresentadas à sociedade civil. A primeira audiência ocorreu em 10 de novembro de 2006, em Jaci-Paraná, seguida da segunda audiência realizada no dia seguinte, em Porto Velho, em 11 de novembro de 2006. Uma terceira foi feita em 30 de novembro de 2006, em Mutum-Paraná, e a última em 15 de outubro de 2008, em Porto Velho.

As audiências realizadas no ano de 2006 ocorreram numa seqüência de dias e foram contestadas por movimentos sociais, pesquisadores, agentes e agências. Infelizmente não compareci às três audiências realizadas durante esse ano, mas recorri a fontes que me possibilitaram o acesso às informações sobre o andamento desses eventos. De acordo com os documentários aos quais tive acesso, essas audiências públicas, programadas pelo IBAMA em conjunto com os consórcios FURNAS/Odebrecht, denotaram ser palco de muitas manifestações contrárias às obras e também de imposição dos consórcios a partir dos argumentos usados para justificar a necessidade do empresariado em implementar esse projeto²².

Participavam como contestadores, os membros do MAB, representantes de associações rurais, ribeirinhos, pescadores, estudantes, agricultores, indígenas, pesquisadores e professores universitários. Estes, fazendo sempre indagações, alguns expressando sua preocupação com os deslocamentos e as indenizações que estavam sendo propostas. A respeito da situação então vivida, o depoimento abaixo expõe que:

[...] Muitas pessoas tão se iludindo com o que possa vir a receber e o que fazer com aquele dinheiro ou benefício que eles vinham dar. Sendo que num tem totalmente reconhecimento do que possa vir a acontecer com a gente. Porque as conversas deles são bonitas e isso e aquilo outro, e uns que não entendi tanto, que num tem um pouco de conhecimento das coisas, fica embaralhado, fica poxa vai ser ótimo nós ir pra cidade, receber uma quantidade, vai dar pra nós viver bacana, sendo que a realidade não é essa. Você vê tanto que a briga entre a Usina de Samuel com as comunidades de lá até hoje ainda rola. Então a gente por aí, a gente tem que tirar um pouco de exemplo. (Depoimento de um dos agentes sociais sobre as indenizações prometidas pelos consórcios, Porto Velho, novembro de 2006)

As manifestações em meio às audiências denotavam a indignação com relação aos danos ambientais sobre o Rio Madeira, bem como os problemas sociais que recaíam sobre os agentes sociais que vivem nas "comunidades" próximas à área de construção das hidrelétricas, desde a formação até a sua foz. Para ressaltar como foram essas discussões, e, principalmente os questionamentos dos agentes sociais sobre as obras que em andamento, e tendo como exemplo outras experiências de agentes que sofreram as consequências trazidas por obras hidrelétricas, elegi algumas citações relevantes para que se possa ter uma ideia do teor das questões levantadas durante uma das audiências públicas, como abaixo:

Cinco quilômetros dessa pompa que vocês querem fazer sobre nossas cabeças, cinco quilômetros que vocês não consideram, e eu não vou ser impactado? Eu desconsidero sob verdade, porque se eu moro a cinco quilômetros de uma pompa que vai tá feita na minha cabeça, isso aí senhora vai ter impacto sim! E essa obra senhora, não só vai impactar de Santo Antônio pra cima não senhora! Ela vai impactar o Rio Madeira, da primeira nascente lá nos Andes até na foz, lá no Amazonas. Cada obra não só vai afetar só o Amazonas, não senhora, vai afetar o Brasil, vai afetar o planeta! (Fala do membro da Associação Ribeirinha Arirambas em resposta à superintendente ambiental de FURNAS, durante a audiência pública realizada em 30/11/2006 em Mutum-Paraná)

Se realmente for feito o que estão falando aqui, realmente será inédito no mundo esse tipo de empreendimento. Porque nós sabemos que aonde teve barragens houve fome, miséria e destruição. Eu acho que é importante, eu como um dos atingidos, estou aqui para levar a nossa mensagem de como nós fomos despejados. Essa mesma sereia que tão contando aqui, um dia contaram para os nossos pais. Hoje, a maior parte dos nossos pais não estão mais para ver e ouvir a nossa história. (Membro do MAB, fazendo depoimento durante a audiência pública realizada em Jaci-Paraná, 10/11/2006)

Muitos agentes denunciavam a manipulação dos participantes das audiências, por meio do uso dos termos técnicos e expressões jurídicas, que eram apresentados pelos representantes dos consórcios, ora para não serem compreendidos, causar intimidação e evitar indagações e ora, ainda, para convencer aqueles que assistiam as apresentações. Contestavam também a possibilidade de terem que deixar as suas localidades, as suas atividades e de verem-se obrigados a residir em áreas periféricas do município de Porto Velho. Sobre a ação dos representantes

dos consórcios nas audiências, vejamos o depoimento abaixo:

Falam muita coisa, falam muita coisa, mas, nada de interesse pra gente no meu ponto de vista. Nada de interesse pra gente porque falam uma coisa e a gente entende mais ou menos, uns entende mais ou menos, tem gente que num entende nada. Quando a gente faz uma pergunta pra eles, realmente da nossa linguagem que a gente vai entender, não é com eles, é com outra pessoa. Então a gente fica perdido, fica praticamente só escutando eles falarem. Eles falam o que querem, tá bom, obrigado, dá uma comidinha pra um, dá uma comidinha pra outro e vai embora. (Fala de um dos agentes sociais, Porto Velho, novembro de 2006).

Demais manifestantes como professores universitários, que participaram das audiências públicas, expressaram sua indignação frente à falta de clareza e de discussões no âmbito das entidades de classe e da própria universidade sobre a real necessidade dessas hidrelétricas para o município.

Porque pra mim não está claro, o discurso que vem atender o desenvolvimento de Rondônia não está claro! Eu tô colocando isso como professor da universidade, porque na minha universidade que taí o nome, nós não discutimos. Se na universidade não se discutiu, eu quero saber se na associação de moradores se discutiu? Se discutiu nas entidades de classes? Eu quero saber disso, mas estamos sabendo também que há um interesse de manipulação das pessoas, para vir pra cá concordar. Não vamos concordar, vamos debater e é a partir do debate que a gente pode chegar a um objetivo! Essa é a questão, essa é questão que eu coloco, obrigado! (Fala de um dos professores da UNIR, durante a audiência pública realizada em Porto Velho, 11/11/2006).

Tendo como destaque as falas dos agentes sociais e de apoiadores do mo-

vimento anti-barragem, houve também a manifestação dos governadores da região Amazônica, que expressavam apoio às UHE e ressaltavam que sem estas obras não haveria possibilidades de crescimento para os Estados do norte do país. Vejamos as falas que mostram o posicionamento dos políticos:

Eu sou governador, eu não ganho um tostão, eu não ganho uma cibalena pra nada. Mas depois lá na frente é outra história tá gente!? Porque o progresso é imediato, num tem como evitar isso, as cidades vão crescer tanto que não tem como mais frear. (Fala do governador de Rondônia, Ivo Cassol, durante a audiência pública de Mutum-Paraná, 30/11/2006)

Porque nós não abrimos mão, a palavra é essa. Nós estados, Acre, Rondônia e Amazonas, não abrimos mão de estar dentro desse empreendimento. Isso é uma novidade aqui no Brasil, dentro da terra, permanentemente dentro do negócio. (Fala do ex-governador do Acre, Jorge Viana, em apoio às obras do "Complexo Madeira", durante a audiência pública de Mutum-Paraná, 30/11/2006)

Nessas audiências, o IBAMA também se posicionava publicamente sobre as medidas que seriam tomadas e as responsabilidades pela agência que seriam assumidas, caso se iniciasse o processo de deslocamento das famílias que vivem nas localidades a serem afetadas pelas obras.

Se o empreendimento for aprovado pelo IBAMA e tiver viabilidade ambiental e passar para a fase de licença de instalação, quem vai cobrar os programas, quem vai exigir do empreendedor, seja ele esse consórcio que tá aqui hoje, seja um outro consórcio que ganhe, é o IBAMA. Quem pode assinar esse compromisso e dizer para os senhores se o empreendimento for viável e nós estamos avaliando ainda. Nós estamos dizendo isso aqui olhando no olho de cada um de vocês, se o em-

preendimento for viável, quem vai cobrar do empreendedor é o IBAMA, não é o INCRA. A responsabilidade nesses casos, não é um reassentamento de reforma agrária é um reassentamento de pessoas que tão aqui assentadas em suas propriedades e que tem que ser removidas para um outro local. Vai ter um processo de discussão sobre onde vão e sobre as condições que vão e quem vai monitorar é o IBAMA. Então esse compromisso o IBAMA tá assumindo aqui porque é o seu compromisso. Se houver impedimento com certeza esse compromisso tá assumido pelo IBAMA. Se quiserem eu assino, esse é o compromisso do IBAMA. (Fala de Luis Felipe Kunz, diretor de licenciamento do IBAMA, ao se reportar às indagações feitas pelos agentes sobre os deslocamentos, audiência pública realizada em Mutum-Paraná, 30/11/2006).

Esses depoimentos expõem resumidamente a situação experienciada pelos diferentes atores durante o período de lutas contra o empreendimento.

As relações que esses agentes estabeleceram com seus pares e com o lugar onde vivem representam o sentimento de pertencimento ao grupo, a localidade, aos costumes e crenças; em suma, é o fundamento cultural que dá sentido ao seu modo de vida. No entanto, os agentes sociais continuam vivenciando as transformações sociais decorrentes das bruscas mudanças, devido às intervenções empresariais e às políticas governamentais, a partir da inserção do projeto "Complexo Madeira".

Pode-se afirmar, assim, que ao analisar as políticas governamentais percebe-se que os efeitos ambientais e sociais recaem diretamente sobre o modo de vida dos agentes. Esse fato é reafirmado a partir do trabalho de campo que realizei, apontando as problemáticas percebidas junto aos próprios agentes e por meio das informações obtidas pela colaboração das agências, da análise de documentos oficiais, de artigos, de manifestos e de

estudos realizados por pesquisadores que acompanham toda essa transformação social que ocorre com a imposição de tais políticas governamentais.

O que pretendi demonstrar é que as estratégias mentalizadas a partir das políticas governamentais atuais priorizaram a criação de uma infraestrutura que privilegia os setores dominantes empresariais e que desenvolvem planos que estimulam a intensa exploração dos recursos naturais. Este, de todas as formas, não tem sido um processo partilhado com os grupos sociais que vivem nessa região; não há a efetiva "participação" desses agentes com relação a esta política implementada no rio Madeira. Os efeitos podem se apresentar de diversas maneiras, algumas vezes irreversíveis, mas, principalmente, podem aumentar os problemas sociais e prejudicar as práticas culturais destes agentes.

Perceber na leitura dos conteúdos dos planos governamentais, a intenção dos grupos dominantes, foi relevante para reafirmar uma das hipóteses iniciais que tive sobre o avanço de pretensões empresariais quanto ao agronegócio, a pecuária, a exploração mineral, a exploração de pescado para exportação e a extração de madeira em áreas ocupadas por diversos grupos sociais.

Nesse sentido, por meio dos depoimentos dos agentes sociais, pude concluir que as agências ambientais fiscalizadoras exercem com "violência" os poderes que lhes são conferidos pelo Estado, como detentor da "força administrativa", que delegou às suas "instituições o poder de contro-

le do comportamento dos indivíduos". Esse fato foi nitidamente percebido e corresponde ao que o teórico observou em seus estudos sobre o poder de dominação que o Estado exerce sobre os agentes sociais.

Portanto, por meio desta pesquisa espero ter conseguido apresentar como as políticas governamentais, projetadas para a região do Rio Madeira definidas nos últimos anos dentro do projeto desenvolvimentista que marcou governo Lula e tem continuidade no governo Dilma, com apoio do empresariado nacional e internacional, tem conseguido criar formas de impor planos e projetos de infraestrutura na Amazônia. Considerando, também, que a implementação dessas políticas geram efeitos sociais irreversíveis, que recaem sobre os "povos e comunidades tradicionais", provocando violentas perdas e a destruição do modo de vida destes grupos sociais, da mesma forma que outrora políticas governamentais da mesma natureza, foram implantados na Amazônia.

Foi possível constatar que, na medida em que esses projetos avançam, os povos indígenas e comunidades do Rio Madeira estão sendo excluídos, explorados e anulados, por serem vistos como meros obstáculos ao crescimento econômico. Persiste uma visão conservadora, que opõe as inovações tecnológicas a uma suposta "primitividade" dos povos e comunidades tradicionais, cujos efeitos são imponderáveis e contrastam com a consolidação das identidades coletivas e das formas associativas que aglutinam povos indígenas, pescadores, ribeirinhos, agricultores, garimpeiros e extrativistas.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais: a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, Henri (Org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heirinch Böll, 2004, p. 07-11.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Universalismo e localismo: Movimentos sociais e a crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'Incao, Maria Ângela *et al.* (org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994. p. 521-537.
- _____. Novas características do mercado de terras. In: *Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia*. São Luís: Lithograf, 2005, p. 80-81.

- _____. *Terras de quilombo, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente Ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM/Fundação Ford.Coleção "Tradição e Ordenamento Jurídico", 2006.
- _____. Paradoxo Amazônico. *Revista Contra Corrente*. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Janeiro de 2009, p. 18-22.
- _____. Agroestratégias e Desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A.W.B.; CARVALHO, G., (orgs.) *O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório COMOVA/UFPA, 2009, p. 57-105.
- BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (org.) *O guru, o iniciador e outras formas variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000, p. 25-67.
- BOURDIEU, P. Trabalhos e projetos: [1980], Esboço de uma teoria da prática [1972] e O Campo Científico [1976]. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática (Col. Grandes Cientistas), 1983.
- _____. Compreender. In: Pierre Bourdieu et. al. (Orgs.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 3ª ed., 2007, p. 693-732.
- _____. Efeitos de lugar. In: *A Miséria do Mundo*. Pierre Bourdieu et. al. (Orgs.). Petrópolis: Editora Vozes, 3ª ed., 2000, p. 160-163.
- _____. *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na Sociologia*. Pierre Bourdieu et. Al. (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- _____. *Coisas Ditas*. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.*, São Paulo: Ed. UNESP, 2004, p. 17-79.
- CASTRO, E. Integração Sul-Americana do IIRSA: Visão do Estado e dos atores da Pan-Amazônia. In: *O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. Alfredo Wagner Berno de Almeida & Guilherme Carvalho, (org.). Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório COMOVA/UFPA, 2009, p. 107-141.
- D'ALMEIDA, B. G. *Práticas jurídicas de pescadores e extrativistas da várzea amazônica e grandes projetos governamentais: conflitos sócio-ambientais na comunidade de São Carlos, em Rondônia, e o Complexo Madeira*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2008, p. 20-60.
- DOURADO, S. B. *Participação e Audiência Pública*. Artigo. Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas, 2008.
- _____. *Participação indígena na regulação jurídica dos conhecimentos tradicionais associados a biodiversidade*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas, 2009.
- FEARNSIDE, P. M. Recursos pesqueiros. In: VAL, A.L.; SANTOS, G.M. (eds.) *Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos (GEEA). Tomo 2* Manaus, Amazonas: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), , 2009, p. 02-03.
- _____. Impactos de presas hidroeléctricas en la Amazonía. *Memoria*, Simposio Internacional Evaluación de Impactos Ambientales de grandes hidroeléctricas en regiones tropicales: El caso del río Madera, WWF-Bolivia, La Paz, Bolívia, 19 de maio de 2009, p. 19.
- FURTADO, F. Integração financeira da América do Sul. Banco do Sul: mais do mesmo ou oportunidade histórica? In: *Revista de Economia Heterodoxa*, n. 9, Ano VII, 2008.
- GARZON, L. F. N. É preciso um Anti-PAC. *Revista Contra Corrente*. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Janeiro de 2009, p.12-13.

- _____. A crise, o setor elétrico e o PDE 2008-2017: o que será na base do que é? Porto Velho, 2009. Disponível em: [http:// www.rbrasil.org.br](http://www.rbrasil.org.br).
- GUSFIELD, J. R. *Community: a critical response*. New York: Harper & Row Publisher, 1975.
- GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zuzulândia moderna. In: Feldman- Bianco, Bela (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas-métodos*. São Paulo: Global, 1987, p. 227-344.
- LACERDA, F. G. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1899-1916)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, Brasil, 2006, p. 40-50.
- LOPES, J. S. L. *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004, p. 17.
- MAHAR, D. J. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- NOBREGA, R. S. *Contra as invasões bárbaras, a humanidade: a luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, Brasil, 2008, p. 67-90.
- RAHNEMA, M. Participation. In: SACHS, W. (Org.). *The Development Dictionary*. New York: Zed Books, 2005. 11ed, p; 116-131.
- SEVÁ Filho, A. O. *O conhecimento crítico das mega-hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais*. Anais do 2º Encontro Nacional da ANPPAS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, SP, 2004. Arquivo em <http://www.fem.unicamp.br/~seva>
- _____. *Tenotã Mõ: Alertas sobre as conseqüências dos projetos de hidrelétricas no Rio Xingu*. São Paulo: IRN – International Rivers Network, 2005. Arquivo em www.fem.unicamp.br/~seva
- _____. Tentativas hidrelétricas nos rios Xingu paraense e Madeira-Mamoré internacional. *Anais do II Encontro de Ciências Sociais e Barragens*. Salvador/BA, 2007. Arquivo em www.fem.unicamp.br/~seva
- SWITKES, G. (Org.). Resumo Executivo. In: *Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas*. São Paulo: Editora International Rivers, 2008, p. 10-15.
- _____. A pedra fundamental da IIRSA. In: SWITKES, G.; BONILHA, P. (Orgs.) *Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas*. Editora: São Paulo: International Rivers, 2008, p. 16-25.
- TEIXEIRA, C. C. *O Aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal (estudo sobre a produção extrativa de borracha na Amazônia)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, SP, Brasil, 1980.
- VERDUM, R. Financiamento a megaprojetos: novos desafios. *Revista Contra Corrente*. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Janeiro de 2009, p. 6-7.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1991, p. 55.
- _____. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 2007.
- ZHOURI, A. *A insustentável leveza da política ambiental*. In: Zhouri et Al. (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FONTES CONSULTADAS:

Parecer Técnico Nº 014/2007 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Rondônia

- Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO. Parecer Técnico sobre Ecossistemas. Ministério Público do Estado de Rondônia. Outubro, 2006.
- Petição encaminhada pela Kanindé ao Tribunal Latino Americano da Água, Audiência Pública, Setembro 2008, Antigua – Guatemala, Roteiro de Denúncias.
- Plano Amazônia Sustentável. Ministério da Integração Nacional/Ministério do Meio Ambiente. Diagnóstico e Estratégia, v. I, Brasília, abril, 2004.
- Plano Nacional de expansão de Energia 2008-2017. Ministério das Minas e Energia. EPE, Brasília, 2009.
- Programa de Aceleração do Crescimento. Ministério da Casa Civil, 2007-2010, Brasília.
- LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009. Casa Civil, Subchefia para Assuntos jurídicos. Brasília, 2009.
- LEI Nº 11.958, DE 26 DE JUNHO DE 2009. Casa Civil, Subchefia para Assuntos jurídicos. Brasília, 2009.
- LEI N.º 2.713, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2.001. Política de proteção a fauna aquática e de desenvolvimento da pesca e aqüicultura no Estado do Amazonas. Assembleia Legislativa do estado do Amazonas. Manaus, 2001.
- Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia, nº 02 – Edição Especial. *Complexo Madeira: Conflitos Sociais na Panamazonia*. Março de 2009.
- Cartilha do MAB. *Hidrelétricas no rio Madeira: energia para quê e para quem?* Agosto de 2007.
- www.sbi.bio.org
- www.pac.gov.br
- www.rbrasil.org.br
- www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php
- www.riomadeiravivo.org
- www.mabnacional.org.br
- www.ibama.gov.br/provarzea
- www.natbrasil.org
- www.iirsa.org
- www.mma.gov.br

Resumen: El presente trabajo forma parte de una reflexión que se realiza sobre los conflictos sociales que se potenciarán a partir de la creación del proyecto "Complejo Madeira". Por lo tanto, consiste en analizar las políticas gubernamentales, así como los proyectos que se instalarán en la región del Río Madeira, afectando la vida de diversos agentes sociales. El proyecto se extenderá por toda la cuenca del Río Madeira desde la frontera con Bolivia, pasando por el Estado de Rondonia hasta el Amazonas. Examinó las transformaciones sociales que ocurren en esa región así como las luchas de resistencia frente a la ocupación.

Palabras Clave: Conflicto; Rio Madeira; Movimientos Sociales

Résumé: Cet article fait partie de la réflexion sur les conflits sociaux qui ont été «potentialisés» depuis la création du projet "Complejo Madeira". Par conséquent, il s'agit d'analyser les politiques gouvernementales et les projets que se sont installés dans la région du Rio Madeira, affectant les vies de plusieurs acteurs sociaux. Ce projet s'étend sur toute la rivière Madeira jusqu'à la frontière avec la Bolivie, en passant à travers l'Etat de Rondônia et Amazonas. J'examine, ainsi, les transformations sociales qui se produisent dans cette région et les luttes de résistance contre ces entreprises.

Mots clés: Conflit; Rio Madeira; mouvements sociaux

Notas

- 1 Trabalho apresentado na 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil.
- 2 Em setembro de 2009 defendi minha dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.
- 3 Agricultores, indígenas, pescadores, garimpeiros, extrativistas e camponeses.
- 4 A "região" considerada, não se limita a um mero recorte geográfico, mas tem como referência a área limitada pelo RIMA do projeto "Complejo Madeira" e para os investimentos governamentais, bem como considera as áreas que serão afetadas pelas transformações sociais decorrentes da implementação desse projeto e das políticas governamentais que convergem para os mesmos interesses que impulsionam as alterações impostas (SOARES et al, 2008). A "região" do Rio Madeira, onde serão feitas as obras hidrelétricas e a hidrovía, apresenta-se como uma referência que está em "jogo", onde no cerne das relações sociais emergem as disputas e os interesses econômicos. Trata-se de um "campo de lutas" onde grupos antagonísticos tentam defender seus interesses. (,Bourdieu 2004, p. 108-116).
- 5 O PAC é um programa de governo, lançado em 2007, na gestão do presidente Lula da Silva, criado para gerir projetos de investimentos em infraestrutura. (PAC, 2007), disponível em: www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/pac/070123_PAC_INFRA-ESTRUTURA.pdf.
- 6 FURNAS é considerada uma "holding" da estatal brasileira ELETROBRÁS, fundada em 1957 quando da construção da sua primeira hidrelétrica, a UHE FURNAS em Minas Gerais. A empresa trabalha basicamente com geração de energia, com atuação no Sul e Sudeste do Brasil. Ver Switkes (2008, p. 22).
- 7 A Companhia Norberto Odebrecht surgiu em 1944, é considerada a maior construtora no continente, atuando nos ramos da construção e da engenharia petroquímica. A Odebrecht é famosa pelos serviços prestados em vários países, foi a responsável pela construção da UHE de Itaipu; da UHE Pichi Picún Leúfu na Argentina; pela UHE de San Francisco no Equador, que em 2008 apresentou falhas na estrutura da obra, fato que desencadeou um problema diplomático entre a empresa brasileira e o presidente Rafael Correa; pela ampliação do aeroporto de Miami e do metrô de Caracas, na Venezuela, e também pela pavimentação da rodovia Interoceânica, no Peru. Também é destacada pela construção da Linha Amarela do metrô de São Paulo, que gerou polêmica com o acidente provocado por um desabamento de terras que matou 07 pessoas em janeiro de 2007. Ver Switkes (2008, p. 21).
- 8 De acordo com Almeida (2008), commodities é um termo geralmente usado para designar uma grande produção geralmente da mesma origem. Essa produção (homogênea) irá atender mercados maiores em grande escala e seu transporte sempre é feito em volumes gigantescos. Exemplos: soja, cana-de-açúcar, milho, minerais e outros.
- 9 Tem como objetivo fazer uma definição do quadro nacional para "instalação de infraestrutura de oferta de energia, necessárias para atender ao crescimento dos requisitos do mercado (...) de forma ambientalmente sustentável" (...). (PDE, 2008, p. 02). Disponível em: <http://www.epe.gov.br>.
- 10 Como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).
- 11 A construção dessa Hidrelétrica, na década de 1980, deixou milhares de famílias em desvantagem. Muitas foram deslocadas e até hoje não receberam as indenizações pela saída da terra original. A atual formação do MAB originou-se a partir das famílias afetadas pela UHE de Samuel.

- 12 Decreto 6.040 e Convenção 169 da OIT, que reconhecem as identidades coletivas de "Povos e Comunidades Tradicionais" e os direitos sobre os seus territórios e a sua reprodução cultural.
- 13 De acordo com o MMA uma Audiência Pública "é a forma de consulta pública usual no processo de licenciamento e tem por objetivo a divulgação para a sociedade das informações sobre o projeto e discussão do RIMA, Relatório de Impacto Ambiental, que reflete as conclusões do EIA/Estudo de Impacto Ambiental. (Portal Nacional de Licenciamento Ambiental, MMA, 2009).
- 14 Ver Parecer Técnico Nº 014/2007 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Brasília, 21 de março de 2007.
- 15 Lula usou a metáfora do bagre por causa das manifestações que ocorriam naquele momento. Os movimentos sociais e os pesquisadores alertavam para a mortandade de peixes durante a construção.
- 16 O Consórcio MESA é formado por Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda; Construtora Norberto Odebrecht S/A; Andrade Gutierrez Participações S/A; CEMIG Geração e Transmissão S/A; FURNAS Centrais Elétricas S/A; Fundo de Investimentos e Participações – FIP; Amazônia Energia formado pelos bancos Banif e Santander. Fonte: [http:// www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br).
- 17 O consórcio ENERSUS é composto pelas empresas Suez Energy South América participações Ltda.; Camargo Correa Investimentos em Infraestrutura S/A; Eletrosul – Centrais elétricas S/A; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF. Fonte: Ministério Público do Estado de Rondônia e Procuradoria da República em Rondônia, 2008.
- 18 Segundo Dourado, "a consulta pública é um instituto de participação popular previsto na legislação para situações variadas. Diferentemente da audiência pública, para a consulta pública não há regras procedimentais unificadas na legislação brasileira. Além disso, a doutrina jurídica sobre a consulta pública é escassa, tratando-o de modo incidental na discussão de temas do Direito Administrativo e Ambiental" (Dourado, 2008, p. 03)
- 19 De acordo com Dourado (2008), o EIA "é um dos instrumentos que deriva da Política Nacional de Meio Ambiente baseada na Lei n. 6938/81".
- 20 De acordo com Machado (2002, p. 237), "nos EUA, o Conselho de Qualidade Ambiental – Council on Environmental Quality – determinou, por meio de algumas diretrizes, que permeiam a implementação da Lei de Política Ambiental Americana – NEPA: Diretriz 40CFR§§1.500. O referido Conselho já houvera, em anterior diretriz (Guidelines 40 CFR), ordenado que os órgãos administrativos deveriam deixar disponíveis ao público a cópia do Relatório de Impacto, 15 dias antes da realização da Audiência Pública".
- 21 Dourado (2008) aponta que a audiência pública é regida pelo "ato normativo do CONAMA de acordo com a resolução nº 09/87, como procedimento administrativo, que estabelece as regras para que seja realizada uma audiência".
- 22 Ver os documentários "O chamado do Madeira: a luta dos povos da Amazônia contra os megaprojetos", organizado pela Rede Brasil e Actionaid e "O que beira a beira do Rio Madeira", organizado pelo GTA.

REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Introdução A Revista Avaliação de Políticas Públicas volta-se primordialmente a: publicação de análises e resultados de pesquisas em avaliação de políticas públicas; reflexões teórico-metodológicas sobre avaliação; desenvolvimento de ferramentas e estratégias metodológicas que contribuam para a avaliação de políticas públicas e reflexões sobre o exercício da multi e da interdisciplinaridade.

O objetivo central da revista é, além de divulgar resultados de pesquisas nacionais e internacionais sobre a temática avaliação de programas e políticas sociais na forma de artigos e ensaios, constituir-se em um veículo que, especialmente voltado à avaliação, possa aglutinar resultados de pesquisas e reflexões teórico-metodológicas produzidas por pesquisadores de diferentes

localidades e áreas do conhecimento, sobre uma diversidade de temas como: Educação, Saúde, Planejamento Urbano, Segurança Pública, Desenvolvimento Rural, Turismo, Microfinanças, Trabalho e Geração de Renda, Políticas Afirmativas, entre outros.

A Revista Avaliação de Políticas Públicas atuará, portanto, como um importante meio de divulgação de pesquisas acadêmicas sobre programas e políticas sociais que vêm sendo efetuadas na região Nordeste, em diálogo com aquelas realizadas em outras regiões do país, e mesmo em outros países, possibilitando, assim, a socialização dos resultados dessas produções científicas, a realização de análises comparativas e a interlocução entre pesquisadores de diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Normas Gerais e Seções A revista tem periodicidade semestral e recebe para publicação trabalhos elaborados pelos mais diversos profissionais e estudantes de pós-graduação redigidos em português, espanhol, inglês ou francês, desde que contribuam para a discussão e desenvolvimento da produção científica em avaliação de políticas públicas. Os manuscritos devem destinar-se exclusivamente à Revista Avaliação de Políticas Públicas, não se admitindo sua submissão simultânea a outro periódico, quer do texto, de figuras ou tabelas, no todo ou em parte, admitindo-se exceção apenas para resumos e notas prévias publicados em anais de eventos científicos. Além do mais, mesmo para publicação de partes de um artigo em outros locais, os autores necessitam solicitar aprovação por escrito aos Editores.

O periódico: não se obriga a devolver os manuscritos recebidos e informa que os conceitos e declarações contidos nos trabalhos a ser publicados são de total responsabilidade dos autores, podendo não refletir o pensamento de seus Editores.

Os manuscritos: devem ser organizados segundo as diretrizes constantes destas instruções, as quais têm como inspiração os últimos critérios indicados pelas bases de indexação nacionais e internacionais. A revista publica as seguintes seções, cada uma delas devendo atender a determinados requisitos:

Editorial: Seção de responsabilidade dos Editores da revista. Máximo de 2 páginas.

Artigos Originais: Aceitam-se três modalidades: 1) artigos com forte base empírica; 2) artigos voltados à reflexão teórico-metodológica sobre a avaliação de políticas públicas. Quanto ao item 1, salientamos que os artigos não poderão se restringir à descrição da pesquisa ou detalhamento de resultados, devendo estabelecer diálogos teóricos e uma densa abordagem sobre os instrumentos, técnicas e estratégias metodológicas que embasaram a pesquisa. Máximo de 15 páginas.

Revisão de Literatura: Os textos deverão abordar um tema específico de interesse da área de políticas públicas; contemplar a sistematização do pensamento de autores importantes para a área, estabelecendo o diálogo entre diferentes tendências teóricas de forma a poder se constituir em texto de referência a estudiosos do tema; privilegiar a pluralidade sem se descuidar da densidade teórica. Máximo de 10 páginas.

Resenhas: Leitura analítica, interpretativa e/ou crítica de obra que verse sobre a temática da revista, publicada há não mais que 2 (dois) anos. Máximo de 4 páginas.

Comunicações em Congressos: Publicação de resumos expandidos de trabalhos apresentados em Eventos e Congressos e que não tenham ainda sido publicados em periódico. Os resumos deverão conter: objetivos, problematização, metodologia, relevância e conclusões. Máximo de 2 páginas.

Resumos de Dissertações e Teses: Nesta seção serão publicados resumos expandidos de dissertações e teses, contendo: objetivos, problematização, metodologia, relevância e conclusões. Máximo de 2 páginas.

Informes sobre Políticas Públicas: Trata-se de um espaço criado para atualizar os estudiosos do tema com respeito a projetos e programas governamentais de caráter social (seus objetivos, diretrizes, público-alvo, forma de implementação, instituições envolvidas), bem como sobre alterações em programas e projetos em andamento, projetos de lei em tramitação nas assembleias legislativas estaduais e no Congresso Nacional. Constitui-se também em espaço para divulgação de eventos e fatos relativos à área que expressem os diferentes interesses afetados, positiva ou negativamente, por políticas e programas específicos.

Avaliação dos manuscritos: Os manuscritos a ser avaliados devem ser enviados ao periódico exclusivamente via correio eletrônico para o seguinte endereço:

public.mapp@ufc.br. Em arquivo à parte, devem constar os seguintes dados: título do trabalho, nome dos autores, sua titulação máxima e sua posição na instituição em que trabalha, bem como endereço completo e e-mail para contato. Concomitantemente, e por via postal ou cópia digitalizada, os autores devem enviar um ofício dirigido aos Editores solicitando a apreciação do manuscrito pela equipe do periódico e um documento de autorização para sua publicação, documento este que deve ser assinado por todos os autores. Endereço para envio dos documentos acima:

Universidade Federal do Ceará / Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, A/C Setor de Publicações/Revista Avaliação de Políticas Públicas.

Rua Marechal Deodoro, s/n, Campus do Benfica, Quadra da FACED, Bloco NUPER.
Fortaleza-CE, CEP.60020-110

No caso de existir conflito de interesse entre os autores e determinados pareceristas nacionais ou estrangeiros, deve ser incluída carta confidencial em envelope selado dirigido ao Editor Científico do periódico, indicando o nome das pessoas que não deveriam participar no processo de avaliação. Da mesma forma, os pareceristas poderão manifestar-se, caso haja conflito de interesse em relação a qualquer aspecto do artigo a ser avaliado. As informações reveladas ao Editor Científico serão utilizadas de forma estritamente confidencial.

Nos trabalhos de investigação envolvendo seres humanos de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, idosos, indígenas, presidiários, entre outros) recomenda-se fortemente que o Projeto de Pesquisa tenha sido submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição onde foi realizada a pesquisa ou da universidade.

Os manuscritos passam inicialmente por uma primeira revisão do Editor, que avalia se são de interesse para os leitores e se atendem às Normas de Publicação do periódico. Em seguida os manuscritos são encaminhados para avaliação de dois especialistas. Juntamente com o arquivo do artigo, os pareceristas recebem, por via eletrônica também, arquivo do Instrumento de Avaliação e das Normas de Publicação do periódico, tendo até 20 dias para emitir parecer conclusivo, indicando ou não o manuscrito para publicação. De posse do parecer conclusivo, o Editor analisa em relação ao mérito encontrado e, em seguida, encaminha aos autores o parecer de aceitação da publicação, de necessidade de reformulação ou de recusa justificada do artigo. Os autores devem processar as modificações no texto ou elaborar justificativa quando da não aceitação de algumas delas. Somente após aprovação final por parte dos pareceristas e dos Editores é que os manuscritos são encaminhados para publicação. Os Editores dispõem de plena autoridade para decidir sobre a conveniência de publicação dos manuscritos, mesmo que já aprovados, podendo, inclusive, sugerir novas alterações aos autores.

Da apresentação dos manuscritos: Os manuscritos devem ser redigidos na ortografia oficial, em formato compatível ao MS Word for Windows, em fonte Arial tamanho 12, espaço 1,5, para papel tamanho A4, com 2,5 cm para as quatro margens e parágrafos alinhados em 1,0cm.

A preparação do texto deverá atender a estrutura seguinte:

Título: deve ser apresentado justificado, em caixa alta apenas a primeira letra, negrito e nos idiomas português, inglês, espanhol e francês; deverá ser conciso, com no máximo 12 palavras, porém informativo. Em nota de rodapé indicar a agência de fomento, se for o caso, e, também, se o artigo faz parte de relatório de pesquisa, tese, dissertação ou monografia de final de curso, entre outras.

Autores: nome(s) completo(s) do(s) autor(es) com alinhamento à direita.

Resumo e descritores: em português, inglês, espanhol e francês, devem caber na primeira página do trabalho; digitados em espaço simples, com até 150 palavras; para os artigos originais, a redação deve obrigatoriamente incluir elementos da problematização, objetivos, métodos, resultados e conclusão. Após o resumo, devem ser apontados de 3 a 5 descritores ou palavras-chave que servirão para indexação dos trabalhos. Na primeira página apresentar sequencialmente o título do trabalho, resumo em português e inglês seguidos das respectivas palavras-chave. Após as Referências, devem estar os resumos e palavras-chave nos idiomas espanhol e francês.

Estrutura do Texto: deve obedecer a orientação de cada categoria de trabalho descrita anteriormente, de modo que sejam garantidas a uniformidade e padronização dos textos publicados na revista. Os anexos se houver, devem vir no final do texto.

Ilustrações: tabelas, figuras e fotos devem estar inseridas no corpo do texto contendo informações mínimas pertinentes à ilustração. Só serão publicadas ilustrações em preto e branco; os sujeitos não podem ser identificados, ou então suas fotos devem estar acompanhadas de permissão por escrito.

Texto: deverá obedecer a estrutura exigida para cada categoria de trabalho. No caso de artigos, citações no texto devem atender as Normas da ABNT, mais especificamente NBR 6022:2003 e outras correlatas, cujos exemplos estão ao final destas instruções. No texto, deve estar indicado o local de inserção das figuras, gráficos, tabelas, da mesma forma que estes estiverem numerados, sequencialmente. O texto deve empregar itálico, apenas para termos estrangeiros e sem aspas. Agradecimentos: podem aparecer após as conclusões/considerações finais, quando os autores desejarem destacar a colaboração de pessoas que merecem reconhecimento, mas que não se enquadram na condição de autores.

Citações: para citações bibliográficas de literatura no texto, colocar o sobrenome do autor, ano da publicação e a página consultada. Ex. (Azevedo, 1993, p. 60). As citações literais curtas (menos de três linhas) serão integradas no parágrafo, seguidas pelo sobrenome do autor referido no texto, ano de publicação e página (s) do texto citado, tudo entre parênteses e separado por vírgulas. As citações de mais de três linhas serão destacadas do texto em parágrafo especial, sem aspas, tamanho da letra menor que a do texto, espaço simples e recuo de 4 cm da margem esquerda do texto. As referências sem citação literal devem ser incorporadas no texto, indicando entre parênteses, ao final, o sobrenome do autor e o ano da publicação. Se houver

mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc. (todas).

Notas: deverão estar no final do texto e numeradas. As notas devem ser explicativas e não bibliográficas, breves, sucintas e claras. As citações bibliográficas devem estar no corpo do texto.

Referências: devem ser elaboradas em acordo com Normas da ABNT, mais especificamente NBR 6023:2002. Nas citações e na elaboração das Referências, autores devem atentar para características como atualidade, pertinência e seletividade das obras utilizadas no artigo.

Crítérios bibliográficos: Livro: SOBRENOME DA/O AUTORA/OR DA OBRA, Prenomes. Título da obra: subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, ano de publicação.

Exemplo: ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Heranças e urgências: ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Revan:Fase, 2000.

Publicação com 02 autores: devem ser assinalados os nomes dos dois autores, separados por ponto e vírgula.

Exemplo: AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de serviço e programas sociais. 2ª ed. Petrópolis:Voices,1994.

Publicação de mais de três autores: Indica-se o primeiro autor, acrescentando-se a expressão et al.

Exemplo: ADORNO, Sérgio et al. O jovem e a criminalidade urbana de São Paulo. São Paulo, Fundação SEADE/Núcleo de Estudos da Violência da USP, 1995. Capítulo de livro: SOBRENOME DA/O AUTORA/OR DO CAPÍTULO, Prenomes. Título do capítulo: subtítulo. In: SOBRENOME DA/O AUTORA/OR DA OBRA, Prenomes. Título da obra: subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, ano de publicação. Páginas inicial e final do capítulo.

Exemplo: ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. In: A condição humana. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1983, p. 31-88.

Capítulos do mesmo autor da obra principal: Iniciar com o nome do autor, o nome do capítulo citado seguido pela palavra In. Substitui-se o nome do autor por um travessão de seis toques e um ponto após o In. Nome da obra, local, editora, data e páginas.

Exemplo: VERÇOSA, Élcio de Gusmão. Chegará o desenvolvimento também à terra dos marechais? In:..... Cultura e educação nas Alagoas. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 1997. p. 175-197.

Coletânea: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / título do capítulo / VÍRGULA/ in (em itálico)/ iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea, em itálico /VÍRGULA/ local da publicação / VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Exemplo: ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), Go-

verno, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975, in O.B. Lima & S.H. Abranches (org.), As origens da crise, São Paulo, Iuperj / Vértice.

Livro em formato eletrônico: SÃO PAULO (Estado). Entendendo o meio ambiente. São Paulo, 1999. v. 1. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atal/htm>>. Acesso em: 8 mar. 1999.

Artigo de periódico: SOBRENOME DA/O AUTORA/OR DO ARTIGO, Prenomes. Título do artigo: subtítulo. Título do Periódico, local, número do volume, número do fascículo, páginas inicial e final do artigo, mês e ano.

Exemplo: SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias, Porto Alegre, nº16, p. 01-11, jul/dez,2006.

Artigos de periódicos (com mais de três autores): seguem as normas dos livros.

Exemplo: VEIGA, José Eli et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento, Nead, Série Textos para Discussão, n. 1, p. 05-37, ago, 2001.

Artigo de periódico (formato eletrônico)

Exemplo: AQUINO, Julio Gropa; MUSSI, Monica Cristina. As vicissitudes da formação docente em serviço: a proposta reflexiva em debate. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 211-227, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 08 de maio de 2008.

Artigo de jornal com autor: SOBRENOME DA/O AUTORA/OR DO ARTIGO, Prenomes. Título do artigo: subtítulo. Título do Jornal, cidade, data, páginas inicial e final do artigo e, eventualmente, da coluna.

Exemplo: DIMENSTEIN, G. Escola da vida. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 jul. 2002. Folha Campinas, p. 2.

Artigo de jornal sem autor: destaca-se em letra maiúscula apenas o primeiro nome do título do artigo, seguido do título do jornal, data completa, número ou título do caderno, seção ou suplemento, indicação da página e, eventualmente, da coluna.

Exemplo: FUNGOS e chuva ameaçam livros históricos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 5 jul. 2002. Cotidiano, p. 6.

Dissertações e teses: SOBRENOME DA/O AUTORA/OR, Prenomes. Título da obra: subtítulo. Ano de apresentação. Categoria (grau e área de concentração) – Instituição, Local.

Exemplo: DINIZ, Carmen Simone G. Entre a técnica e os direitos humanos: possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto. 2001. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da USP, São Paulo.

Trabalhos apresentados em eventos científicos: SOBRENOME DA/O AUTORA/OR DO TRABALHO, Prenomes. "Título do trabalho". In: NOME DO EVENTO, Número da edição do evento, Cidade onde se realizou o evento. Anais... (ou Proceedings... ou Resumos...) Local

de publicação: Editora, Ano de publicação. Páginas inicial e final do trabalho.

Exemplo: PRADO, Danda. "Maternidade: opção ou fatalidade?" In: SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS DA REPRODUÇÃO HUMANA, 1., 1985, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ALERJ/Comissão Especial dos Direitos da Reprodução, 1985. p. 26-29.

Decretos, Leis, Constituição Federal: Nome do local (país, estado ou cidade), título (especificação da legislação), número e dados da publicação. No caso da Constituição colocar o ano entre parênteses.

Exemplos: BRASIL. Decreto n. 2.134, de 24 de janeiro de 1997. Regulamenta o art. 23 da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 18, p. 1435-1436, 27 jan. 1997. Seção 1.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Relatório oficial

Exemplo: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Relatório 1999. Curitiba, 1979. (mimeogr.).

Gravação de vídeo

Exemplo: VILLA-LOBOS: o índio de casaca. Rio de Janeiro: Manchete Vídeo, 1987. 1 videocassete (120 min.): VHS, son., color.

Ilustrações, abreviaturas e símbolos: as tabelas: devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos, na ordem em que foram citadas no texto. A cada uma deve-se atribuir um título breve precedido pela palavra "TABELA" seguido do seu número de ordem, não se utilizando traços internos horizontais ou verticais. As notas explicativas devem ser colocadas no rodapé das tabelas e não no cabeçalho ou título. Caso algum valor tabulado mereça explicação, este poderá ser salientado por um asterisco abaixo da tabela. **Os quadros** são identificados como tabelas, seguindo uma única numeração em todo o texto. **As figuras** (fotografias, desenhos, gráficos, etc.), citadas como figuras, devem estar desenhadas e fotografadas por profissionais. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos, na ordem em que foram citadas no texto. As ilustrações devem ser suficientemente claras para permitir sua reprodução em 7,2 cm (largura da coluna do texto) ou 15 cm (largura da página). Não se permite que figuras representem os mesmos dados de tabela. Nas legendas das figuras, os símbolos, flechas, números, letras e outros sinais devem ser identificados e seu significado esclarecido. Para ilustrações extraídas de outros trabalhos, previamente publicados, os autores devem providenciar permissão, por escrito, para a reprodução das mesmas. Estas autorizações devem acompanhar os manuscritos submetidos à publicação. Utilize somente abreviações padronizadas. Evite abreviações no título e no resumo. Os termos por extenso aos quais as abreviações correspondem devem preceder sua primeira utilização no texto, a menos que sejam unidades de medidas padronizadas.

Errata: os pedidos de correção deverão ser encaminhados em, no máximo, 30 dias após a publicação.